



**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS DA AERONÁUTICA**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014**

BRASÍLIA-DF / 2015



**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS DA AERONÁUTICA**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014**

Relatório de Gestão do exercício de 2014 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 134/2013 e da Portaria TCU nº 90/2014 e das instruções publicadas na página da *intranet* do Centro de Controle Interno da Aeronáutica.

UJ Consolidadora
Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica - SEFA
UJ Consolidada
Fundo Aeronáutico

BRASÍLIA-DF / ABRIL DE 2015

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES CUJAS GESTÕES COMPÕEM O RELATÓRIO	13
1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada.....	13
1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade.....	14
1.3 Organograma Funcional	14
1.4 Macroprocessos Finalísticos	16
1.5 Macroprocessos de Apoio	18
1.6 Macroprocessos Gerenciais.....	19
1.7 Principais Parceiros	20
2 INFORMAÇÕES SOBRE GOVERNANÇA	21
2.1 Estrutura de Governança	21
2.2 Atuação da unidade de Auditoria Interna.....	21
2.3 Sistemas de Correição	21
2.3.1 Pessoal Civil.....	21
2.3.2 Pessoal Militar.....	21
2.4 Avaliação e Funcionamento dos Controles Internos.....	22
3 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.....	24
3.1 Canais de acesso do cidadão	24
3.2 Carta de Serviços ao Cidadão.....	24
3.3 Mecanismos para medir a satisfação dos produtos e serviços	24
3.4 Acesso às informações da unidade jurisdicionada	24
3.5 Avaliação do desempenho da unidade jurisdicionada.....	24
3.6 Medidas Relativas à acessibilidade	24
4 AMBIENTE DE ATUAÇÃO	24
5 PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS.....	25
5.1 Planejamento da Unidade.....	25
5.1.1 Planejamento das Ações da Unidade Jurisdicionada	25
5.1.2 Estratégia de Atuação Frente os Objetivos Estratégicos.....	27
5.1.3 Execução do Plano de Metas ou de Ações	29
5.2 Programação Orçamentária e Financeira e Resultados Alcançados	32
5.2.1 Programa Temático	32
5.2.2 Objetivo.....	33
5.2.3 Ações.....	33
5.3 Informações sobre outros resultados da gestão	34
5.4 Informações sobre indicadores de desempenho operacional	35
5.5 Informações sobre custos de produtos e serviços.....	55

5.5.1 – A Destinação Legal do COMAER	55
5.5.2 – As Macro atividades desenvolvidas pelo COMAER	56
5.5.3 – A relação entre a Missão Constitucional e os Custos das Macro atividades.....	59
5.5.3.1 – O Custo Unitário do Produto entregue à Sociedade Brasileira	60
5.5.4 – Conclusão	62
6 TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	63
6.1 Programação e Execução das despesas	63
6.1.1 Programação das Despesas.....	63
6.1.2 Movimentação de Créditos Interna e Externa	64
6.1.3 Realização da Despesa	64
6.2 Despesas com ações de publicidade e propaganda	72
6.3 Reconhecimento de Passivos por insuficiência de créditos ou recursos	72
6.4 Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores	72
6.5 Transferências de Recursos	72
6.5.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício	72
6.5.2 Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios	72
6.5.3 Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios e Contratos de Repasse.....	72
6.5.4 Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse.....	72
6.6 Suprimento de Fundos.....	72
6.6.1 Concessão de Suprimento de Fundos.....	73
6.6.2 Utilização de Suprimento de Fundos	73
6.6.3 Classificação dos Gastos com Suprimento de Fundos	73
6.7 Renúncias sob a Gestão da UJ.....	73
7 GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS.....	74
7.1 Estrutura de pessoal da unidade	74
7.1.1 Demonstração e Distribuição da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada.....	74
7.1.2 Qualificação e capacitação da Força de Trabalho	76
7.1.3 Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada.....	76
7.1.4 Irregularidades na área de pessoal.....	77
7.1.5 Riscos identificados na gestão de pessoas.....	77
7.1.6 Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos	78
7.2 Contratação de mão de obra de apoio e de estagiários.....	78
8. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO	79
8.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros	79

8.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário	79
8.3 Bens Imóveis Locados de Terceiros.....	79
9. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	80
9.1 Gestão da Tecnologia da Informação (TI)	80
9.1.1 Sistemas em operação	80
9.1.2 Adaptação de Sistemas.....	81
10. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	83
10.1 Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental	83
11. ATENDIMENTO DE DEMANDAS DE ÓRGÃO DE CONTROLE.....	84
11.1 Tratamento de deliberações exaradas em acórdão do TCU	84
11.1.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício	84
11.1.2 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício.....	84
11.2 Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno (OCI).....	84
11.2.1 Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício	84
11.2.2 Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício.....	85
11.3 Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93.....	85
11.3.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93.....	85
11.3.2 Situação do Cumprimento das Obrigações	85
11.4 Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário	85
11.5 Alimentação SIASG E SICONV.....	85
12. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	86
12.1 Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público	86
12.2 Apuração dos custos dos programas e das unidades administrativas.....	86
12.3 Conformidade Contábil	88
12.4 Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis.....	88
12.5 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas previstas na Lei nº 4.320/1964 e pela NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008	88
12.6 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas exigidas pela Lei nº 6.404/1976.....	88
12.7 Composição Acionária das Empresas Estatais.....	89
12.8 Relatório de Auditoria Independente	89
13 OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO.....	90
13.1 Outras Informações Consideradas Relevantes pela UJ	90
14 ANEXOS.....	91
Anexo 1 - Projetos de Melhoria	91
Anexo 2 - Quadro A.6.1.2.1 – Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa	94
Anexo 3 - Quadro A.6.1.2.2 – Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa	111

Anexo 4 – 12.1 Medidas adotadas para adoção de critérios e procedimentos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público	113
Anexo 5 – 12.3 Informações sobre a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.....	115
Anexo 6 – 12.4 - Declaração do Contador atestando a conformidade das Demonstrações Contábeis.....	116

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

ABREVIATURA	DESCRIÇÃO
ASTIC	Assessoria de Tecnologia da Informação e Comunicação
AESPE	Assessoria Especial e Econômica
ANAJ	Assessoria de Normas e Assuntos Jurídicos
BPM	Business Process Management
CADIN	Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal
CADTEC	Cadastro Técnico da Aeronáutica
CECOMSAER	Centro de Comunicação Social da Aeronáutica
CENCIAR	Centro de Controle Interno da Aeronáutica
CFIAE	Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica
CMTAER	Comandante da Aeronáutica
COMAER	Comando da Aeronáutica
COMGAR	Comando Geral de Operações Aéreas
COMAR	Comando Aéreo Regional
COMGAP	Comando-Geral de Apoio
COMGEP	Comando Geral de Pessoal
DCTA	Departamento de Controle de Tráfego Aéreo
DBR	Declaração de Bens e Rendas
DCA	Diretriz do Comando da Aeronáutica
DECEA	Departamento de Controle do Espaço Aéreo
DEPENS	Departamento de Ensino
DEORF	Departamento de Orçamento e Finanças do Ministério da Defesa
EAD	Ensino a Distância
EMAER	Estado-Maior da Aeronáutica
EMiAer	Estratégia Militar da Aeronáutica
ESFEX	Estágio de Suprimento de Fundos no Exterior
FAER	Fundo Aeronáutico
GAP-BR	Grupamento de Apoio de Brasília
GABSEFA	Gabinete da Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica
ICA	Instrução do Comando da Aeronáutica
IDOC	Identificadores de Operação de Crédito
IEFA	Instituto de Economia e Finanças da Aeronáutica
LOA	Lei Orçamentária Anual
MCA	Manual do Comando da Aeronáutica
MPOG	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
NSCA	Norma de Sistema do Comando da Aeronáutica
ODS	Órgão de Direção Setorial
PCA	Plano de Contingência
PDTI	Plano Diretor de Tecnologia de Informação
PEMAER	Plano Estratégico Militar do Comando da Aeronáutica
PEFA	Política de Economia e Finanças da Aeronáutica
EEFA	Estratégia de Economia e Finanças da Aeronáutica
PLAMTAX	Plano de Missões Técnico-Administrativas no Exterior
PMA	Política Militar Aeronáutica
PPA	Plano Plurianual
PPP	Parcerias Público Privada
PGFN	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional
PROFAB	Programa de Reaparelhamento da Força Aérea Brasileira
Projeto FX2	Processo para a aquisição do caça supersônico multiemprego da FAB
PTA	Plano de Trabalho Anual
PTUG	Programa de Trabalho da Unidade Gestora
RADA	Regulamento de Administração da Aeronáutica
RCD	Registro de Contratos de Despesa
RCR	Registro de Contratos de Receita
RDAER	Regulamento Disciplinar da Aeronáutica
REGINT	Regimento Interno
RH	Recursos Humanos

RICA	Regimento Interno do Comando da Aeronáutica
ROCA	Regulamento de Organização do Comando da Aeronáutica
RP	Restos a Pagar
SEFA	Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIASG	Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SICONV	Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse
SIEFA	Sistema de Informações Estratégicas de Economia e Finanças
SIGADAER	Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos da Aeronáutica
SIGPEMAER	Sistema de Gestão do Plano Estratégico Militar da Aeronáutica
SIGPES	Sistema Integrado de Gerenciamento de Pessoal
SIORG	Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal
SERPRO	Serviço de Processamento de Dados
SOF	Secretaria de Orçamento Federal
SISCOMAER	Sistema de Comércio Exterior da Aeronáutica
SISCOMEX	Sistema Integrado de Comércio Exterior
SISCONTAER	Sistema de Contabilidade da Aeronáutica
SISCONT	Sistema de Controle Interno
SISFINAER	Sistema de Administração Financeira do Comando da Aeronáutica
SOF	Secretaria de Orçamento Federal
SPM	Setor de Pessoal Militar
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
SUCONT	Subsecretaria de Contabilidade
SUCONV	Subsecretaria de Contratos e Convênios
SUFIN	Subsecretaria de Administração Financeira
TCU	Tribunal de Contas da União
TI	Tecnologia da Informação
TLP	Tabela de Lotação de Pessoal
UG	Unidade Gestora
UGE	Unidade Gestora Executora
UJ	Unidade Jurisdicionada
WISEFA	Vice Secretário da Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica

LISTA DE TABELAS RELACÕES, GRÁFICOS, DECLARAÇÕES, ETC

Figura 1 – Sistemática de Planejamento Institucional da Aeronáutica	11
Figura 2 – Metodologia do Planejamento da SEFA.....	11
Figura 1.3 – Organograma da SEFA	14
Quadro A.1.3 – Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas.....	15
Figura 1.4 – Cadeia de Valor da SEFA	17
Figura 5.1 – Estratégia Organizacional da SEFA	26
Figura 5.2– Alinhamento dos Planos Estratégicos.....	26
Quadro 5.1 – Orçamento	26
Quadro 5.2 – Gestão Organizacional	27
Quadro 5.3 – PTUG 2014	29
Gráfico 5.1 – Comparativo Fontes FAER X LOA – 2014.....	34
Figura 5.3 – Processos da SEFA com indicadores.....	36
Tabela 5.1 – Informações sobre o Índice de Devolução de Recursos.....	36
Gráfico 5.2 – Devolução de Recursos	38
Gráfico 5.3 – Devolução de Recursos	38
Gráfico 5.4 – Devolução de Recursos	38
Tabela 5.2 – Informações sobre o Indicador da Eficácia da Arrecadação na Fonte 0280120320	39
Gráfico 5.5 – Evolução da Arrecadação.....	40
Tabela 5.3 – Informações sobre o Índice de Execução Financeira	40
Gráfico 5.5 – Execução Financeira	41
Tabela 5.4 – Informações sobre o Índice de Descentralização Orçamentária	42
Gráfico 5.6 – Descentralização de Créditos	42
Gráfico 5.7 – Descentralização de Créditos por Ação – Principais Ações	43
Tabela 5.5 – Informações sobre o Indicador de Registros Contábeis	44
Gráfico 5.8 - Conformidade de Registros Contábeis	45
Gráfico 5.9 – Controle de Certidões Exercício 2013	46
Tabela 6 – Informações sobre o Indicador de Controle de Certidões	46
Gráfico 5.10 - Controle de Certidões Exercício 2014	47
Tabela 5.7 – Informações sobre o Indicador de Nível de Satisfação de Usuário.....	48
Gráfico 5.11 - Indicador de Satisfação do Usuário	49
Gráfico 5.12 - Série histórica do Indicador de Satisfação do Usuário.	49
Tabela 5.8 – Informações sobre o Indicador de Nível de Satisfação de Usuário – Convênios e Instrumentos Congêneres.	50
Gráfico 5.13 - Indicador de Satisfação do Usuário. – Convênios e Instrumentos Congêneres	50
Figura 5.4 – PROFAB	51
Tabela 5.9 - Informações sobre o Indicador Gerenciamento de Projetos	51
Gráfico 5.14 - Atendimento das necessidades gerenciais dos projetos.....	52

Tabela 5.10 – Informações sobre o Indicador de Utilização do Financiamento BNP Paribas	52
Gráfico 5.15 – Índice de Utilização do Financiamento BNP Paribas	53
Tabela 5.11 - Informações sobre o Indicador de Utilização do Financiamento Societe Generale.....	53
Gráfico 5.16 –Índice de Utilização do Financiamento Societe Generale	54
Tabela 5.12 - Informações sobre o Indicador de Utilização do Financiamento BBVA.....	54
Gráfico 5.17 – Índice de Utilização do Financiamento BBVA.....	55
Figura 5.5 - Objetivos Estratégicos da Aeronáutica.....	56
Figura 5.6 - Organograma Básico do COMAER	57
Gráfico 5.18 – Comparabilidade entre Custos Orçamentários e Patrimoniais.....	58
Tabela 5.13 - Códigos de Centros de Custos no COMAER	58
Figura 5.8 - Cadeia de Valor: Processos e Custos do COMAER	60
Figura 5.9 - Dimensão 22: Quem Controla e Defende, Protege	61
Tabela 5.13 - Custo Unitário do Produto COMAER	61
Quadro A.6.1.1 – Programação de Despesas	63
Quadro A.6.1.3.1 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total	64
Quadro A.6.1.3.1 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total	65
Quadro A.6.1.3.2 – Despesas executadas diretamente pela UJ, por modalidade de contratação – Créditos Originários	66
Quadro A.6.1.3.3 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Total	67
Quadro A.6.1.3.3 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Total	68
Quadro A.6.1.3.4 – Despesas executadas diretamente pela UJ – Créditos Originários.....	70
Quadro A.7.1.1.1 – Força de Trabalho da UJ	74
Quadro A.7.1.1.2 – Distribuição da Lotação Efetiva	74
Quadro A.7.1.1.3 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ	75
Quadro A.7.1.2 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12/2014.....	76
Quadro A.7.1.3 – Custos do pessoal	77
Quadro A.9.1 – Contratos na Área de Tecnologia da Informação em 2014	82
Quadro A.11.2.1 – Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno.....	84
Quadro A.11.3 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR	85

INTRODUÇÃO

A Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica (SEFA) é um órgão de Direção Setorial (ODS) do Comando da Aeronáutica (COMAER) com a missão de “gerenciar as atividades financeiras, contábeis e patrimoniais com vistas à aplicação eficiente, eficaz, legal e econômica dos recursos alocados ao Comando da Aeronáutica, contribuindo para o cumprimento da missão da Aeronáutica” (BRASIL, ICA 19-3/2010, p. 16).

Na estrutura organizacional do COMAER, a Secretaria é um Órgão de Direção Setorial (ODS), atípico, pois não possui organizações subordinadas, atuando no Setor de Economia e Finanças da Aeronáutica de forma sistêmica.

Atualmente, é o órgão central dos Sistemas de Comércio Exterior (SISCOMAER), Sistemas de Contabilidade e de Administração Financeira no âmbito da Aeronáutica. Esses sistemas estão integrados aos respectivos sistemas do Executivo previstos na Lei nº 10.180/2001. Ainda no âmbito da Aeronáutica, a Secretaria também é a responsável pela normalização e regulação das atividades relativas ao Sistema de Administração de Serviços Gerais (SIASG), este ligado ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG).

A SEFA, por meio de sua estrutura, exerce a gestão dos recursos afetos ao Fundo Aeronáutico (FAER), estabelecido em legislação própria e que corresponde a uma Unidade Orçamentária específica.

Todas as atividades da SEFA são norteadas pela sua Missão e pela sua Visão, a qual estabelece que a Secretaria “[...] **será reconhecida, no âmbito nacional, como uma organização de excelência na gestão financeira, contábil, patrimonial e dos recursos públicos**” (BRASIL, ICA 19-3/2013, p. 15).

De acordo com a Sistemática de Planejamento Institucional da Aeronáutica, o planejamento estratégico da Aeronáutica é competência do Estado-Maior da Aeronáutica (EMAER), cujos objetivos estratégicos estão listados no Plano Estratégico da Aeronáutica (PEMAER), os quais orientam o processo de priorização dos recursos orçamentários, definindo atribuições e responsabilidades. (DCA 11-1/2009, item 1.2.26, p. 12). Os Objetivos Estratégicos elaborados pelo EMAER são aprovados pelo Comandante da Aeronáutica (CMTAER).

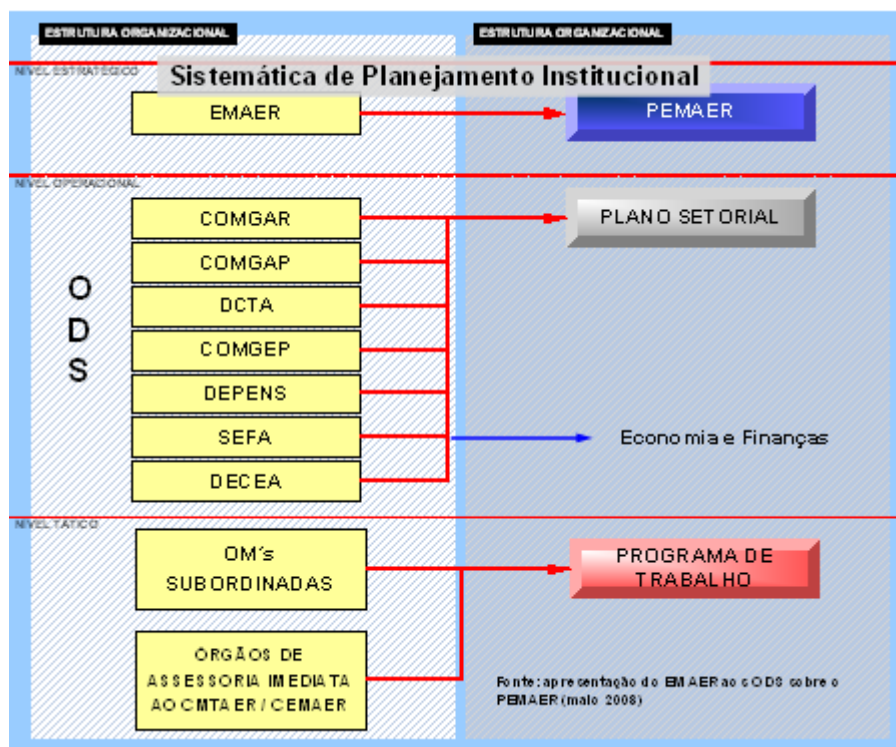
Em função dessa competência, o EMAER é o órgão central, no âmbito do COMAER, do Sistema de Planejamento, cabendo à SEFA a competência sobre as tarefas e atividades relacionadas à Execução Orçamentária (Decreto 6.834/2009, artigos 5º e 22).

Portanto, sendo a competência do nível estratégico exclusiva do EMAER (DCA 11-1/2009, item 2.4.11, p. 17), no que tange ao item 5.1, do Relatório da Secretaria, conforme estabelecido na Decisão Normativa TCU 134/2013, cabe ao EMAER a demonstração da vinculação do Plano Estratégico da Aeronáutica (PEMAER) e do seu Plano Plurianual com o PPA do Governo Federal (DCA 11-1/2009, item 1.2.25, p. 12).

A Sistemática de Planejamento Institucional da Aeronáutica estabelece que os ODS estejam situados no nível operacional (**Figura 1**) e tem por finalidade definir os meios necessários à consecução dos Objetivos Estratégicos e Setoriais. Portanto, à SEFA, como Órgão de Direção Setorial, cabe a elaboração de objetivos setoriais (**Figura 1**), os quais compõem o Plano Setorial da Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica (DCA 11-1/2009, item 2.4.2, p. 17).

A **Figura 1** detalha a Sistemática de Planejamento da Aeronáutica, onde podem ser visualizados o EMAER e os Órgãos de Direção Setorial, dentre eles a SEFA, cuja atuação se verifica no setor de Economia e Finanças.

Figura 1 – Sistemática de Planejamento Institucional da Aeronáutica

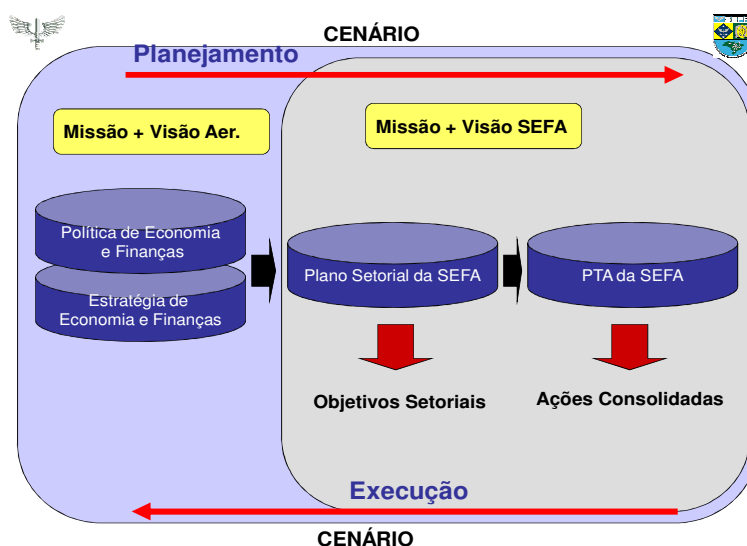


Para isso, a Secretaria desenvolveu uma metodologia no sentido de que suas Ações de Melhoria (projetos) estejam conectadas aos Objetivos Setoriais de forma que ela possa atingir o previsto em sua Visão, bem como o uso de indicadores de forma a verificar se está atendendo aos seus “clientes” e aprimorando o seu desempenho institucional em consonância com sua Missão.

A Missão da SEFA foi assim estabelecida: “Gerenciar as atividades financeiras, contábeis e patrimoniais, com vistas à aplicação eficiente, eficaz, legal e econômica dos recursos alocados ao COMAER, contribuindo com a Missão da Aeronáutica” (BRASIL, ICA 19-3/2013, p. 16).

A metodologia desenvolvida pela SEFA pode ser observada, de forma sintética, na **Figura 2**.

Figura 2 – Metodologia do Planejamento da SEFA



A **Figura 2** demonstra a conexão entre a Política e Estratégia de Economia e Finanças da Aeronáutica com o Plano Setorial e Programa de Trabalho Anual (PTA) da SEFA, destacando a

conexão entre a Sistemática de Planejamento Institucional da Aeronáutica e a metodologia desenvolvida pela Secretaria.

Em 2014, a Secretaria observou que a redução dos Objetivos Setoriais permitiu, não só um aprimoramento na gerência das Ações de Melhoria, como um melhor controle dos projetos e de seus resultados.

Em função dessas alterações e da criação do CENCIAR, a Diretriz do Comando da Aeronáutica (DCA) que trata sobre a missão da Secretaria foi atualizada em 2013, conforme Portaria nº 14/ANAJ de 7/03/2013. A Política Estratégia de Economia e Finanças da Aeronáutica encontra-se em fase de atualização. O Programa de Trabalho (PTA)¹ para 2015 já está atualizado, utilizando a nova concepção de Objetivos Setoriais.

Todas essas mudanças geraram, ainda, alterações nos processos, que também foram atualizados, levando a um ajuste na Cadeia de Valor da Secretaria (**Figura 1.4**).

Desta forma, a SEFA vincula-se ao planejamento institucional da Aeronáutica por meio do seu Plano Setorial e do seu Programa de Trabalho Anual que estabelece as Ações, as tarefas de rotina e a capacitação dos recursos humanos (RH) da Secretaria e do Setor de Economia e Finanças da Aeronáutica, uma vez que à SEFA cabe gerenciar, por meio do Instituto de Economia e Finanças da Aeronáutica (IEFA), o conhecimento necessário ao aprimoramento dos gestores nos campos orçamentário, financeiro, patrimonial e de comércio exterior.

O PTA integra todos os recursos planejados para a execução das tarefas e atividades relacionadas com a Missão da Secretaria, bem como para atingir os objetivos necessários à consecução de sua Visão, correlacionando os demais planos da organização, como o Plano de Contingência (PCA 14-1/2013), o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) e o Calendário Administrativo da organização.

No que tange a Tecnologia da Informação (item 9, da DN TCU nº 134/2013), a Secretaria também é regida por normas definidas pela Diretoria de Tecnologia da Informação, a qual é subordinada ao Comando-Geral de Apoio (COMGAP). Portanto, as informações prestadas pela Secretaria, nesse item, referem-se a infraestrutura, sistemas, rede e parque de máquinas próprios.

A demonstração e análise das Ações (Projetos de Melhoria), iniciativas para aprimoramento dos processos da Secretaria e daqueles de interesse da Aeronáutica, dentro do escopo do setor de Economia e Finanças, área de gerência da SEFA, estão delineados no item 5.

¹ A nomenclatura do plano, anteriormente denominado de Programa de Trabalho de Unidade Gestora, passou a ser Programa de Trabalho Anual, em função de modificação ocorrida com a atualização do Regulamento de Administração da Aeronáutica (RADA) em 2014.

1 IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES CUJAS GESTÕES COMPÕEM O RELATÓRIO

1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada

Quadro A.1.1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Consolidado

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Defesa / Comando da Aeronáutica			Código SIORG: 41066/48
Identificação da Unidade Jurisdicionada Consolidadora			
Denominação Completa: Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica			
Denominação Abreviada: SEFA			
Código SIORG: 41066/48		Código LOA: 52111	Código SIAFI: 120002
Natureza Jurídica: Administração Direta		CNPJ: 00.394.429/0001.00	
Principal Atividade: Defesa			Código CNAE: 8422-1
Telefones/Fax de contato:	(061) 3962-1443	(061) 3962-1479	
Endereço Eletrônico: secretario@sefa.aer.mil.br			
Página na Internet: http://www.fab.mil.br			
Endereço Postal: Esplanada dos Ministérios – Bloco “M” – 3º Andar - Brasília – Distrito Federal – CEP: 70.045-900.			
Identificação das Unidades Jurisdicionadas Consolidadas			
Nome	CNPJ	Código SIAFI	Código SIORG
Fundo Aeronáutico	00.394.429/0001.00	121002	41066/48
Normas Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas Consolidadora e Consolidadas			
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas			
<p>A Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica (SEFA) foi criada pelo Decreto nº 71.245, de 13 de outubro de 1972, e com a atual denominação estabelecida pelo Decreto nº 75.354, de 05 de fevereiro de 1975, sendo um Órgão de Direção Setorial (ODS) da estrutura organizacional do Comando da Aeronáutica (COMAER), conforme estabelecido no Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009. Em 2012, sua estrutura organizacional foi modificada com o advento do Decreto nº 7.809, de 20 de setembro de 2012, (art. 3º, inciso III, letra “i”) que criou o Centro de Controle Interno da Aeronáutica (CENCIAR).</p> <p>O Fundo Aeronáutico, criado pelo Decreto-lei nº 8.373, de 14 de dezembro de 1945, modificado pelo Decreto-lei nº 9.651, de 23 de agosto de 1946, alterado pelo Decreto-lei nº 1.252, de 22 de dezembro de 1972, e regulamentado pelo Decreto-lei nº 73.070, de 01 de novembro de 1973, complementado pela Portaria nº 431/GC6, de 8 de agosto de 2011, alterado pela Portaria nº 1727/GC6, de 24 de setembro de 2013, é um fundo de natureza contábil, destinado a auxiliar o provimento de recursos financeiros para o aparelhamento da Força Aérea Brasileira e para as realizações ou serviços que se façam necessários, no sentido de assegurar o cumprimento eficiente da missão constitucional da Aeronáutica.</p>			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas			
<p>No que tange à sua estrutura organizacional, a SEFA é regida pelas seguintes normas: (a) ROCA 20-8, “Regulamento da Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica”, aprovado pela Portaria nº 2.068/GC3, de 3 de dezembro de 2014, publicada no D.O.U. nº 235, de 4 de dezembro de 2014, e Boletim do Comando da Aeronáutica nº 232, de 8 de dezembro de 2014, e (b) RICA 20-2, “Regimento Interno da Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica”, aprovado pela Portaria SEFA nº 63/ANAJ, de 1º de outubro de 2013, e publicado no Boletim Interno Ostensivo nº 85, de 01/11/2013. No que tange à sua gestão, a Secretaria é regida pelas seguintes normas: (a) DCA 11-1, Sistemática de Planejamento Institucional da Aeronáutica, aprovada pela Portaria nº 714/GC3, de 29 de julho de 2009; (b) ICA Missão da Aeronáutica, aprovada pela Portaria nº 144/GC3 de 9 de março de 2007; (c) DCA 19-3. Missão da Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica, aprovada pela Portaria SEFA nº 14/ANAJ, de 07 de março de 2013; (d) DCA 14-10. Política de Economia e Finanças da Aeronáutica, aprovada pela Portaria nº 203/GC3, de 6 de abril 2011; (e) PCA 11-18. Plano Setorial da Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica, aprovado pela Portaria nº SEFA nº 25-T/ANAJ, de 28 de fevereiro de 2012; (f) DCA 15-3 Estratégia de Economia e Finanças da Aeronáutica, aprovada pela Portaria nº 629/GC3, de 1º de dezembro 2011; e (g) ICA 19-130. Programa de Trabalho de Unidade Gestora (PTUG), aprovada pela Portaria nº 13-T/ANAJ, de 10 de março de 2014.</p>			
Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas			
Manual de Execução Orçamentária, Financeira e Patrimonial do Comando da Aeronáutica, aprovado pela Portaria nº 14/SUCONT, de 13 de outubro de 2010, atualizado pela Portaria nº 34/ANAJ, de 14 de agosto de 2014.			
Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas Consolidadora e Consolidadas			
Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Código SIAFI	Nome		
121002	Fundo Aeronáutico		

1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade

A Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica (SEFA) é uma organização do Comando da Aeronáutica (COMAER) prevista no Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009 (art. 4º, inciso IV, letra “h”), que tem por finalidade superintender e realizar as atividades de Execução Orçamentária, Administração Financeira e de Contabilidade, relativas aos recursos de qualquer natureza do COMAER. A SEFA é diretamente subordinada ao Comandante da Aeronáutica (CMTAER) e tem sua sede em Brasília, Distrito Federal (ROCA 20 - 8/2014, artigos 1º, 2º e 3º, p. 7).

A Secretaria participa dos Sistemas de Administração Financeira e de Contabilidade do Poder Executivo Federal previstos na Lei 10.180/2001, nos assuntos concernentes ao Comando da Aeronáutica (ROCA 20-8/2014, parágrafo único do art. 1º). É, também, o órgão central do Sistema de Comércio Exterior da Aeronáutica (SISCOMAER), aprovado pela Portaria nº 587/GC3, de 03 de novembro de 2011.

Em 2014, vários documentos foram revisados, dentre eles: o Regimento Interno (RICA 20-2/2015).

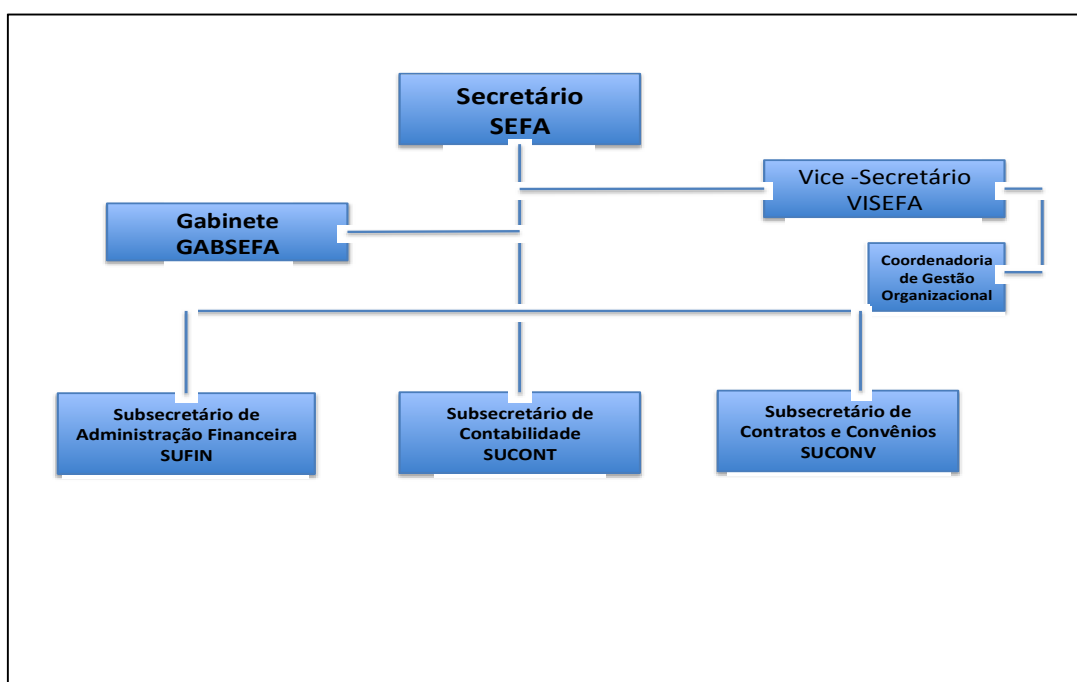
Além desses documentos, encontram-se em revisão a Política e a Estratégia de Economia e Finanças da Aeronáutica, DCA 14-10/2011 e DCA 15-3/2012, respectivamente. A Diretriz que estabelece a sua Missão e Visão (DCA 19-3/2010) e todos os demais documentos internos da Secretaria com eles relacionados.

Uma das mais importantes normas da Aeronáutica, o Regulamento de Administração da Aeronáutica (RCA 12-1 RADA), também foi atualizada em 2014, por meio da Portaria Nº 2189/GC3, de 29 de dezembro de 2014, uma vez que essa atualização é competência da SEFA, conforme o art. 306 dessa norma.

1.3 Organograma Funcional

O Regulamento da SEFA (ROCA 20-8/2014) prevê a estrutura organizacional demonstrada na **Figura 1.3**, contendo somente os setores cujos cargos são providos por Oficiais-Generais, com exceção do Gabinete e da Coordenadoria de Gestão Organizacional, cujos cargos são providos por Coronéis.

Figura 1.3 – Organograma da SEFA



Fonte: REGINT SEFA

Considerou-se adequado demonstrar, também, no organograma da Secretaria, a atual Coordenadoria de Gestão Organizacional, subordinada ao Vice Secretário, a qual é a encarregada de gerir o projeto de reestruturação estratégica da SEFA, bem como da elaboração, coordenação e controle do Programa de Trabalho Anual da SEFA (PTA).

Os demais setores (Divisões, Seções e Assessorias) estão definidos no Regimento Interno (REGINT), cujo documento contém as atribuições, competências e cargos da SEFA (RICA 20-2/2015).

Na estrutura organizacional da Secretaria, o Secretário, o Vice-Secretário e os Subsecretários compõem a Alta-Direção da SEFA, enquanto as Subsecretarias propriamente ditas e suas respectivas Divisões, juntamente com as Assessorias, o Controle Interno e o Instituto de Economia e Finanças (IEFA), compõem o nível estratégico da organização. As Seções das Subsecretarias, do GABSEFA e do IEFA, inclusive as que são diretamente subordinadas ao Secretário (Seções de Investigação e Justiça, de Inteligência, Controle Interno e Comunicação Social) situam-se no nível tático.

Como reportado na Introdução deste Relatório, a SEFA não possui organizações subordinadas.

À SEFA, como ODS, compete planejar, superintender, coordenar e controlar as atividades financeiras, patrimoniais e contábeis referente aos recursos alocados ao COMAER (ROCA 20-8/2014, art. 4º).

As Subsecretarias possuem competências específicas que são detalhadas no Regulamento e Regimento Interno da Secretaria. Dentre estas atribuições, citam-se as seguintes:

a) À SUFIN cabe elaborar a programação financeira do COMAER e acompanhar a execução orçamentária e financeira das Unidades Gestoras, da Autarquia e do Fundo Aeronáutico, no âmbito do COMAER (ROCA 20-8/2014, art. 7º, incisos I e II);

b) À SUCONT cabe analisar e avaliar a consistência dos balanços, balancetes, das demais demonstrações contábeis; registrar as conformidades pertinentes das Unidades Gestoras do COMAER, do Fundo Aeronáutico; registrar a conformidade contábil da Autarquia e coordenar as atividades de Contabilidade Gerencial e de Custos no âmbito do COMAER (ROCA 20-8/2014, art. 8º, incisos I, II e III);

c) À SUCONV cabe acompanhar, controlar e, quando determinado, analisar os contratos, convênios, acordos de compensação e instrumentos congêneres celebrados no âmbito do COMAER e registrados nos sistemas de tecnologia da informação adequados, e operacionalizar os financiamentos internos e externos, de interesse do COMAER, com os órgãos das áreas econômica e de planejamento do Governo, com entidades bancárias e agências de fomento à exportação, governamentais e particulares, nacionais e estrangeiras, bem como tratar de assuntos relativos à Receita Federal e ao Sistema Integrado de Comércio Exterior (SISCOMEX) conforme a legislação vigente e em coordenação com a SUFIN e a SUCONT (ROCA 20-8/2014, art. 9º, incisos I e III).

A SUCONV tem, ainda, dentro de suas atribuições de normalizar as relações, tarefas, atribuições e competências dos componentes (Órgão Central e elos) do SISCOMAER, cujo sistema foi instituído em 2011 (Portaria SISCOMAER, 2011, art. 1º).

Quadro A.1.3 – Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
SEFA	Dirigir, coordenar e controlar as atividades de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Contabilidade, relativas aos recursos de qualquer natureza do COMAER.	Ten Brig Ar Antônio Franciscangelis Neto	Secretário de Economia e Finanças	01/01/2014 a 31/12/2014

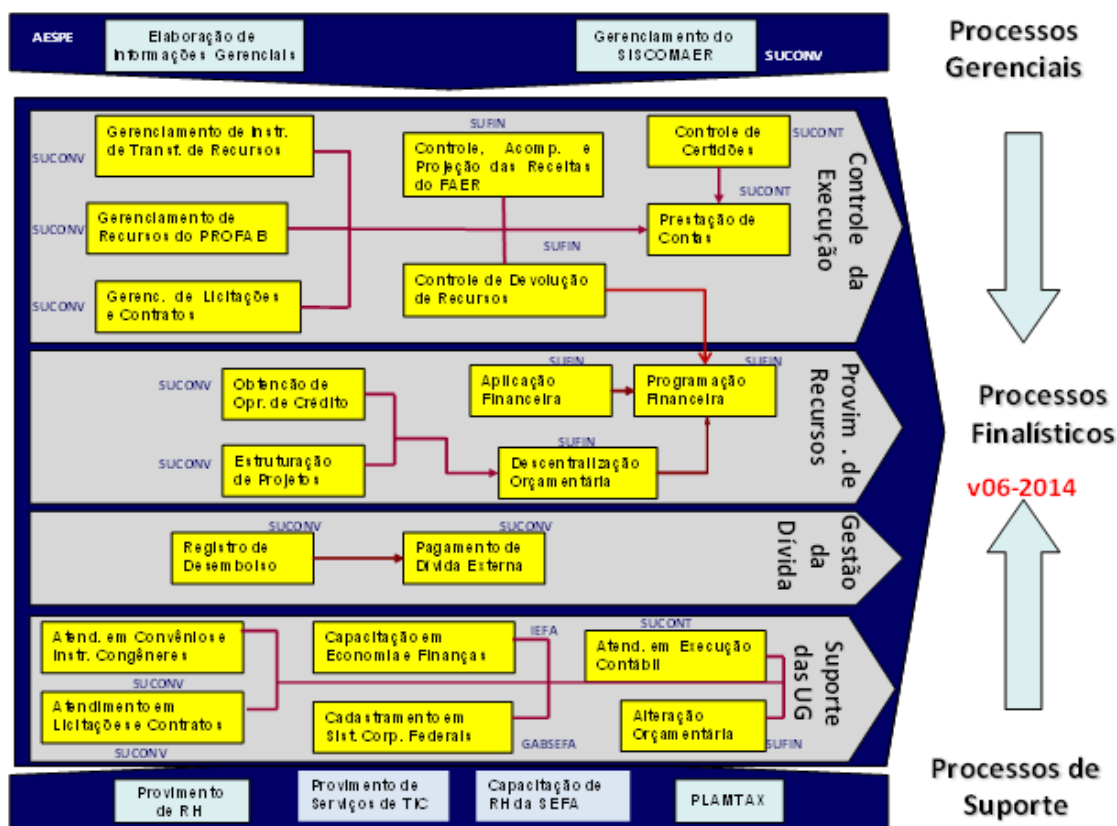
WISEFA	Coordenar as atividades das Subsecretarias, das Assessorias e do Gabinete da SEFA.	Maj Brig Ar José Hugo Volkmer	Vice-Secretário da SEFA	01/01/2014 a 31/12/2014
SUFIN	Coordenar o acompanhamento da execução orçamentária e financeira das UG. Administrar o numerário sob a responsabilidade da SEFA, bem como as atividades de programação financeira.	Brig Ar Heraldo Luiz Rodrigues	Subsecretário de Administração Financeira	01/01/2014 a 31/12/2014
SUCONT	Exercer as atividades de Órgão Central do Sistema de Contabilidade no âmbito do Comando da Aeronáutica.	Brig Int Gilberto Barros Santos	Subsecretário de Contabilidade	01/01/2014 a 31/12/2014
SUCONV	Coordenar e normatizar, no âmbito do COMAER, os procedimentos, relativos às licitações, aos contratos, convênios, acordos de compensação e instrumentos congêneres.	Brig Ar Heraldo Luiz Rodrigues	Subsecretário de Contratos e Convênios	01/01/2014 a 30/04/2014
		Brig Ar José Isaías Augusto de Carvalho Neto		30/04/2014 a 31/12/2014
ANAJ	Assessoramento ao Secretário, Vice-Secretário e Subsecretários em assuntos de natureza jurídica.	Cel Int Luiz Carlos D'Agostino	Assessoria de Normas e Assuntos Jurídicos	01/01/2014 a 31/12/2014
ACI	Assessoramento ao Secretário em assuntos e providências pertinentes à execução ordenada, ética, econômica, eficiente e eficaz das operações, cumprimento das leis e regulamentos e salvaguarda dos recursos para evitar perdas, mau uso e dano.	Cel Int R/1 Amaro Euriques do Nascimento	Chefe da Seção de Controle Interno	01/01/2014 a 01/07/2014
		Cel Int Antonio Carlos Marcolino		01/07/2014 a 31/12/2014
AESPE	Assessoramento ao Secretário, Vice-Secretário e Subsecretários em assuntos de conjuntura econômica e financeira, nacional e internacional.	Brig Ar José Isaías Augusto de Carvalho Neto	Assessoria Especial Econômica - AESPE	01/01/2014 a 27/02/2014
		Brig Av Maxneif Cabral Mendes De Castro		27/02/2014 a 31/12/2014
ASTIC	Assessoramento ao Secretário, Vice-Secretário e Subsecretários em Tecnologia da Informação e Comunicação.	Ten Cel Av Robson Luis Lopes dos Santos	Assessoria de Tecnologia da Informação e Comunicação	01/01/2014 a 31/12/2014
CGOrg	Assessoramento ao Secretário, Vice-Secretário, Subsecretários e demais setores da SEFA em todas as atividades inerentes ao ciclo de vida dos processos e projetos da Secretaria.	Cel Ref Flávio Néri Hadmann Jasper	Coordenadoria de Gestão Organizacional	01/01/2014 a 31/12/2014
GABSEFA	Assessoramento ao Secretário na proposição de políticas de pessoal e de provimento de meios para o funcionamento da SEFA. Responder pelos atos e fatos administrativos e pelos serviços concernentes à atividade meio da SEFA.	Cel Av Jayme Ferreira Junior	Chefe de Gabinete da SEFA	01/01/2014 a 20/03/2014
		Brig Av Marcos Vinicius Rezende Mrad		20/03/2014 a 18/12/2014
		Cel Refm João Bosco de Sales		18/12/2014 a 31/12/2014

1.4 Macroprocessos Finalísticos

Inicialmente, é preciso destacar que, na modelagem realizada pelo Projeto de Reestruturação Organizacional, a Secretaria aglutinou os processos finalísticos em quatro grandes macroprocessos e os processos de apoio e gerenciais em apenas um macroprocesso, respectivamente. Os processos conduzidos pelas Subsecretarias e demais setores da SEFA estão demonstrados na Cadeia de Valor, **Figura 1.4**. No modelo concebido pela Secretaria, os macroprocessos permeiam toda a estrutura organizacional da instituição, não sendo específicos a nenhum setor da Secretaria.

A Cadeia de Valor da Secretaria possui quatro macroprocessos finalísticos: Controle da Execução, Provimento de Recursos, Gestão da Dívida e Suporte às Unidades Gestoras (UG). A Cadeia de Valor da Secretaria também destaca os processos que, aglutinados, compõem os macroprocessos finalísticos, gerenciais e de suporte.

Figura 1.4 – Cadeia de Valor da SEFA



Fonte: CGOrg

A Cadeia de Valor acima descrita foi revisada e atualizada em 2014, atualmente em sua sexta versão, ressaltando a dinâmica da organização. Os processos assinalados na **Figura 1.4** são os resultantes da atualização. O projeto de reorganização estratégica da Secretaria prevê um processo de revisão anual de todos os documentos, da Cadeia de Valor, dos Objetivos Setoriais e da Política e Estratégia de Economia e Finanças da Aeronáutica, de forma que o PTA possa refletir as mudanças no ambiente institucional da SEFA, permitindo que ela cumpra sua Missão e possa alcançar os objetivos traçados em sua Visão.

A Secretaria, por meio dos macroprocessos, busca atingir os seus Objetivos Setoriais, cuja mensuração é realizada por meio de indicadores posicionados nos processos de cada macroprocesso respectivamente. Apesar de a Secretaria já possuir uma quantidade de indicadores considerados como adequados para sua gestão, nem todos os processos possuem um indicador. Em 2013 e 2014, foi observado pelos gerentes e pela Coordenadoria que determinados indicadores deveriam ser aprimorados e alguns abandonados. Esse aspecto demonstra que alguns indicadores ainda não estão consolidados, cujo resultado é que ainda não foi possível montar uma série histórica dos indicadores da Secretaria. Espera-se que isso ocorra a partir de 2016.

A descrição dos indicadores está sintetizada no item 5.4.

A cada processo é atribuído um Gerente, que corresponde a um Agente da Administração pertencente à área funcional com maior ascendência sobre o processo.

Esses Gerentes relacionam-se com a estrutura organizacional da Secretaria por meio de suas lideranças funcionais, e recebem orientação das Coordenadorias de Gestão Organizacional e de

Processos nos assuntos afetos ao ciclo de vida dos processos, à mensuração do seu desempenho, bem como recebem conhecimentos sobre as melhores práticas aplicáveis ao gerenciamento rotineiro dos processos, aos projetos de melhoria ou de transformação de processos.

Nessa modelagem, o macroprocesso Provimento de Recursos, por exemplo, reúne os processos que, de maneira sintética, respondem pela obtenção de recursos orçamentários e financeiros seu gerenciamento e sua distribuição às Unidades do Comando da Aeronáutica, consoante o planejamento estabelecido pelo Estado-Maior da Aeronáutica. Por meio deste macroprocesso, a SEFA viabiliza a consecução do planejamento da Aeronáutica, garantindo o adequado fluxo de recursos creditícios e financeiros, cumprindo assim as suas competências institucionais.

Também voltado para a consecução do planejamento da Aeronáutica e diretamente relacionado com a Missão da Secretaria, o macroprocesso Gestão da Dívida contempla os processos ligados ao controle e ao processamento dos recursos destinados ao pagamento das dívidas provenientes de operações de crédito externas que envolvem atividades centralizadas na SEFA, especialmente aquelas ligadas ao Reparcelamento da FAB, como é o caso de aeronaves como o KC-390, o A1 e o atual Gripen.

O macroprocesso Suporte às Unidades Gestoras reveste-se de especial importância, pois se relaciona com a capacitação técnica (cursos, estágios e seminários) dos Agentes da Administração das diversas organizações, com vistas à adequada utilização dos recursos, bem como com o suporte técnico e normativo das Unidades no transcorrer da execução, principalmente no que se refere aos sistemas gerenciados pela Secretaria, nos assuntos ligados a licitações e contratos, convênios e instrumentos congêneres, comércio exterior, financiamento externo, operações de crédito, assim como em todas as rotinas de execução contábil no SIAFI e nas demais plataformas internas do Comando da Aeronáutica. Atualmente, a Secretaria também regula e gerencia as atividades relativas às Parcerias Público Privadas no âmbito da Aeronáutica.

Esse macroprocesso conta com ferramentas relevantes, dentre as quais pode-se mencionar os Manuais Eletrônicos que normalizam a Execução Orçamentária, Financeira e Patrimonial (MCA 172-3/Digital, MCA 176-1 Digital e MCA 172-3 Digital), normas totalmente eletrônicas, voltada para a orientação de procedimentos de natureza contábil, orçamentária, de execução financeira e patrimonial das Unidades Gestoras. Essas normas, além de prescindirem da impressão em papel, permitem que o seu processo de atualização ocorra em períodos de tempo muito mais curtos.

Nesse macroprocesso, está inserido, também, o Processo de Capacitação em Economia e Finanças, gerenciado pelo Instituto de Economia e Finanças da Aeronáutica e responsável pelo gerenciamento dos cursos de especialização, providos pela Secretaria, para os Agentes da Administração das UG do COMAER.

Por fim, também como macroprocesso finalístico, o Controle da Execução envolve processos que lidam com o monitoramento de informações geradas no SISCOAER e outras plataformas do Comando da Aeronáutica, que permitem a análise de informações providas de várias fontes como o SISCOAER, SIASG e SIAFI permitem o monitoramento da execução financeira e orçamentária, dos contratos e convênios e instrumentos congêneres, bem como da análise de demonstrações contábeis e de verificação da conformidade contábil das Unidades, resultando na apresentação de documentos inerentes ao Processo de Contas da Secretaria.

Nesse macroprocesso, em 2014, por meio do processo denominado de Controle de Devolução de Recursos, foi possível fazer a conexão entre dois macroprocessos: o de Controle da Execução e o de Provimento de Recursos, que pode ser observado na **Figura 1.4**.

1.5 Macroprocessos de Apoio

A Cadeia de Valor da SEFA lista, também, os processos de apoio que consolidam a maioria das tarefas e atividades existentes que são: (a) Provimento de Recursos Humanos, na vertente pessoal militar e pessoal civil; (b) Provimento de Recursos de TIC que envolve todo o complexo de tarefas e atividades relacionadas com o planejamento e suporte de Tecnologia da Informação e

Comunicações; (c) PLAMTAX que é um Plano de Visitas Técnicas às UG situadas no exterior para acompanhamento e correção de procedimentos; e (d) Capacitação de Pessoal voltada exclusivamente para os recursos humanos da SEFA, abrangendo todos os setores e também coordenado pelo IEFA.

A característica dos processos classificados como de apoio é o suporte aos processos finalísticos, ou seja, daqueles diretamente envolvidos na consecução da Missão da Secretaria e na busca de sua Visão. Dentre os processos de apoio, é conveniente ressaltar a crescente importância daqueles relacionados com o monitoramento dos serviços de rede e a segurança dos elementos de tecnologia da informação e comunicações.

Nesse sentido, é importante observar que os processos finalísticos da Secretaria encontram-se, em sua grande maioria, totalmente dependentes de sistemas corporativos do Governo Federal e de outros do Comando da Aeronáutica, cujo funcionamento e disponibilidade interferem diretamente na Missão da Secretaria.

Em função dessa dependência, a Secretaria considerou adequado tomar medidas no sentido de possibilitar a continuidade das atividades da SEFA e, dentro do Projeto de Estratégia Organizacional, adotou hipóteses de risco, cujas medidas preventivas foram consolidadas no Plano de Contingência da Secretaria (PCA 14-1/2014), de forma a preservar a capacidade de a SEFA cumprir a sua missão em função de diversos cenários de ameaça possíveis.

Ainda no escopo dos processos de apoio, um de grande importância é o que trata do provimento de Recursos Humanos (RH), fator que, nos últimos anos, tem exercido uma pressão relevante sobre a capacidade de a SEFA atingir os seus objetivos, principalmente pelo acréscimo de tarefas e atividades oriundas, não só no âmbito interno da Aeronáutica, como também pelas mudanças em curso no Executivo, seja na área contábil e patrimonial, como na área de estruturação de operações de financiamento, particularmente no que se refere às Parcerias Público Privadas (PPP).

1.6 Macroprocessos Gerenciais

Além dos macroprocessos finalísticos e de apoio, a Cadeia de Valor da Secretaria também contempla o grupo de processos denominados gerenciais ou de gestão. A principal característica é a sua relação com atividades de monitoramento e controle das atividades da própria Secretaria, bem como com o suporte do processo decisório da SEFA. Atualmente, esse macroprocesso contém somente dois processos quais sejam: (a) Gerenciamento do (SISCOMAER) e (b) Elaboração de Informações Gerenciais. No primeiro, o gerenciamento e controle dos diversos macroprocessos que compõem o sistema de Comércio Exterior, desde a contratação de financiamento externo até o macroprocesso de Desembaraço Alfandegário. A normalização de todos os macroprocessos do SISCOMAER está sendo realizada pela Subsecretaria de Contratos e Convênios, onde cada etapa é considerada como um projeto e consta do PTA da Secretaria, sendo monitorado pela Coordenadoria de Gestão Estratégica, cuja apresentação é realizada para o Secretário nas Reuniões de Administração.

No segundo processo gerencial, Elaboração de Informações Gerenciais estão incluídas ações da Subsecretaria de Contabilidade (SUCONT) e da Assessoria Especial e Econômica (AESPE) que é a atual gerente da implantação do projeto do Sistema de Cadastro Técnico da Aeronáutica (CADTEC) de grande importância para o COMAER, principalmente no que se refere a diminuir a participação de empresas inidôneas ou de fachada que possam contratar com a Aeronáutica. As ações da SUCONT incluem um projeto de estabelecer um arcabouço de informações gerenciais de contabilidade para apoiar o processo decisórios dos Órgãos de Direção Setorial (ODS) da Aeronáutica.

A Secretaria vem empreendendo significativo esforço para promover o alinhamento conceitual dos diversos segmentos da SEFA com as necessidades de informações da Secretaria e dos demais Órgãos de Direção Setorial da Aeronáutica, com o objetivo de estabelecer métodos,

normas e sistemas que suportem o processo decisório do COMAER com dados confiáveis e seguros.

Nesse aspecto em particular, a Secretaria criou um Projeto de Melhoria, em 2013, denominado Sistema de Informações Estratégicas de Economia e Finanças (SIEFA), cujo objetivo é produzir informações de economia e finanças com maior integração e abrangência que possibilitem dar suporte às decisões (processo decisório) da Alta Administração da SEFA, dos demais ODS, dos Gestores e do próprio Alto-Comando da Aeronáutica.

Finalmente, cabe destacar que a sistemática de planejamento institucional da Secretaria é objeto de apresentação ao Secretário na Reunião Mensal da Administração, dedicada à discussão de aspectos gerenciais dos processos da SEFA, notadamente, informações de caráter gerencial, abrangendo, ainda, a apresentação dos indicadores relativos aos processos e o controle do andamento dos Projetos de Melhoria de cada setor.

1.7 Principais Parceiros

No âmbito do Governo Federal, além do próprio Ministério da Defesa, a SEFA atua em estreita parceria com a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) nas vertentes ligadas aos Sistemas de Contabilidade e de Administração Financeira.

A SEFA trata com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) no que se refere ao Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (SIASG), principalmente nas questões relativas a contratos e convênios e processos de licitação, bem como nas questões relativas às Parcerias Público Privadas (PPP).

No trato com a Secretaria de Orçamento Federal (SOF), a Secretaria atua em parceria com o Estado-Maior da Aeronáutica (EMAER) na busca dos recursos (créditos) necessários para que a Aeronáutica cumpra sua Missão institucional “Soberania no espaço aéreo brasileiro, com vistas à defesa da Pátria” e também com vistas ao cumprimento de sua missão subsidiária de prover a navegação aérea.

Nessa vertente, a SEFA atua em parceria com o Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA), de forma a prover os recursos necessários para que esse órgão cumpra sua missão no que tange ao Sistema de Aviação Civil.

Como já reportado anteriormente, a Secretaria não possui Unidades subordinadas, mas exerce suas atividades junto a toda a estrutura organizacional do Comando da Aeronáutica de maneira sistêmica, na medida em que atua como órgão central de Contabilidade, Administração Financeira, bem como do Sistema de Comércio Exterior da Aeronáutica.

Portanto, a atuação da SEFA tem como principais clientes as Unidades Gestoras (UG) do COMAER, realizando o provimento de recursos, a gestão da dívida e o suporte à execução orçamentária, financeira e patrimonial em todos os níveis de controle da execução dos recursos alocados; a orientação, o controle, a descentralização de créditos e numerário e, por meio da SUFIN, a apropriação das receitas geradas pelas UG no Fundo Aeronáutico (FAER) e o controle e gestão dessas receitas, bem como das tarifas relativas à navegação aérea² arrecadadas pelo DECEA de forma a permitir o retorno desses recursos às OM com seu poder aquisitivo mantido.

² TAN – Tarifa de Apoio à Navegação Aérea e TAT – Tarifa de Área Terminal.

2 INFORMAÇÕES SOBRE GOVERNANÇA

2.1 Estrutura de Governança

Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica (SEFA), Organização do Comando da Aeronáutica, constante do Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, tem como **finalidade** superintender e realizar as atividades de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Contabilidade, relativas aos recursos do Comando da Aeronáutica (COMAER).

Para atingir esta finalidade, a SEFA estabeleceu como Missão “**Gerenciar as atividades financeiras, contábeis e patrimoniais com vistas à aplicação eficiente, eficaz, legal e econômica dos recursos alocados ao Comando da Aeronáutica, contribuindo para o cumprimento da missão da Aeronáutica**”.

A Missão de uma Organização deve concentrar, em poucas palavras, as atribuições, a razão de ser, os compromissos, além de explicitar o dever a cumprir.

Para cumprimento de sua missão, a SEFA desenvolveu mecanismos de liderança, estratégia e controle para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesses da sociedade.

Estes mecanismos de liderança, estratégia e controle constam do Plano Setorial da SEFA (PCA 11-18), aprovado pela Portaria SEFA nº 25-T/ANAJ, de 28 de fevereiro de 2012, que tem como finalidade consolidar as ações, metas, tarefas e atividades a ser desenvolvidas para atingir os Objetivos Gerais e Específicos estabelecidos na Política de Economia e Finanças da Aeronáutica (PEFA), DCA 14-10/2011, e detalhados na Estratégia de Economia e Finanças da Aeronáutica (EEFA), DCA 15-3/2011.

Além do Plano Setorial, a SEFA institui, anualmente, o Programa de Trabalho da Unidade Gestora (PTUG) - ICA 1-130, aprovada pela Portaria SEFA nº 13-T/ANAJ, de 10 de março de 2014, onde estabelece ações em uma visão sistêmica, voltadas para o Setor de Economia e Finanças da Aeronáutica, constituído por todas as Unidades Gestoras do Comando da Aeronáutica (COMAER). Este Programa tem por finalidade consolidar as ações, metas, tarefas e atividades a serem desenvolvidas pelos diversos setores da SEFA, a fim de atingir os objetivos estabelecidos no Plano Setorial.

Dessa maneira, esta Secretaria tem adotado os procedimentos para as boas práticas de governança pública.

2.2 Atuação da unidade de Auditoria Interna

Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

2.3 Sistemas de Correição

2.3.1 Pessoal Civil

O Comando-Geral do Pessoal é a unidade responsável pelas atividades de Correição do pessoal civil, no âmbito do Comando da Aeronáutica, integrante do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal. O COMGEP fará constar em seu Relatório de Gestão as informações pertinentes a este item.

2.3.2 Pessoal Militar

A correição do pessoal militar do Comando da Aeronáutica, ativa, reserva e reformado, encontra-se sistematizada por meio da Portaria nº 782/GC3, de 10 novembro de 2010, que regulamenta a sistemática de apuração de transgressão disciplinar e da aplicação de punição disciplinar militar, conforme disposto no art. 34 do Regulamento Disciplinar da Aeronáutica (RDAer) - Decreto nº 76.322, de 22 de setembro de 1975. A base legal da correição do pessoal militar encontra-

se fundada na Constituição Federal de 1988 (CF/88), no art. 142, Capítulo II das Forças Armadas e no Estatuto dos Militares, Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980. Subsidiariamente correição militar complementa no que couber o Conselho de Justificação - Lei nº 5.836, de 5 de dezembro de 1972; na Promoções dos Oficiais da Ativa das Forças Armadas - Lei nº 5.821, de 10 de novembro de 1972; Regulamento de Promoções de Oficiais da Ativa da Aeronáutica - Decreto nº 7.099, de 4 de fevereiro de 2010; o Conselho de Disciplina – Decreto nº 71.500, de 5 de dezembro de 1972; e no Regulamento de Promoções de Graduados da Aeronáutica - Decreto nº 881, de 23 de julho de 1993.

2.4 Avaliação e Funcionamento dos Controles Internos

Quadro A.2.4 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.					X
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.					X
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.					X
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					X
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.					X
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.					X
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.					X
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.					X
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.					X
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					X
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.					X
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.					X

21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.						X
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.						X
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5	
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.						X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.						X
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.						X
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.						X
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.						X
Monitoramento	1	2	3	4	5	
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.						X
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.						X
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.						X
Análise crítica e comentários relevantes:						
<p>As atividades de Controle Interno da SEFA são desenvolvidas de acordo com o Sistema de Controles Interno (SISCONT) no âmbito da Administração Direta do Comando da Aeronáutica. A eficácia do sistema de controle interno é baseada na estrutura montada, capacidade para avaliar e apreciar de maneira contínua, os resultados da organização, comparando-os contra os objetivos, metas e orçamentos propostos pelo Comando, documentando a atividade de controle, e fazendo-a interagir com as estruturas operacionais e de informações. Cabe ressaltar que a SEFA é uma Unidade Administrativa qualificada como UG Executora para atividades sistêmicas e vinculada a UG Credora (GAP-BR) para efeito de execução orçamentária, financeira e patrimonial (Portaria nº 661/GC3, 12 de setembro de 2012. DOU nº 178 S-1, de 13/09/2012, pag. 24).</p>						
Escala de valores da Avaliação:						
<p>(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.</p>						

3 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

O Sistema de Comunicação da Aeronáutica sob a responsabilidade do Centro de Comunicação da Aeronáutica engloba todas as unidades do Comando da Aeronáutica, o mesmo Centro fará constar as informações pertinentes no Relatório de Gestão do Estado-Maior da Aeronáutica.

3.1 Canais de acesso do cidadão

Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

3.2 Carta de Serviços ao Cidadão

Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

3.3 Mecanismos para medir a satisfação dos produtos e serviços

Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

3.4 Acesso às informações da unidade jurisdicionada

Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

3.5 Avaliação do desempenho da unidade jurisdicionada

Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

3.6 Medidas Relativas à acessibilidade

Aviso Interno nº 01/GC4/10, de 30 de junho de 2008.

4 AMBIENTE DE ATUAÇÃO

Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

5 PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS

O subtópico 5.2.1 não se aplica a natureza da UJ pois só abrange Secretaria-Executiva de Ministério ou Secretaria com *status* de Ministério. O tópico 5.2.2 não foi preenchido, pois a SEFA não é responsável por objetivos no PPA. O subtópico 5.3.2.2 não foi preenchido, devido a ação 0284 de ser de responsabilidade integral desta UJ.

5.1 Planejamento da Unidade

5.1.1 Planejamento das Ações da Unidade Jurisdicionada

Como enfatizado na Introdução, o planejamento da Secretaria é regido pela Sistemática de Planejamento Institucional da Aeronáutica, normalizado por meio dos seguintes documentos: DCA 11-1/2009 – Sistemática de Planejamento Institucional da Aeronáutica; NSCA 11-2/2009 – Sistema de Gestão do Plano Estratégico Militar da Aeronáutica (SIGPEMAER); e MCA 11-1 – Elaboração de Plano Setorial e Programa de Trabalho.

O planejamento da Aeronáutica, em nível estratégico, é competência do EMAER e, neste nível, são realizadas as atividades relacionadas com os estudos, análises e avaliações, com a formulação da Política, da Doutrina e da Estratégia, com a definição das diretrizes gerais e com a elaboração da Missão da Aeronáutica, da Política Militar Aeronáutica (PMA), da Estratégia Militar da Aeronáutica (EMiAer) e do Plano Estratégico Militar da Aeronáutica (PEMAER). (NSCA 11-2/2009, p. 9).

Devido à competência em nível estratégico ser do EMAER, a demonstração da vinculação do Plano Plurianual da Aeronáutica com o Plano Plurianual (PPA) do Executivo é responsabilidade desse órgão.

A SEFA, na Sistemática de Planejamento Institucional, encontra-se no nível operacional (**Figura 1**) que visa ao cumprimento dos objetivos e diretrizes estabelecidas no nível estratégico (EMAER), bem como ao cumprimento dos objetivos, projetos e atividades setoriais. Neste nível, sob a responsabilidade dos ODS, são realizadas as atividades relacionadas com a elaboração dos Planos Setoriais.

Portanto, a título de ilustração, o Plano Setorial da Secretaria, no que tange à formalística preconizada pelo TCU, seria o Plano Estratégico da Unidade Jurisdicionada (UJ). Pela sistemática, o Plano Setorial tem o horizonte temporal de quatro anos, enquanto o PTA é anual.

O nível tático, de responsabilidade das OM subordinadas aos Órgãos de Direção Setorial (ODS), é focado na confecção dos Programas de Trabalho e na execução das tarefas referentes aos Projetos e Atividades constantes do PEMAER, dos Planos Setoriais e dos Programas de Trabalho decorrentes.

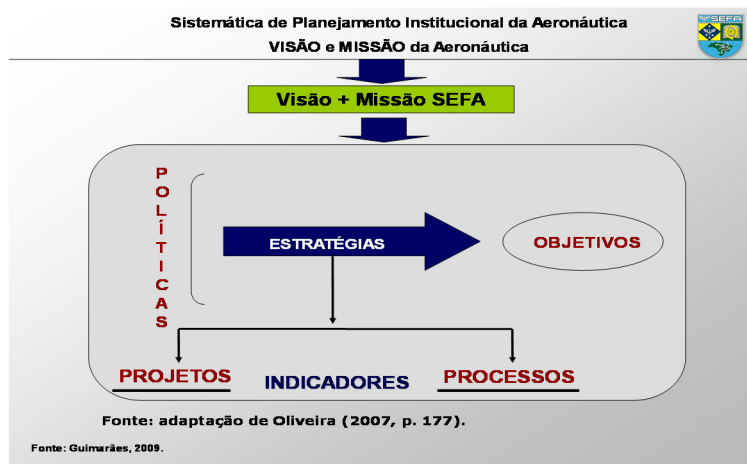
Todavia, mesmo estando no nível operacional, devido ao fato de a SEFA não possuir OM subordinadas, sua atuação se direciona para o que foi convencionado de Setor de Economia e Finanças da Aeronáutica, universo composto por todas as UG distribuídas na estrutura organizacional do COMAER e, hierarquicamente, subordinadas aos demais Órgãos de Direção Setorial (ODS). No modelo estabelecido pelo TCU, os ODS são Unidades Jurisdicionadas. (Anexo I, da DN TCU 134/2014).

Devido a essa característica, a Secretaria elabora tanto o Plano Setorial, quanto o seu próprio PTA, cujas ações (projetos de melhoria), tarefas e atividades redundam em prol das UG do COMAER.

Dentro da sistemática normalizada pelo EMAER, a Secretaria observou a necessidade de que o planejamento seja uma peça integrada, onde os Objetivos Setoriais da SEFA devem estar relacionados aos Objetivos Estratégicos da Aeronáutica (**Figura 2**), bem como a Missão da SEFA deve vincular-se à Missão da Aeronáutica. Desta forma, o alinhamento permite que os indicadores possam estar ligados aos processos de forma a visualizar se a Secretaria atinge os objetivos de sua

Missão, bem como indicadores dos Projetos de Melhoria de forma a visualizar se está atingindo os objetivos relativos à Visão.

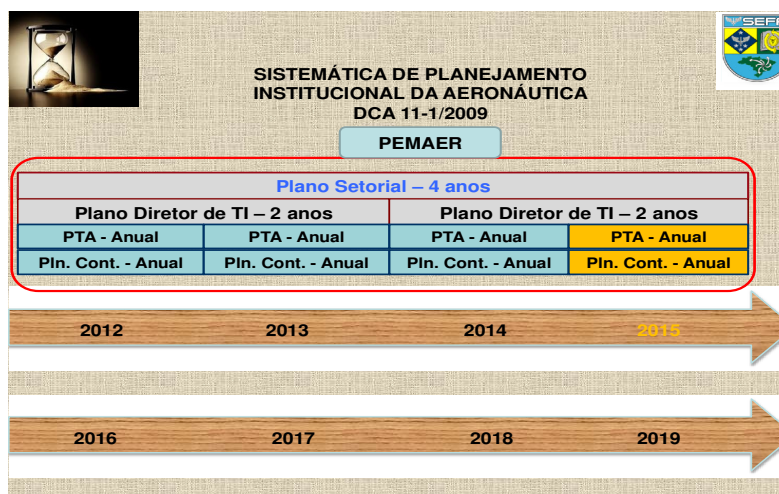
Figura 5.1 – Estratégia Organizacional da SEFA



Fonte: Guimarães, 2009.

O modelo concebido procurou alinhar os objetivos da Política de Economia e Finanças à respectiva Política da Aeronáutica, bem como buscou-se fazer a integração dos vários planos, conforme pode ser observado na **Figura 5.2**.

Figura 5.2– Alinhamento dos Planos Estratégicos



Fonte: DCA 11-1/2009

No modelo da Secretaria, a correlação entre os Objetivos Estratégicos da Aeronáutica e os Objetivos Setoriais de Economia e Finanças com os macroprocessos e processos finalísticos da SEFA podem ser visualizados conforme os exemplos nos quadros a seguir, constantes da ICA 19-130/2015, **Quadros 5.1 e 5.2**.

Quadro 5.1 – Orçamento

Correlação entre os Objetivos Estratégicos da Aeronáutica e os Objetivos Setoriais de Economia e Finanças com os macroprocessos e processos finalísticos da SEFA.

Prioridade 1			
Objetivo Estratégico da Aeronáutica.	Objetivo Setorial	Macroprocesso	Processo Finalístico
Maximizar a Obtenção de Recursos Orçamentários e	Obter recursos orçamentários e financeiros, tomando por base a Proposta Orçamentária	Provimento de Recursos.	Obtenção de Operações de Crédito. Estruturação de Projetos

Financeiros Estratégicos para a Aeronáutica. (BRASIL, 2008, p. 12).	do COMAER em cada exercício.		Programação Financeira. Aplicação Financeira. Descentralização Orçamentária.
---	------------------------------	--	---

Fonte: ICA 19-130/2015 – Programa de Trabalho da Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica.

Quadro 5.2 – Gestão Organizacional

Prioridade 2			
Objetivo Estratégico da Aeronáutica.	Objetivo Setorial	Macroprocesso	Processo Finalístico
Otimizar a Gestão Organizacional do COMAER (BRASIL, 2008, p. 11).	Reduzir as não conformidades das Unidades Gestoras nas atividades afetas ao Setor de Economia e Finanças da Aeronáutica.	Processo Gerencial	Gerenciamento do SISCOMAER.
		Controle da Execução.	Prestação de Contas. Gerenciamento de Informações no SIASG. Controle de Certidões. Controle de Devolução de Recursos.
	Aumentar a eficácia e a eficiência dos Contratos, Acordos de Compensação, Convênios e Instrumentos Congêneres celebrados pelas UG do COMAER.	Suporte às UG	Atendimento em Licitações e Contratos. Atendimento em Convênios e Instrumentos Congêneres. Atendimento em Execução Contábil. Descentralização Orçamentária.
	Reduzir o tempo do ciclo de produção, aumentar o escopo e facilitar o acesso às informações gerenciais afetas ao Setor de Economia e Finanças da Aeronáutica em apoio ao processo decisório.	Processo Gerencial.	Elaboração de Informações Gerenciais.

Fonte: ICA 19-130/2015 – Programa de Trabalho da Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica.

Os Quadros 5.1 e 5.2 e as Figuras 5.1 e 5.2 demonstram o modelo concebido pela SEFA. Nos Quadros acima, os Objetivos Setoriais estão atualizados.

O modelo da SEFA incorpora as teorias atuais de administração, dentre elas a da Cadeia de Valor de Michael Porter, bem como a disciplina de processos, atualmente conhecida como *Business Process Management* (BPM).

Por isso, a metodologia desenvolvida pela SEFA teve como foco que o planejamento é concretizado por meio da articulação de processos. Estes devem ser gerenciados sob um enfoque sistêmico e integrados para permitir encadear o processo de planejamento até o nível do Programa de Trabalho Anual (PTA).

Como a SEFA não possui OM subordinadas, o seu Plano Setorial e respectivo PTA tiveram de ser adaptados a um contexto organizacional sistêmico, uma vez que os seus projetos de melhoria e ações, refletem-se por todo o COMAER.

5.1.2 Estratégia de Atuação Frente os Objetivos Estratégicos

O projeto de reestruturação organizacional da Secretaria, iniciado em 2010, previu que haveria óbices à sua implantação, dentre eles os aspectos de Recursos Humanos, conhecimento para gerir as mudanças, cultura da organização e recursos orçamentários e financeiros.

A estratégia adotada incluiu a divulgação para todo o efetivo de qual seja a Missão, Visão e Valores da organização (estão no Sítio eletrônico da SEFA), bem como a realização de palestras, para os diversos níveis hierárquicos, de maneira que o efetivo pudesse compreender as mudanças em curso e colaborar no sentido de sua efetiva implantação. Incluiu, também, medidas no sentido de segregar os assuntos administrativos em três eventos distintos: (a) os assuntos ligados à gestão da Secretaria como Unidade Gestora são tratados na reunião de Prestação de Contas; (b) os assuntos ligados ao

Programa de Trabalho são apresentados e discutidos na Reunião da Administração; e (c) os assuntos de caráter geral são tratados em uma reunião com todo o efetivo. A reunião de Prestação de Contas e a reunião da Administração são presididas pelo Secretário.

O efetivo da Secretaria vem assimilando este novo processo, observado pela inserção de projetos de melhoria mais alinhados com os macroprocessos e Objetivos Setoriais da SEFA.

Apesar de a competência sobre Controle Interno ter sido transferida para o CENCIAR, a SEFA teve um incremento em suas tarefas e atividades, inclusive no que tange a competências institucionais, podendo ser citadas, dentre outras: (a) a obtenção, delineamento e gerenciamento de financiamentos externos; (b) a coordenação das atividades relacionadas às aquisições externas que redundaram na criação do Sistema de Comércio Exterior da Aeronáutica (SISCOMAER), cujo órgão central também é a SEFA; e (c) a reorganização da área de Contabilidade do setor público no que tange à introdução de novos sistemas e de regras de Contabilidade alinhadas com as normas internacionais e (d), o gerenciamento da arrecadação própria e de sua aplicação financeira (Fundo Aeronáutico).

Todavia, os Recursos Humanos (RH) destinados à Secretaria não tem acompanhado, em número, esse aumento das tarefas e atividades alocadas à SEFA, sendo sentido, principalmente, nas áreas em que o conhecimento e experiência dos militares e civis integrantes da Secretaria são mais sensíveis como a da Subsecretaria de Contratos e Convênios que gerencia as atividades relativas aos financiamentos externos (FX-2, por exemplo), a preparação dos projetos de Parcerias Público Privadas, da Empresa Pública, além do controle sobre os contratos, convênios e outros instrumentos congêneres. Tal fato exerce influência também sobre as Subsecretarias de Administração Financeira, responsável pelo gerenciamento do Fundo Aeronáutico e de toda a parte da execução orçamentária e financeira, além da Subsecretaria de Contabilidade devido às grandes mudanças que estão ocorrendo na área contábil do Executivo, mormente no que tange aos eventos patrimoniais.

Outro setor da SEFA que vem demandando acréscimo de RH é o Instituto de Economia e Finanças da Aeronáutica (IEFA), setor responsável pela capacitação dos gestores ligados ao Setor de Economia e Finanças e dos recursos humanos da Secretaria, além de responsável pela Gestão do Conhecimento da organização.

Em 2014, o IEFA estruturou o Ensino a Distância, como forma de poupar recursos humanos, financeiros e orçamentários, não só para a SEFA, como também para o universo de UG do COMAER. Como exemplo, o Estágio de Suprimento de Fundos no Exterior (ESFEX) que, hoje, é totalmente à distância, cujos conhecimentos são transmitidos por meio de vídeo aula. Graças à uma parceria com o Centro de Comunicação Social da Aeronáutica (CECOMSAER) o custo de vídeo aula foi zero, uma economia de R\$ 60.000,00 (a preços de 2013) caso fosse realizado pela Fundação Getúlio Vargas, por exemplo.

O projeto de reorganização da Secretaria ensejou, em 2011, a criação de duas Coordenadorias: (a) a Coordenadoria de Processos; e (b) a Coordenadoria de Estratégia Organizacional. A primeira ligada, essencialmente, aos processos, sua análise, implantação de melhorias e monitoramento de resultados. A segunda com a incumbência de alinhar e integrar os documentos de planejamento em um todo coerente, além de responsável pela organização e consolidação do Plano Setorial e do Programa de Trabalho, bem como da análise do cenário, de forma a verificar a necessidade de atualização dos documentos, desde a Política de Economia e Finanças da Aeronáutica até o Programa de Trabalho.

A atuação das Coordenadorias, subordinadas ao Vice Secretário, visa à integração da metodologia de processos à metodologia instituída pelo EMAER, a Sistemática de Planejamento da Aeronáutica.

Contudo, em função da escassez de RH, as Coordenadorias, a partir de agosto de 2013, foram aglutinadas em apenas uma, em função da passagem para a reserva remunerada do Coordenador de Processos. No atual Regimento Interno, passou a se denominar Coordenadoria de Estratégia Organizacional, gerenciada por apenas um oficial que passou a coordenar as duas atividades: a de processos e a de estratégia organizacional, acumulando, ainda, essas funções com a direção do

Instituto de Economia e Finanças da Aeronáutica, setor encarregado da gerência da capacitação dos militares e civis do setor de Economia e Finanças da Aeronáutica.

Outro óbice relaciona-se com a insuficiência de recursos orçamentários e financeiros, mormente no que se refere aos Sistemas de Tecnologia da Informação (TI), aspecto importante pela característica de a Secretaria atuar de forma sistêmica, tornando-se, de certa forma, dependente desses sistemas para obter efetividade nas ações junto aos diferentes elos da Aeronáutica. No entanto, mesmo com a redução de recursos orçamentários, a Secretaria conseguiu ampliar o portfólio de sistemas, tendo como exemplo principal, o Cadastro Técnico de Fornecedores (CADTEC), sistema onde o próprio Tribunal de Contas foi um dos parceiros, além da Controladoria-Geral da União (CGU), Ministério da Fazenda com o Serviço de Processamento de Dados (SERPRO) e a Receita Federal.

O benefício principal esperado com o CADTEC é a diminuição de empresas inidôneas contratando com a Aeronáutica, diminuindo a probabilidade de fraudes nos procedimentos licitatórios e resultando em economia para os cofres públicos.

A Coordenadoria de Gestão Organizacional observou, em 2014, que a redução na quantidade de Objetivos Setoriais e, por consequência, nos Projetos de Melhoria, permitiu um melhor controle desses projetos, bem como no alcance de maior grau de sucesso na concretização dos mesmos.

Para 2015, a Coordenadoria, em parceria com a Comissão de Apoio ao Ensino e Pesquisa, Comissão presidida pelo Diretor do IEFA e composta pelos militares com titulação acadêmica de mestres e doutores fará uma nova revisão da metodologia adotada, principalmente da Cadeia de Valor, de seus processos, bem como dos Objetivos Estratégicos constantes da Política e Estratégia de Economia e Finanças, documentos em atualização.

5.1.3 Execução do Plano de Metas ou de Ações

Os projetos (Ação de Melhoria) da SEFA visam aprimorar a gestão da Secretaria e estão alinhados à sua Visão de “[...] tornar-se, em âmbito nacional, uma organização de excelência na gestão financeira, contábil e patrimonial dos recursos públicos”.

O projeto é discriminado no quadro (**Quadro 5.3**), sendo um resumo que destaca o objetivo, a justificativa e o produto a ser entregue. O cronograma permanece no setor proponente e é apresentado, conforme programação prevista pela Coordenadoria de Estratégia na Reunião da Administração que ocorre mensalmente.

Quadro 5.3 – PTUG 2014

SEFA - PTUG 2014				
OBJETIVO SETORIAL	Projeto nº 1	Produto	GERENTE RESP.	
Reduzir as não conformidades das Unidades Gestoras nas atividades afetas ao Setor de Economia e Finanças da Aeronáutica.	Implantação da sistemática eletrônica de preenchimento e de certificação dos demonstrativos de prestação de contas das UG Executoras e dos ODS.	Prestação de Contas eletrônica implementada no âmbito do COMAER.	Maj	
	<p style="text-align: center;">Objetivo</p> <p style="text-align: center;">Processo Prestação de Contas</p>			
CUSTOS		DURAÇÃO	PRAZO	
3390.39	3390.15	3390.33		
55.000,00	0,00	215 dias úteis	04/11/2014	

Fonte: SEFA, 2014.

Meta

O Plano Setorial de 2012 previa treze Objetivos Setoriais, os quais regiam as Ações que seriam planejadas para o PTUG 2012. Em função desse número, as Ações (projetos de melhoria), totalizaram 43 projetos no PTUG-2012 e, devido a essa característica, os setores que possuíam muitas Ações tiveram dificuldade em atingir alguns objetivos propostos. Esse fato foi reportado no Relatório de Gestão de 2012.

Com a redução dos Objetivos Setoriais para um total de cinco em 2013, as Ações também foram reduzidas, cujo total atingiu somente 16 projetos, uma redução de 65,22 %. Em 2014, o número de projetos foi reduzido novamente e mesmo com projetos oriundos de 2013, o total alcançou somente 13 projetos, 18,75% menor.

A redução de projetos ocorreu não apenas porque os projetos ficaram melhor alinhados com a Missão e Visão da Secretaria, mas também devido aos problemas já citados com recursos orçamentários e recursos humanos que se tornaram óbices relevantes para a condução dos projetos em alguns setores. Como exemplo de Recursos Humanos, o projeto “Análise Crítica e Desenvolvimento do SISCOMAER”, conduzido pela Subsecretaria de Contratos e Convênios, uma vez que o sistema é composto de vários macroprocessos que necessitam ser mapeados, verificados e normalizados em conjunto com outras organizações da Aeronáutica. Como exemplo do problema de recursos orçamentários o projeto “Implantação da Sistemática Eletrônica de Preenchimento e de Certificação dos Demonstrativos de Prestação de Contas das UG”. Esse projeto foi concebido em 2013 e por falta de recursos orçamentários foi estendido para 2014, tendo sido concluído nesse ano.

Outro projeto que também ficou comprometido por recursos orçamentários foi o projeto de melhoria ligado ao IEFA, de implantação de Ensino a Distância, que não foi concluído em 2013 em função da falta de recursos. A proposta recebida da Fundação Getúlio Vargas previa um gasto de R\$ 900.000,00. Em 2014, o IEFA reformulou os conceitos aplicados a EAD, bem como estabeleceu uma parceria com o Centro de Comunicação Social da Aeronáutica (CECOMSAER), resultando, como citado anteriormente, na edição de um vídeo aula para o ESEFEX sem custos para a Secretaria.

O controle das Ações do PTUG-2014 foi realizado pela Coordenadoria de Gestão Organizacional, em função da passagem para a reserva remunerada do Coordenador de Processos em 2013, cuja função não foi finalizada até a presente data.

O modelo de reuniões concebido em 2012 foi mantido, onde os assuntos ligados à gestão da Secretaria como Unidade Gestora são tratados na reunião de Prestação de Contas e os assuntos ligados ao Programa de Trabalho são apresentados e discutidos na Reunião da Administração, onde são apresentados os indicadores de desempenho institucional da Secretaria e o andamento dos Projetos de Melhoria (Ações).

A Alta Direção da Secretaria esteve presente nessas reuniões, sendo presididas pelo Secretário e conduzidas pelo Coordenador de Gestão Organizacional.

A iniciativa permitiu identificar e apresentar diversos fatores que representaram óbices à consecução de algumas iniciativas planejadas, merecendo destaque, dentre outros, os seguintes aspectos, de ordem estrutural:

- a) Necessidade de compartilhamento dos recursos humanos da maioria dos setores entre as intensas atividades rotineiras e os trabalhos inerentes aos projetos de melhoria;
- b) Limitação de recursos humanos decorrentes de movimentações a serviço, passagem para a reserva remunerada e não foi completado o efetivo de militares e civis;
- c) Limitação de recursos orçamentários e financeiros para a contratação do desenvolvimento de soluções de Tecnologia da Informação;
- d) Limitada experiência de considerável parcela do efetivo da organização nas técnicas e preceitos aplicados ao ciclo de gerenciamento de processos, utilizado como abordagem de base para a construção e a execução do Programa de Trabalho da SEFA;
- e) Perda de conhecimento motivada por movimentações a serviço e transferência de militares para a reserva remunerada com muita experiência na Secretaria.

Mesmo com as dificuldades reportadas, a Coordenadoria de Gestão Organizacional observou que o modelo de gestão e planejamento adotado foi um grande avanço para a Secretaria, continuando

a contribuir para uma melhor integração dos setores, disseminação das informações e, principalmente, por permitir a visualização, análise e tomada de decisão em função de macroprocessos mapeados.

Em relação aos projetos de melhoria constantes do PTUG 2014, conforme mencionado, tais iniciativas foram elaboradas com o fim de gerar contribuições para a consecução dos objetivos setoriais. Esses projetos de melhoria foram concebidos para proporcionar ganhos ou transformações em diferentes processos. No que tange às principais realizações, as ações de acompanhamento e de controle do Programa de Trabalho evidenciaram a consecução de diferentes iniciativas, algumas consideradas de especial relevância. Dentre as Ações ([Anexo 1 - Projetos de Melhoria](#)) que visaram aprimorar processos de interesse para a Aeronáutica podem-se citar as seguintes:

- a) Implantar o Cadastro Técnico de Fornecedores (CADTEC) e a Avaliação do Desempenho de Fornecedores, que formarão o registro cadastral de interessados em compor a base de fornecedores do Comando da Aeronáutica.
Um aspecto importante dos projetos com solução de TI é a integração entre projetos compatíveis, resultando em economia de recursos, permitindo que projetos importantes e de grande relevância fossem continuados. A solução para o CADTEC foi a criação de um *Data Warehouse* que concentrou todas as informações e dados do próprio CADTEC, do Sistema de Informações Estratégicas (SIEFA) e também do projeto de Implantação da Sistemática Eletrônica de Preenchimento e de Certificação dos Demonstrativos de Prestação de Contas das UG. O custo com a implantação da solução de TI foi de R\$ 537.000,00. Houve necessidade de divulgação do CADTEC, bem como de treinamento inicial que redundou em gastos de diárias de R\$ 14.912,00 e de passagens de R\$ 57.109,00. Projeto continua em 2015.
- b) Estruturação formal dos Sistema de Administração Financeira da Aeronáutica.
Apesar de previsto no Regulamento e Regimento Interno que a Secretaria é órgão central, no âmbito da Aeronáutica, desse sistema, ele ainda não havia sido formalmente estruturado. A estruturação do Sistema de Administração Financeira do Comando da Aeronáutica (SISFINAER) formalizou a relação existente entre os diversos elos do Sistema, definindo as atribuições e responsabilidades de cada componente. O SISFINAER foi instituído por meio da Portaria nº 1590/GC3, de 25 de setembro de 2014, e a estrutura, os componentes e o funcionamento do Sistema serão regulamentados por meio de uma norma de sistema (NSCA), a qual já foi elaborada e se encontra em fase final de aprovação e divulgação no âmbito do COMAER. Foi concluído em 2014, com meios próprios.
- c) Implantar o Sistema de Informações Estratégicas de Economia e Finanças (SIEFA), que será um sistema informatizado, gerenciado pela SEFA, baseado em correlação entre informações multidisciplinares internas e externas ao Comando da Aeronáutica.
A finalidade do SIEFA é produzir informações gerenciais que subsidiem e acelerem a tomada de decisões na área de economia e finanças, antever situações que possam constituir irregularidades e de fornecer suporte técnico aos gestores de todos os níveis administrativos do COMAER.
O custo de implantação do SIEFA está incluído na implantação da solução INGES de *Data Warehouse*, gerenciada pela Assessoria de Tecnologia da Informação (ASTIC), tendo sido executado em sua totalidade no ano de 2014. A divulgação e apresentação do SIEFA foi feita concomitantemente com a do CADTEC e, sendo assim, os gastos com diárias e passagens aéreas já estão incluídos nos valores apresentados no CADTEC. Projeto continua em 2015.
- d) Implantação da Sistemática Eletrônica de Preenchimento e de Certificação dos demonstrativos de Prestação de Contas das UG. Essa nova sistemática, ao disponibilizar, de forma automática, os demonstrativos de prestação de contas, de acordo com o novo Plano de Contas, possibilitará grande economia de esforços para as UG, eliminando

erros de preenchimento. As UG poderão adotar ações corretivas mais oportunas, obrigando, via certificação digital, que os dirigentes tomem pronto conhecimento das discrepâncias mais relevantes.

O projeto foi concluído em 30 de outubro de 2014 e o sistema já está sendo utilizado pelas Unidades Gestoras Executoras (UGE), não havendo mais a necessidade de envio físico dos demonstrativos.

Apesar de estar integrado à Solução INGES de *Data Warehouse* do CADTEC houve a necessidade de gasto de R\$ 39.690,00 para ajustes na solução de TI.

- e) Implantar processo (rotina e sistemática) de elaboração de informações gerenciais que subsidiem o processo de tomada de decisão e supervisão dos Órgãos de Direção Setorial e de Assessoramento do COMAER

Solução voltada para a Contabilidade de Custos e teve como objetivo obter dados com maior agilidade, gerando uniformidade de informações entre as Organizações Militares (OM), facilitando as análises de resultado e tomadas de decisão. É uma solução que está sendo utilizada dentro do Sistema de Contabilidade da Aeronáutica (SISCONTAER).

O projeto foi concluído em 2014, com meios próprios.

- f) Implantar o processo de estruturação de projetos de parcerias público-privadas para desenvolvimento de atividades de interesse do COMAER. Com o estabelecimento de projetos de PPP visa-se aumentar a eficácia e a eficiência da gestão pública, com a estruturação de projetos de prestação de serviços de relevante interesse público, sendo assim estratégicos para o COMAER. A implementação de projetos de PPP possibilita a melhor gestão de recursos para custeio de atividades de interesse do COMAER, visando garantir, em função de suas características, uma aplicação mais eficiente e eficaz dos recursos orçamentários e financeiros. Projeto continua em 2015.

Implantação da sistemática de ensino à distância para os cursos ministrados pela SEFA. Inicialmente, o IEFA, gerente desse projeto, em 2013, fez uma pesquisa de mercado para terceirizar o projeto. Contudo, o valor apurado foi de R\$ 900.000,00 o que tornou inviável sua contratação pelo aspecto de deficiência de recursos orçamentários. Esse aspecto, obrigou o IEFA a reestruturar o modelo, buscando soluções alternativas, bem como uma parceria com o CECOMSAER. A alternativa encontrada pelo IEFA foi de estruturar o Ensino a Distância (EAD) de forma a se tornar o pré-requisito do curso presencial e não, necessariamente, substituí-lo. Dessa forma, permitiu que a parte teórica fosse destinada a EAD, enquanto a parte mais voltada à aplicação prática do conhecimento, nos vários temas, fosse objeto de curso presencial. A exceção foi o Estágio de Suprimento de Fundos no Exterior que está totalmente à distância, principalmente porque o público-alvo desse curso são os Adidos Militares e seus Auxiliares, fazendo com o curso tenha possibilidade de atendê-los por demanda, uma vez que a designação desses militares ocorre ao longo de todo o ano. O projeto foi concluído em 2014 e a implantação desse modelo não teve gastos.

5.2 Programação Orçamentária e Financeira e Resultados Alcançados

5.2.1 Programa Temático

Não se aplica a natureza da UJ.

5.2.2 Objetivo

Não se aplica a natureza da UJ.

5.2.3 Ações

5.2.3.1 Ações – OFSS

Identificação da Ação

Código	0284 Tipo: Operações Especiais					
Título	AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DE FINANCIAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL EXTERNA					
Iniciativa						
Objetivo	Código:					
Programa	OPERAÇÕES ESPECIAIS: SERVIÇO DA DÍVIDA EXTERNA (JUROS E AMORTIZAÇÕES).	Código: 0906	Tipo: Operações Especiais			
Unidade Orçamentária	52111 COMANDO DA AERONÁUTICA					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.796.990.114,00	1.796.990.114,00	683.156.847,32	683.156.847,32	683.156.847,32	0,00	0,00
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	de	Realizada
0,00	0,00	0,00	-	-		-

Fonte: SIAFI

5.2.3.2 Ações/Subtítulos

Não se aplica a natureza da UJ.

5.2.3.3 Ações não Previstas na LOA 2014 – Restos a Pagar não Processados – OFSS

Não ocorreu no período.

5.2.3.4 Ações - Orçamento de Investimento – OI

Não se aplica a natureza da UJ.

5.2.3.5 Análise Situacional

Todos os compromissos assumidos e registrados pelo Comando da Aeronáutica junto aos Credores Internacionais, referentes aos contratos de Financiamento da dívida externa, foram honrados na sua totalidade.

Os pagamentos foram devidamente registrados no SISCOMEX (esquemas de pagamento) e SIAFI (registro das tranches para liberação dos aportes financeiros).

Durante o ano de 2014, houve o registro de 5 (cinco) Identificadores de Operação de Crédito - IDOC no orçamento do Comando da Aeronáutica, destinados aos compromissos da Dívida Externa, sendo 4 (quatro) referentes a projetos em andamento e 1 (um) em desenvolvimento.

O montante destinado para atendimento dos respectivos projetos totalizou, inicialmente, a importância de R\$ 1.796.990.114,00 dos quais foram utilizados nos repagamentos da Dívida Externa R\$ 683.156.847,32.

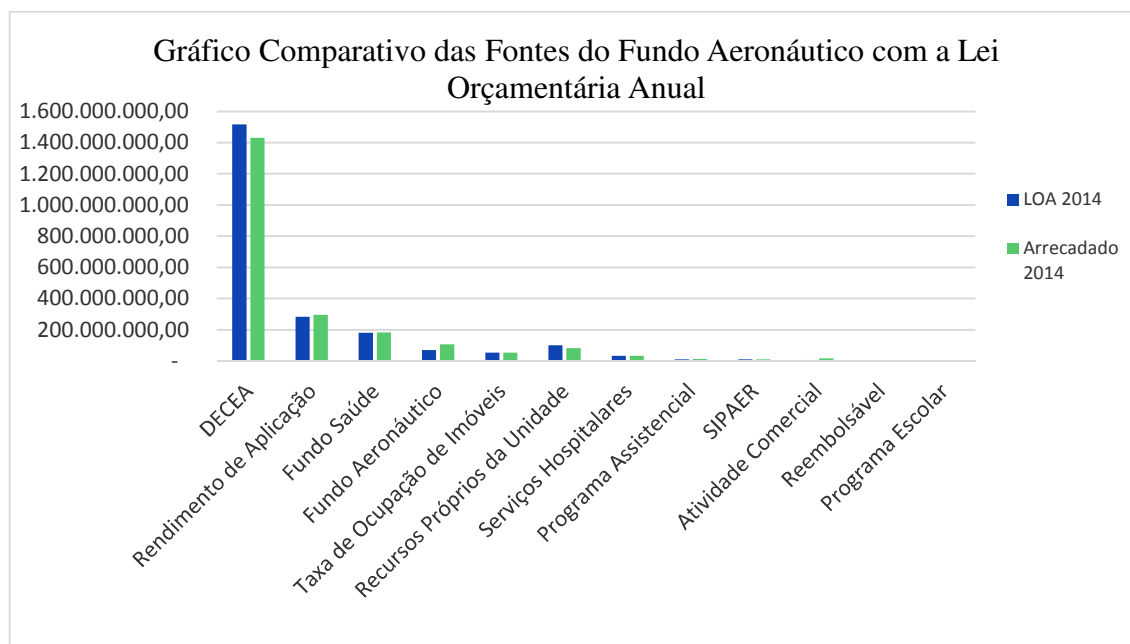
Esta diferença se caracterizou pela não consecução do Projeto F X-2, projeto que trata da aquisição das novas aeronaves de combate de Força Aérea Brasileira, que teve uma previsão orçamentária inicial na ordem de R\$ 1.113.833.266,68.

5.3 Informações sobre outros resultados da gestão

Anualmente, a Lei Orçamentária Anual estabelece metas de arrecadação em cada Fonte de Receita própria, componentes do Fundo Aeronáutico. Mensalmente são feitas projeções da arrecadação para o exercício corrente, de forma a prover a Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica de informações sobre a evolução das Fontes de Receita.

A receita realizada no exercício de 2014 está evidenciada no gráfico abaixo.

Gráfico 5.1 – Comparativo Fontes FAER X LOA – 2014



Fonte: SIAFI

Conforme Manual de Receitas da Secretaria de Orçamento Federal, a metodologia de previsão de receitas para a Lei Orçamentária Anual, por se tratar de uma estimativa, ao término do exercício pode-se constatar que houve um excesso de arrecadação ou uma frustração.

Conforme a Portaria SOF nº 17, de 26 de fevereiro de 2014, a Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica passou a enviar, entre os meses de abril e outubro, à Secretaria de Orçamento Federal (SOF), por meio do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento, a projeção de receita de cada Natureza de Receita. Cada Natureza é composta de uma ou mais Fontes. O parâmetro utilizado pela SOF, para a análise e a comparação das receitas realizadas e previstas é o código da fonte/destinação de recursos, e neste caso, somente os primeiros três dígitos (250 ou 280), que indicam o grupo e especificação da fonte.

Utilizando este parâmetro, o COMAER atingiu aproximadamente 99% da meta estabelecida, com uma arrecadação total de R\$ 2.236.627.163,46 (considerada a receita oriunda das tarifas de auxílio à navegação aérea) contra uma meta de R\$ 2.265.328.795,00.

No que diz respeito à fonte 0250.120.388, referente ao Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro, houve uma variação negativa na arrecadação de 6% em relação ao valor estabelecido na LOA 2014, em virtude, principalmente, do não pagamento das tarifas de navegação aérea, dentre outros inadimplentes, pela Empresa Azul Linhas Aéreas. A inscrição na Dívida Ativa da União da Azul Linhas Aéreas ocorreu em 03/06/2014 por meio do Processo Administrativo nº 16227.000562/2014-2 da Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional, sendo que a empresa entrou com um pedido de reconsideração e tal fato impediu a arrecadação dessas tarifas. A Assessoria para Assuntos de Tarifas de Navegação Aérea, no DECEA, faz um controle e acompanhamento da situação dos inadimplentes inclusive retomando os pagamentos mensais da Azul Linhas Aéreas a partir do mês de agosto de 2014.

A projeção da receita na Fonte referente ao Programa Escolar, fonte 0250.120.620, foi feita tomando-se por base a média histórica dos últimos quatro anos e a meta de arrecadação foi atingida em 94%, uma variação esperada dentro do histórico. O fato gerador dessa receita decorre das atividades do sistema educacional, cuja natureza esteja diretamente relacionada a formação do educando (matrículas, anuidades, etc.) e é exercido de modo facultativo por parte dos pais dos alunos.

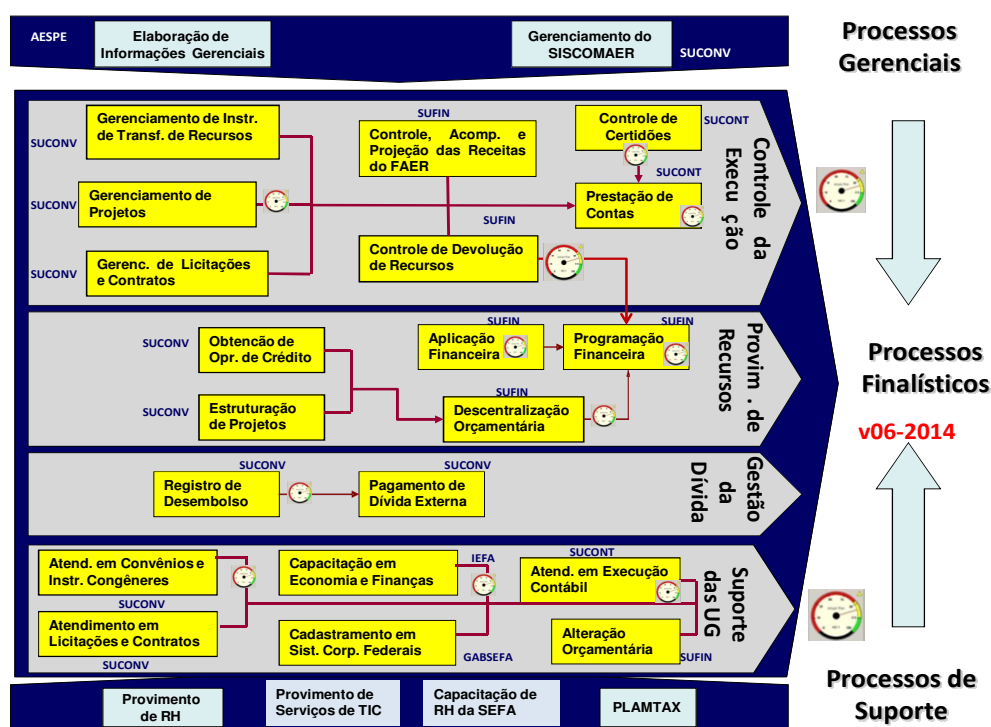
Já a projeção da receita na Fonte referente aos Serviços Hospitalares, fonte 0250.120.550, foi feita tomando-se por base a média histórica dos últimos quatro anos e a meta de arrecadação foi atingida em 97%, uma variação esperada dentro do histórico. Ainda assim, a fim de que haja uma melhora na performance de arrecadação dessa natureza de receita, para o exercício de 2015 está prevista a continuidade no acompanhamento na arrecadação nas diversas Organizações de Saúde da Aeronáutica.

Quanto à fonte 0250.120.560, referente às receitas oriundas das Taxas de Ocupação de Imóveis, houve uma arrecadação de 99% em relação ao previsto na LOA. A estimativa foi feita com base no histórico dos últimos quatro anos, utilizando-se, também o índice de reajuste salarial previsto para os militares no ano de 2014. O fato gerador dessa arrecadação decorre da efetiva ocupação do Próprio Nacional Residencial e, em virtude do aumento da manutenção dos mesmos, acarretou uma frustração dessa receita.

5.4 Informações sobre indicadores de desempenho operacional

O planejamento da Secretaria também é refletido nos processos e nas atividades que representam a gestão cotidiana ou execução rotineira dos processos. Nesse sentido, a maioria dos processos listados na Cadeia de Valor da Secretaria tem o seu desempenho monitorado por meio de indicadores, os quais estão alinhados à Missão da Secretaria de “Gerenciar as atividades financeiras, contábeis e patrimoniais, com vistas à aplicação eficiente, eficaz, legal e econômica dos recursos alocados ao COMAER [...]”. A **Figura 5.3** demonstra os processos monitorados.

Figura 5.3 – Processos da SEFA com indicadores.



A Coordenadoria de Gestão Organizacional observou que a melhor forma de monitorar o desempenho dos indicadores apresentados por cada setor seria por meio de uma apresentação mensal, permitindo que a Alta-Direção (Secretário e Subsecretários) opinasse e validasse as informações apresentadas por cada setor da Secretaria, bem como permitisse a adoção de medidas de natureza gerencial. Esse procedimento será mantido em 2015.

Da mesma forma que houve evolução no número de Objetivos Setoriais, na forma de apresentação dos projetos e nos processos que compõem a Cadeia de Valor, os indicadores também evoluíram, tendo, inclusive, alguns deles deixado de serem monitorados por não atingirem os objetivos propostos. A forma de apresentação de informações sobre os indicadores segue sugestão do CENCIAR, após auditoria de Gestão realizada na Secretaria em maio de 2014. A sugestão do Controle Interno da Aeronáutica foi aprimorada e os indicadores apresentados a seguir seguem o modelo concebido pela Coordenadoria de Gestão Organizacional.

A seguir, são apresentados alguns dos indicadores utilizados pela Secretaria em 2014, que refletem esse monitoramento, acompanhados de considerações de ordem gerencial, decorrentes dos resultados das respectivas métricas.

a) Índice de Devolução de Recurso Financeiro Solicitado

O Índice de Devolução de Recursos foi criado no exercício de 2014, com a finalidade de demonstrar o percentual de devolução dos recursos financeiros solicitados pelas Unidades Gestoras no mês, a fim de mensurar o grau de eficiência da Unidade na elaboração de sua Proposta de Programação Financeira. A Tabela 1 traz as informações sobre o indicador.

Tabela 5.1 – Informações sobre o Índice de Devolução de Recursos

Índice de Devolução de Recursos pelas UG	
Objetivo de mensuração	Identificar o percentual de devolução dos recursos solicitados pelas UG.
Meta Mensal	O total de recursos devolvidos pelas Unidades Gestoras no mês deve ser inferior a 10%.
Processo do Indicador	Programação Financeira
Macroprocesso	Provimento de Recursos
Fórmula	$\text{Devolução de Recursos} = \frac{\sum \text{Montante Devolvido}}{\sum \text{Montante Solicitado}} \times 100$
Identificação das variáveis	Montante Devolvido e Montante Solicitado pelas Unidades Gestoras Executoras.
Origem dos dados empregados na fórmula	SIAFI
Periodicidade	Mensal
Responsável pela obtenção dos dados	Seção de Programação Financeira
Data da última medição	31 de dezembro de 2014
Grau de Avaliação	Eficácia. Eficaz: $\leq 10\%$; Regular: $\geq 10\%$ < 30% ; Ineficaz: $\geq 30\%$
Avaliação do Controle Interno da UJ sobre o desempenho do setor.	Eficaz

Tal medição reveste-se de especial importância, uma vez que a falta de planejamento da execução financeira de uma Unidade pode ter reflexos na distribuição dos recursos, os quais são escassos.

A meta estabelecida, para o ano de 2014, era de que o total de recursos devolvidos pelas Unidades Gestoras durante o mês não ultrapassasse o índice de 10%. Tal objetivo foi atingido durante todo o exercício financeiro e, por isso, o grau de avaliação de desempenho do setor foi considerado eficaz, conforme pode ser constatado no primeiro gráfico.

De maneira complementar, é feita uma análise do percentual de devolução de cada Unidade Gestora. Durante o ano, de 70% a 92% das Unidades Gestoras devolveram recursos até o montante de 10% do total recebido (índice considerado eficaz). O percentual de Unidades que devolveram recursos na faixa compreendida entre 10% a 30% (índice considerado regular) do total recebido no

mês, por sua vez, variou de 4% a 15%, com exceção do percentual de 24% de Unidades nesta faixa no mês de dezembro de 2014, no Fundo Aeronáutico. Quanto à faixa de devolução superior a 30% do total repassado (índice considerado ineficaz), o percentual de Unidades variou de 2% a 17%.

Por meio da análise dos índices acima, a Divisão Financeira, mensalmente, é capaz de identificar aquelas Unidades Gestoras que apresentam percentual de devolução maior que 10%. A permanência de tal comportamento ao longo de três meses, sem justificativa aparente, enseja o encaminhamento de uma mensagem SIAFI para a UG, a fim de orientar os gestores competentes, no sentido de reajustar as rotinas de programação financeira, de modo a evitar que este comportamento se repita nos meses subsequentes. Tal medida tem se mostrado eficaz, haja vista que as Unidades orientadas passam a apresentar índices menores nos meses posteriores. De fato, pela análise dos números de 2014, observa-se uma considerável redução, ao longo do ano, do número de Unidades que devolveram recursos na faixa superior a 30% do montante recebido, em especial no Fundo Aeronáutico. Além da mensagem SIAFI, a SUFIN1 adota outras medidas educativas, como visita *in loco* nas Unidades ou destas na SEFA, bem como orientações por meio de contato telefônico.

Conclui-se, portanto, que o indicador, durante o ano, revelou-se como um importante instrumento de controle e mensuração da capacidade de planejamento da Unidade, no que diz respeito ao uso dos recursos financeiros e que as ações adotadas face aos resultados apresentados têm sido eficazes na correção dos comportamentos que não são desejáveis.

Gráfico 5.2 – Devolução de Recursos

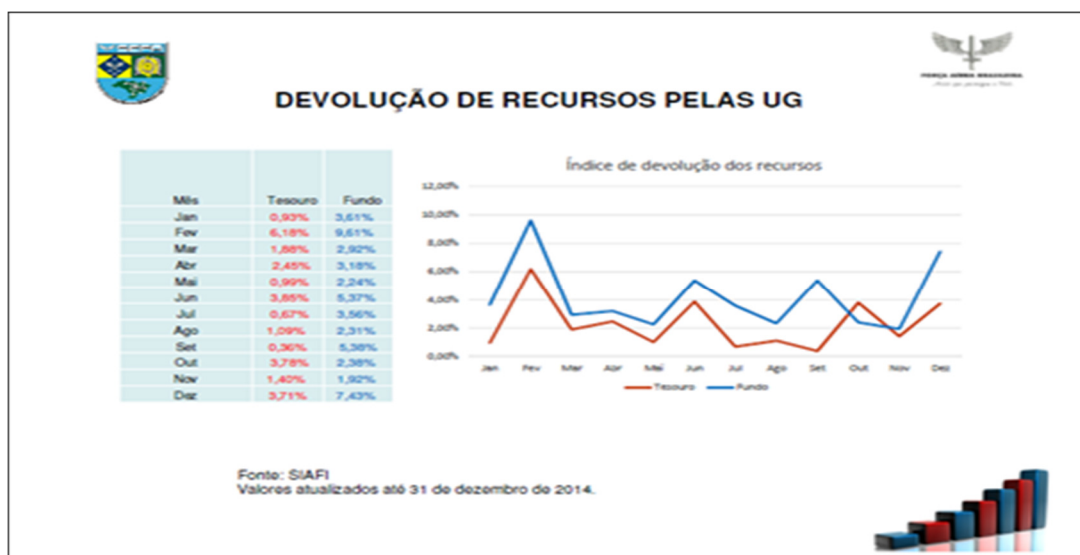


Gráfico 5.3 – Devolução de Recursos

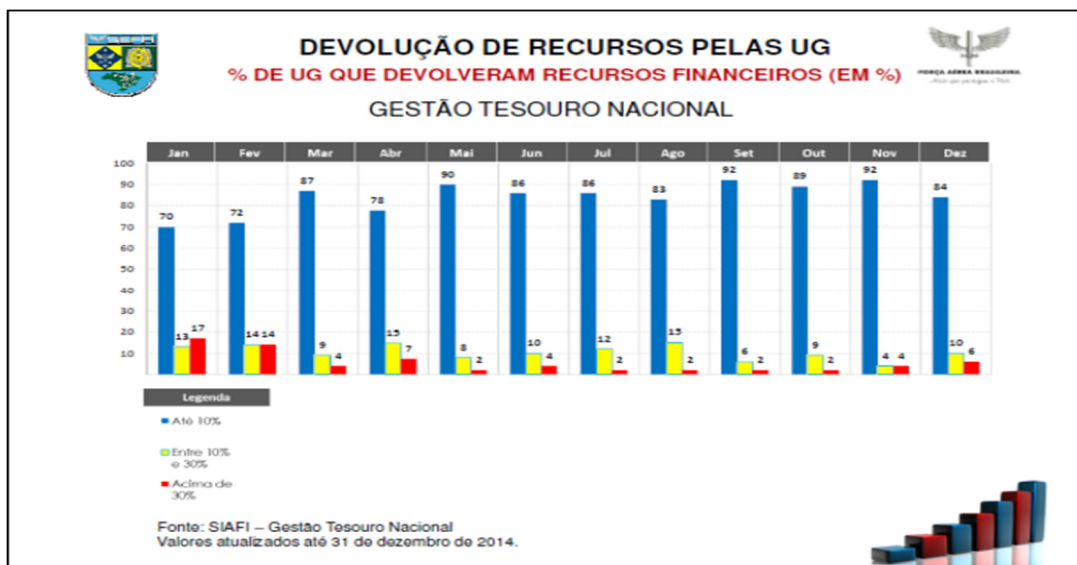
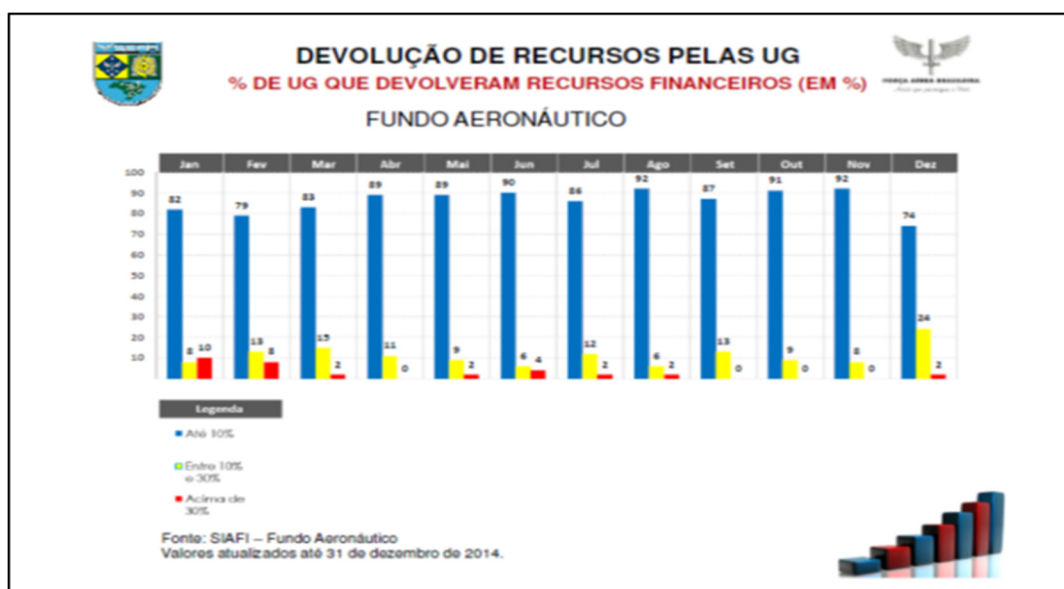


Gráfico 5.4 – Devolução de Recursos



b) Eficácia da Arrecadação da Fonte 0280120320

O acompanhamento mensal da arrecadação da fonte 0280120320, referente aos rendimentos das aplicações financeiras, visa a verificar se meta estabelecida na Lei do Orçamento Anual será atingida ao término do exercício financeiro.

Desta forma, por meio do indicador, a Divisão Financeira tem condições de avaliar se o ritmo das aplicações efetuadas (montante dos lotes aplicados, prazos negociais e taxa de juros ofertadas) possibilitará o alcance do resultado almejado e, a partir daí, com base no cenário econômico vigente (em especial o valor da taxa SELIC), implementar as medidas necessárias para o atingimento da meta. O indicador também apresenta um instrumento necessário que possibilita pleitear créditos suplementares quando há excesso de arrecadação. As informações do indicador constam na **Tabela 5.2**.

Tabela 5.2 – Informações sobre o Indicador da Eficácia da Arrecadação na Fonte 0280120320

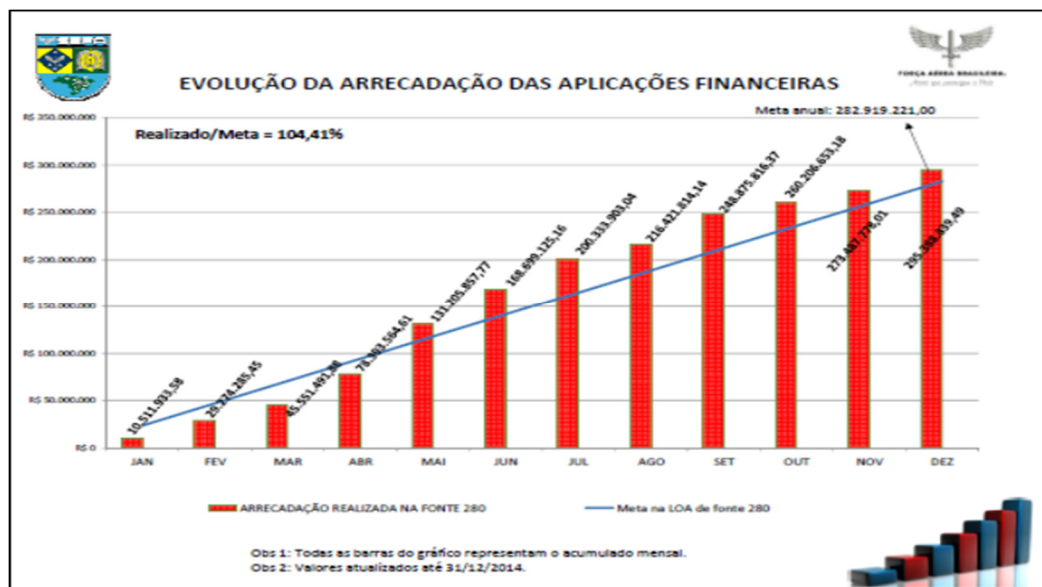
Indicador da Eficácia da Arrecadação na fonte 0280120320
--

Objetivo de mensuração	Acompanhar mensalmente a eficácia da arrecadação dos rendimentos das aplicações financeiras.
Meta Anual	R\$ 282.919.221,00
Processo do Indicador	Aplicação Financeira
Macroprocesso	Provimento de Recursos
Fórmula do indicador de desempenho	Eficácia de Arrecadação = $\frac{\sum \text{Arrecadação Real 2080}}{\sum \text{MetaLOA 280}}$
Identificação das variáveis	Arrec. Real. 280 = Arrecadação Realizada na fonte 0280.120.320 Meta LOA 280 = Meta estabelecida na Lei Orçamentária Anual para fonte 0280.120.320
Origem dos dados empregados na fórmula	SIAFI
Periodicidade	Mensal
Responsável pela obtenção dos dados	Seção de Aplicação Financeira
Data da última medição	31 de dezembro de 2014
Grau de Avaliação	Eficaz: $(100\% \leq x \leq 120\%)$; Regular: $(90\% < x < 100\%)$ ou $(120\% < x < 130\%)$; Ineficaz: $(x \leq 90\%)$ ou $(x \geq 130\%)$.
Avaliação do Controle Interno da UJ sobre o desempenho do setor	Eficaz
Observações	Dados acumulados até 31/dez. Percentual de arrecadação de 104,41% em relação à meta anual

Para o exercício de 2014, a meta de arrecadação da fonte 0280 foi de R\$ 282.919.221,00. Nos primeiros quatro meses do ano, a receita realizada encontrava-se ligeiramente abaixo da meta projetada para o período. A partir de maio de 2014 a arrecadação ultrapassou a meta até o final do período, o que gerou um percentual total de arrecadação de 104,41% em relação a meta anual.

Ao longo do período, a Divisão optou por aplicar os lotes com vencimento em curto prazo a fim de que o montante pudesse ser reaplicado em um curto espaço de tempo a uma taxa mais alta, visto os sucessivos aumentos da taxa SELIC. Assim, foi possível atingir a meta antes do término do exercício, sendo o total de arrecadação de R\$ 295.388.839,49 no ano.

Gráfico 5.5 – Evolução da Arrecadação



Fonte: SUFIN

c) Índice de Execução Financeira

Este indicador visa a promover um acompanhamento mensal da execução financeira das Unidades Gestoras do Comando da Aeronáutica, comparando o total de recursos financeiros solicitados pelas UG com o montante atendido pela SEFA.

Ao longo do exercício verificou-se que o percentual de atendimento das solicitações variou entre 40% e 99,80%. Os menores índices, encontrados no período de fevereiro a maio, foram decorrentes, principalmente, de atrasos e insuficiências nos repasses oriundos da Secretaria do Tesouro Nacional, em especial dos recursos referentes aos projetos inseridos no Programa de Aceleração do Crescimento. Outro motivo que contribuiu para que os índices fossem baixos durante estes meses, foi a prática da STN de liberar os montantes solicitados somente após a virada do mês, de modo a não impactar o superávit primário do mês em curso. O não atendimento das solicitações de recurso financeiro referentes aos destaques concedidos pela Secretaria de Aviação Civil para as obras e serviços nos aeroportos, em alguns meses, também concorreu para o não atingimento da meta de 100% de atendimento das solicitações das Unidades Gestoras.

Ao longo do mês de agosto até o final do ano, foi verificado um melhor percentual de atendimento, em consequência da ampliação de R\$ 602.707.280,00 do Limite de Pagamento (LP), mostrando-se eficiente ($\geq 90\%$) o índice de atendimento da Programação Financeira neste período, a exceção do mês de outubro. Neste aspecto, quando há insuficiência de LP, a Divisão Financeira tem trabalhado junto ao Departamento de Orçamento e Finanças (DEORF) do Ministério da Defesa, no sentido de se obter a antecipação dos limites mensais e ou a ampliação do Limite de Pagamento destinado ao COMAER.

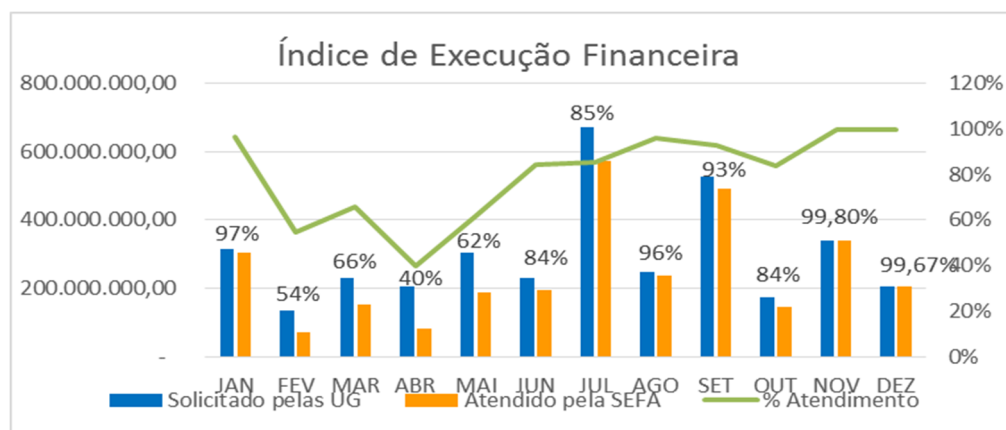
Tabela 5.3 – Informações sobre o Índice de Execução Financeira

Índice de Execução Financeira	
Objetivo de mensuração	Identificar o percentual de atendimento das solicitações de recursos financeiros do Tesouro Nacional.
Meta Mensal	Atendimento de 100% do valor solicitado pelas UG.
Processo do Indicador	Programação Financeira
Macroprocesso	Provimento de Recursos
Fórmula	Execução Financeira = $\frac{\sum \text{Montante solicitado pela SEFA/}}{\sum \text{Montante solicitude pelas UG}}$

Identificação das variáveis	Somatório das PPF liberadas pela SEFA no mês e Somatório das PPF emitidas pelas UG no mês.
Origem dos dados empregados na fórmula	SIAFI
Periodicidade	Mensal
Responsável pela obtenção dos dados	Seção de Finanças
Data da última medição	31 de dezembro de 2014
Grau de Avaliação	Eficaz: $x \geq 90\%$; Regular: $90\% > x \geq 70\%$; Ineficaz: $x < 70\%$
Avaliação do Controle Interno da UJ sobre o desempenho do setor	Eficaz

Por meio deste acompanhamento mensal, a Divisão Financeira tem condições de verificar o nível de execução financeira e, a partir daí, efetuar gestões junto ao DEORF, a fim de que os repasses de numerário sejam plenamente atendidos, em termos de montante e prazos; bem como junto à SAC e demais Órgãos que concedem destaque para o COMAER, a fim de que os repasses aconteçam dentro dos prazos previstos nos respectivos cronogramas de desembolso.

Gráfico 5.5 – Execução Financeira



Fonte: SIAFI – Gestão Tesouro Nacional - Valores atualizados até 31 de dezembro de 2014.

d) Indicador de Descentralização de Créditos

A Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica tem, como uma de suas atribuições, coordenar, supervisionar e executar as atividades de administração orçamentária e financeira no âmbito do COMAER.

Neste escopo, cabe à Subsecretaria de Administração Financeira da SEFA, por meio da Divisão de Créditos (SUFIN-2), efetuar a transferência das Dotações Orçamentárias, respeitando-se os Limites para Movimentação de Empenho estabelecidos em legislação pertinente, para as Unidades Gestoras, para a Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica e para o Fundo Aeronáutico, bem como acompanhar a execução das dotações pelas Unidades Gestoras de acordo com o Plano de Ação aprovado pelo Comandante da Aeronáutica.

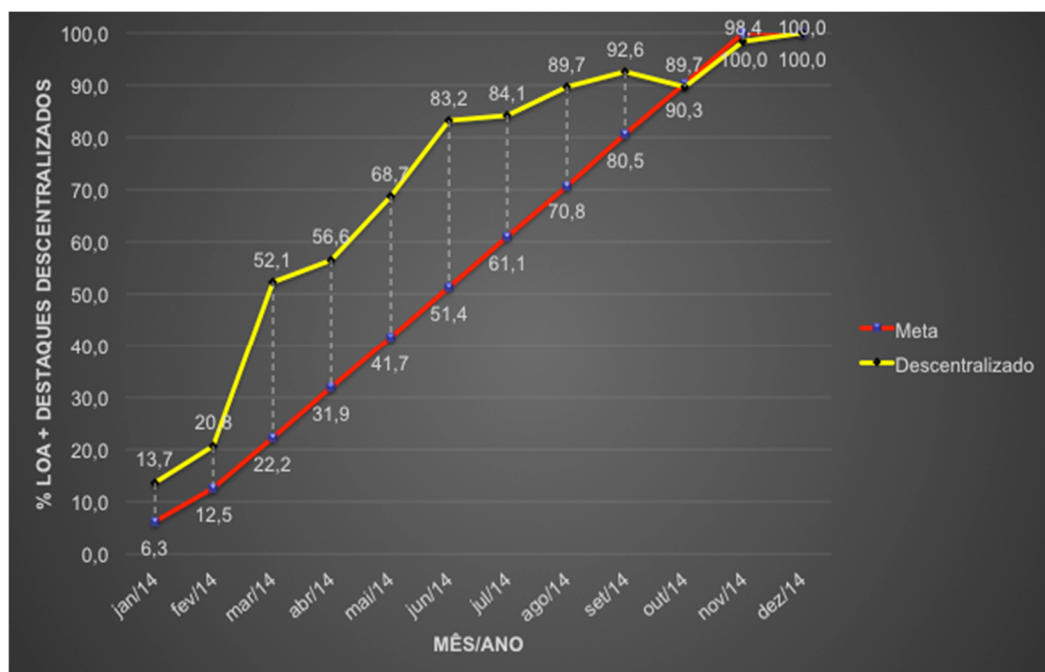
A transferência de créditos para as Unidades Gestoras deve ser realizada de forma planejada e regular, a fim de permitir uma aplicação mais eficiente e judiciosa dos recursos orçamentários.

Nesse contexto, surge a necessidade do contínuo acompanhamento da descentralização orçamentária para as diversas Unidades Gestoras Executoras do Comando da Aeronáutica por meio de um indicador de Gestão, que vem sendo utilizado desde 2013, conforme apresentado abaixo.

Tabela 5.4 – Informações sobre o Índice de Descentralização Orçamentária

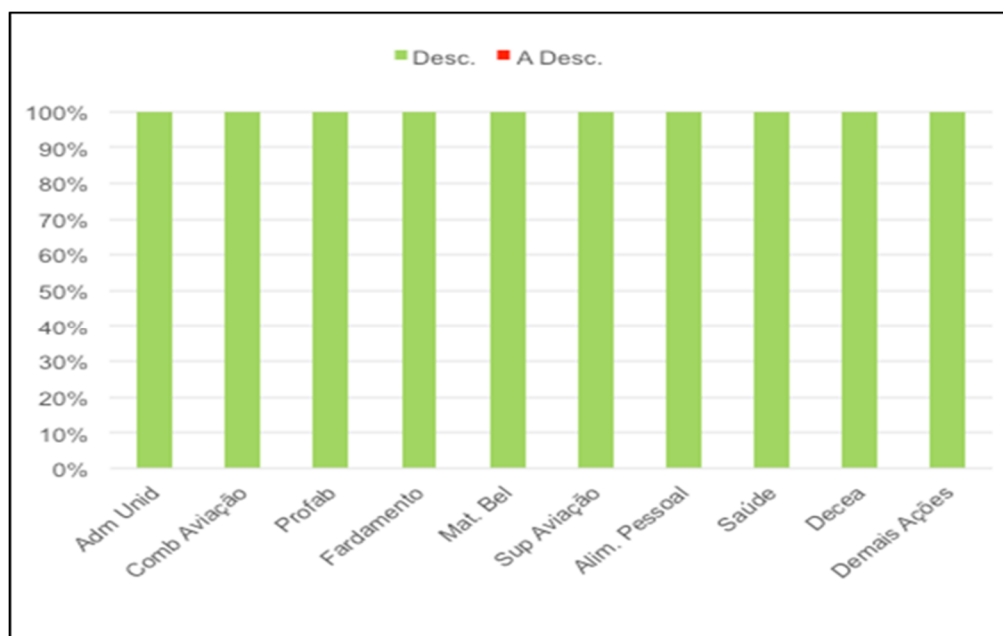
Indicador da Eficácia da Descentralização Orçamentária	
Objetivo de mensuração	Evidenciar o grau de regularidade na descentralização dos créditos das diversas Ações Orçamentárias.
Meta Anual	100%
Processo do Indicador	Descentralização Orçamentária
Macroprocesso	Provimento de Recursos
Fórmula	$ID = \left(\sum \frac{\text{Valor Descentralizado}}{\text{LOA} + \text{Destaques} - \text{Contingenciamento}} \right) \times 100\%$
Identificação das variáveis	Valor descentralizado e; Valor disponível (LOA + Destaques - Contingenciamento)
Origem dos dados empregados na fórmula	SIAFI
Periodicidade	Mensal
Responsável pela obtenção dos dados	Seção de Acompanhamento da Execução Orçamentária
Data da última medição	02 de março de 2015
Grau de Avaliação	Eficaz (maior ou igual a meta)
Clientes	ODGSA / UG do COMAER

Gráfico 5.6 – Descentralização de Créditos



Fonte: SIAFI - Dados atualizados até dez/2014

Gráfico 5.7 – Descentralização de Créditos por Ação – Principais Ações



Fonte: SEFA/SUFIN-2. Dados atualizados até dez 2014 (SIAFI)

Apreciação

Este indicador buscou identificar se a descentralização de créditos foi realizada de forma regular no decorrer do exercício financeiro. Para isso, foi estabelecida uma meta mínima mensal a ser cumprida (percentual do valor constante na Lei Orçamentária Anual acrescida dos Créditos recebidos de outras Unidades Orçamentárias excluindo-se a parcela contingenciada das dotações).

Os valores da meta são cumulativos no decorrer do ano e são representados no **Gráfico 5.6** por uma diagonal.

O comportamento do **Gráfico 5.6** em janeiro (13,7%) muito superior à meta (6,3%) ocorre naturalmente em decorrência das dotações de caráter obrigatório (Benefícios), que são descentralizadas em sua totalidade e não sofrem contingenciamento pelo Governo. Até o mês de março, a descentralização do Orçamento é bastante limitada, pois até a aprovação da LOA e a publicação do Decreto de limitação de Empenho (contingenciamento) ocorrerem, a SUFIN só pode descentralizar até 1/16 dos valores previstos na PLOA. No Exercício de 2014, a publicação do aludido decreto ocorreu em 20 de fevereiro, dessa forma, observa-se um aumento considerável na velocidade da descentralização verificada no gráfico a partir do mês de março.

O gráfico 1 revela, ainda, que a tendência de descentralização acima da meta manteve-se praticamente ao longo de todo o exercício, de maneira que a meta anual de descentralizar 100% dos recursos disponíveis em tempo hábil para viabilizar a execução por parte das Unidades Gestoras Executoras (UGE) dessas dotações foi atingida com tranquilidade.

O **Gráfico 5.7** demonstra o cumprimento anual da meta separadamente pelas principais ações e ratifica o resultado revelado no gráfico 1.

Portanto, a conclusão obtida pelo indicador de descentralização de crédito assegura que Secretaria de Economia e Finanças promoveu uma descentralização de forma regular e antecipada das dotações orçamentárias, o que permitiu às UGE condições de executarem seus respectivos Programas de Trabalho Anuais de maneira planejada e com tempo hábil para mitigar possíveis problemas casuais, garantindo, assim, uma aplicação eficiente e judiciosa dos recursos orçamentários alocados ao COMAER.

O indicador atendeu plenamente ao objetivo a ser monitorado e permitiu o tempestivo acompanhamento gerencial. Desta forma, o indicador será mantido em 2015.

e) Conformidade de Registros Contábeis

Tabela 5.5 – Informações sobre o Indicador de Registros Contábeis

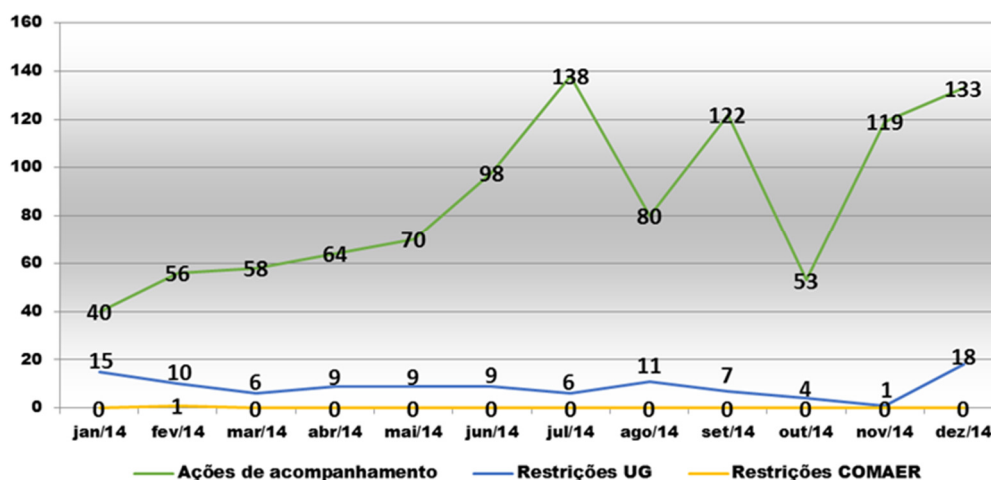
Indicador de Prestação de Contas	
Objetivo da mensuração	Evidenciar a correção dos registros contábeis do COMAER nos diversos níveis
Meta para o ano	Reduzir a quantidade de Restrições Contábeis aplicadas ao COMAER em comparação com o exercício anterior
Processo/Macrop processo	Prestação de Contas/Controle da Execução
Métricas	Quantidade de ações de acompanhamento da SUCONT-3 nas UG Quantidade de Restrições Contábeis Nível UG Quantidade de Restrições Contábeis Nível COMAER
Identificação das variáveis	Ações de acompanhamento da SUCONT-3 nas UG Restrições Contábeis aplicadas pela SEFA nas UG Restrições Contábeis aplicadas pela STN no COMAER
Origem dos dados empregados na fórmula	SIAFI/SUCONT-3.1
Periodicidade e Responsável pela Medição	Mensal/SUCONT-3.1
Gerente	Maj Int Nelson (SUCONT-2).
Data e valor da última medição	31 de dezembro de 2014: (0) Zero Restrição Contábil nível COMAER
Grau de avaliação	Restr. em A < Restr. em A-1: Efetivo Restr. em A > Restr. em A-1: Não Efetivo
Avaliação do Controle Interno da UJ sobre o desempenho do setor	Efetivo.

O indicador foi instituído com o objetivo de mensurar a performance na execução contábil no SIAFI das Unidades Gestoras e Executoras do COMAER, bem como, fornecer informações necessárias às ações de melhoria no desempenho das UG. O indicador é composto por três métricas, a saber:

- 1) Quantidade de ações de acompanhamento da Divisão de Acompanhamento Contábil e de Suporte ao Usuário (SUCONT-3) nas UG: consiste em condutas preventivas, com o objetivo de orientar as diversas UG quanto à adoção de ações corretivas, acerca de procedimentos que possam ensejar aplicação de restrição contábil à UG;
- 2) Quantidade de Restrições Contábeis Nível UG: consiste na quantidade de restrições contábeis aplicadas, pela Setorial de Contabilidade do COMAER nas UG, pela não adoção das ações corretivas recomendadas ou pela necessidade de intervenção direta da Setorial de tais ações;
- 3) Restrições Contábeis aplicadas pela STN no COMAER: consiste na avaliação do Órgão Central de Contabilidade Federal (STN/CCONT) em relação ao Órgão Comando da Aeronáutica. O resultado desta métrica é consequência das ações de acompanhamento e de correção do Órgão Setorial de Contabilidade nas UG subordinadas e reflete a qualidade dos registros contábeis do COMAER.

O gráfico a seguir representa o resultado das medições realizadas no período de janeiro a dezembro de 2014.

Gráfico 5.8 - Conformidade de Registros Contábeis



Fonte: SIAFI (Atualizado em 31 de dezembro de 2014)

A avaliação do indicador é realizada da seguinte maneira:

1. Se, ao final do exercício, o total de restrições contábeis, aplicadas pelo Órgão Central de Contabilidade (STN/CCONT) ao COMAER, for inferior ao total de restrições contábeis aplicadas no exercício anterior, a avaliação será efetiva, ou seja, houve melhoria na correção dos procedimentos contábeis das UG do COMAER;
2. Se, ao final do exercício, o total de restrições contábeis, aplicadas pelo Órgão Central de Contabilidade (STN/CCONT) ao COMAER, for superior ao total de restrições contábeis aplicadas no exercício anterior, a avaliação será não efetiva, ou seja, não houve melhoria na correção dos procedimentos contábeis das UG do COMAER.

No exercício 2014, o Comando da Aeronáutica recebeu apenas 1 (uma) restrição contábil da CCONT/STN, sob o código 608 (saldo invertido do ativo circulante), no mês de fevereiro. No exercício 2013 foram aplicadas 4 (quatro) restrições contábeis ao Comando da Aeronáutica, o que reforça a utilidade do indicador de resultado e o aprimoramento da qualidade dos registros contábeis do COMAER.

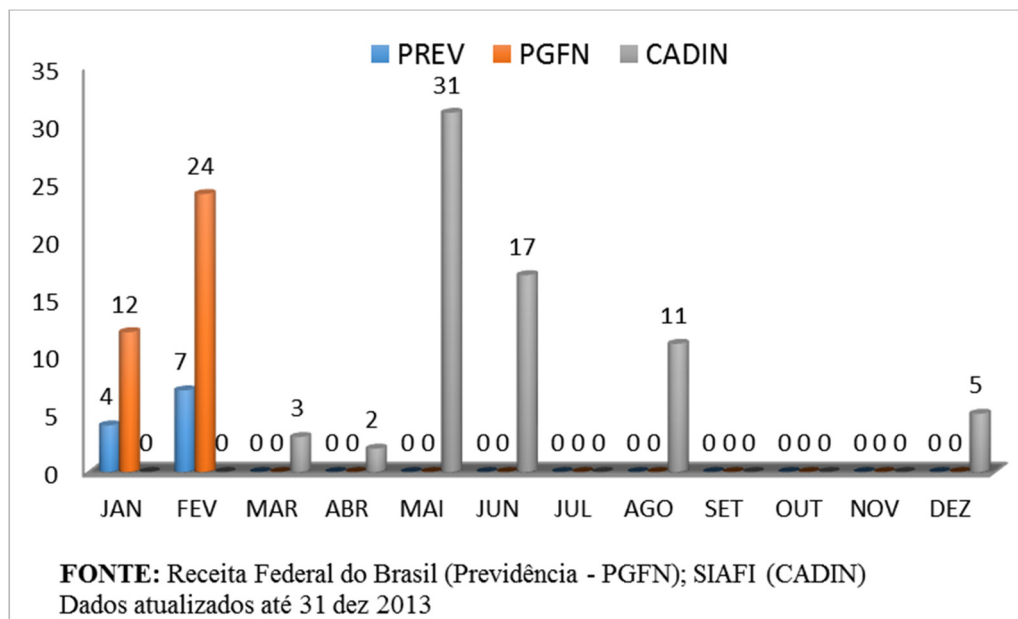
f) Controle de Certidões

A presente análise do indicador se inicia no exercício 2013, série histórica disponível, que está apresentada no **Gráfico 5.9**. Os dados referem-se aos meses de janeiro a dezembro daquele ano.

O tratamento aplicado aos dados disponíveis envolvia apenas a apuração de regularidade da certidão no mês, levando-se em consideração a única métrica existente, que na situação, era a quantidade de dias de pendência da certidão no mês.

Pela análise, observa-se que no início daquele exercício foi constatada existência de pendências, junto à Previdência Social, oriundas do não cumprimento de obrigações acessórias ou principais (transmissão de declarações, recolhimento de contribuições previdenciárias etc.), bem como junto à Receita Federal do Brasil, que administra os assuntos inerentes à PGFN. Para a segunda situação, tratavam-se de pendências referentes à regularização de processos aduaneiros não concluídos ou concluídos com divergências. Em relação ao Cadin, refere-se à inscrição de UG do COMAER por Empresas Públicas do Governo Federal, decorrente de ausência de quitação de obrigações financeiras.

Gráfico 5.9 – Controle de Certidões Exercício 2013



Para o exercício de 2014, ações foram adotadas no sentido de adequar o indicador às necessidades do COMAER, bem como possibilitar leitura mais completa da regularidade fiscal da Aeronáutica.

O indicador passou a ter o objetivo de constatar o percentual de tempo em dias nos quais as Certidões do COMAER perante os Órgãos da União que se apresentavam as Negativas para os débitos existentes. Com isso, a fórmula do indicador de desempenho foi alterada para o exercício, com vistas a representar a realidade de cada certidão em relação aos prazos de vencimento definidos na legislação em vigor. Dessa forma, o indicador passou a ser composto por três variáveis, a saber:

- Tempo de Certidões Pendentes: consiste no resultado apurado, em termos percentuais, em que a certidão apontada (Cadin, CND-PREV e CND-SRF/PGFN) apresenta-se regular;
- Dias de Pendência da Certidão no mês: consiste no levantamento de dias em que a certidão apontada (Cadin, CND-PREV e CND-SRF/PGFN) apresentou-se com pendência impeditiva de renovação da aludida Certidão.
- Dias de Vencimento da Certidão: consiste na utilização dos prazos de vencimento da certidão apontada, baseando-se no estabelecido na legislação vigente. Para o Cadin, utiliza-se o prazo existente entre a notificação e a inscrição, prazo determinado em Lei.

A **Tabela 5.6** demonstra, de forma sintética, as informações que o indicador proporciona ao usuário.

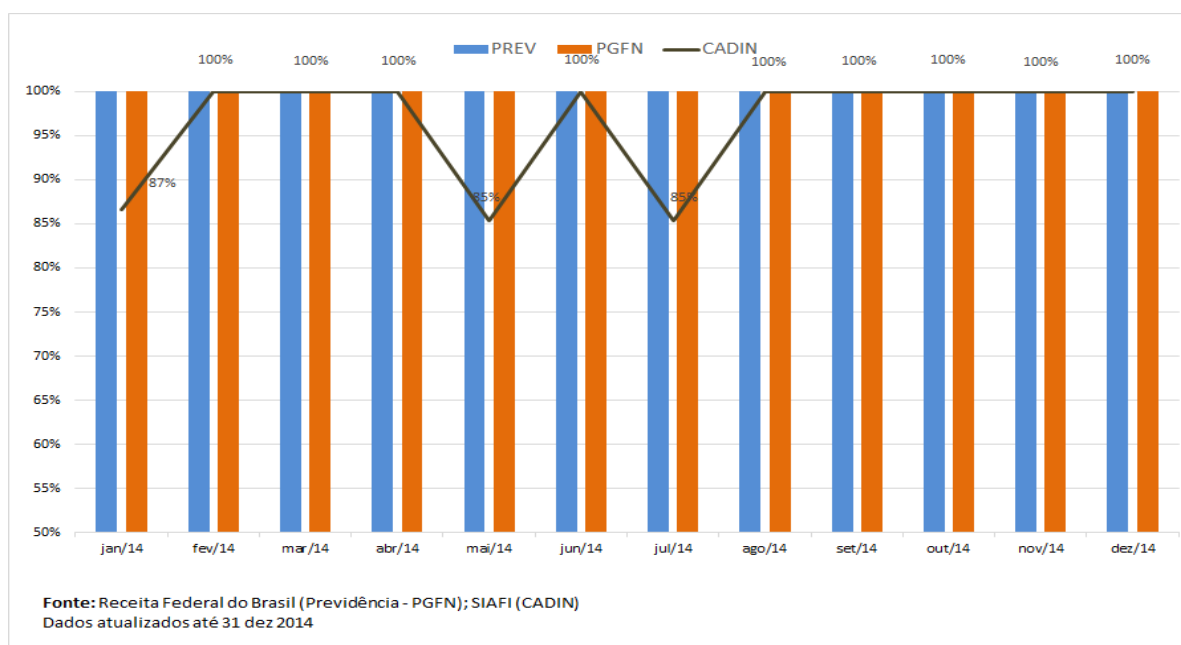
Tabela 6 – Informações sobre o Indicador de Controle de Certidões

Indicador de Controle de Certidões	
Objetivo da mensuração	Evidenciar o percentual do tempo, em dias, no mês de análise, nos quais o COMAER apresentou pendência de emissão de Certidão de regularidade.
Meta para o ano	Acima de 90%
Processo/Macroprocesso	Controle de Certidões / Controle de Execução
Fórmula do Indicador de Desempenho por Certidão	$TCP = (DVC - DPC) \times 100\%$, onde DVC
Identificação das variáveis	TCP = Tempo de Certidões Pendentes; DPC = Dias de Pendência da Certidão no mês; e DVC = Dias de Vencimento da Certidão.
Origem dos dados empregados na fórmula	Relatórios de regularidade Receita Federal do Brasil e SIAFI (Cadin)

Periodicidade e Responsável pela Medição	Mensal
Gerente	2º Ten QCOA CCO PAULO HENRIQUE/SUCONT-2.3
Data e valor da última medição	31/DEZ/2014: 100% Regularidade (PGFN/PREV/CADIN)
Grau de avaliação	Acima de 85% = Eficaz De 60% a 84% = Regular De 01% a 59% = Ineficaz
Avaliação do Controle Interno da UJ sobre o desempenho do setor	Eficaz => PGFN/PREV/Cadin

O gráfico a seguir representa o resultado das apurações percentuais no período de janeiro a dezembro de 2014.

Gráfico 5.10 - Controle de Certidões Exercício 2014



A avaliação do indicador é realizada da seguinte maneira:

- Se, ao final do mês de análise, o percentual de regularidade da Certidão/Cadin, for superior a 85%, a avaliação será **eficaz**, ou seja, as ações foram executadas tempestivamente e não comprometeram a regularidade do COMAER;
- Se, ao final do mês de análise, o percentual de regularidade da Certidão/Cadin, for superior a 60% e inferior a 84%, a avaliação será **regular**, ou seja, as ações executadas impediram a emissão da regularidade da Certidão, no entanto, estiveram em intervalo de tempo considerado como suficiente para atender a burocracia atrelada às soluções das pendências existentes; e
- Se, ao final do mês de análise, o percentual de regularidade da Certidão/Cadin, for inferior a 59%, a avaliação será **ineficaz**, ou seja, as ações executadas não foram tempestivas e comprometeram a emissão da regularidade da Certidão, demonstrando a ineficácia das ações na resolução das pendências existentes.

No exercício 2014, as pendências de regularidade existentes foram atribuídas exclusivamente à inscrição no Cadin de UG do COMAER por parte de Empresas Públicas do Governo Federal. Nessa situação, foram adotadas medidas tempestivas pela SEFA no intuito de se regularizar as aludidas pendências em prazos considerados aceitáveis. Com adoção de medidas gerenciais em relação ao Cadin, com atuação direta da SEFA junto às UG, foi possível eliminar as não conformidades nos

últimos cinco meses do exercício, propiciando, assim, regularidade de 100% das certidões e adimplência do COMAER.

Em comparação com o exercício anterior, observa-se melhoria significativa dos números, uma vez que a quantidade de irregularidades constatadas, impeditivas da renovação das certidões ou de comprovação de adimplência (Cadin), condizem com a atuação da SEFA perante as UG, conseqüentemente, junto aos Órgãos administradores de certidões, possibilitando a manutenção de percentual de regularidade elevado.

g) Nível de satisfação do usuário

O indicador foi instituído em março de 2013 e permitiu avaliar a percepção do usuário sobre o suporte, via atendimento telefônico, prestado aos gestores do COMAER na execução contábil no SIAFI com base nas normas e nos procedimentos vigentes no Comando da Aeronáutica e em consonância com as instruções do Órgão Central de Contabilidade Federal, a Secretaria do Tesouro Nacional.

A meta anual a ser atingida estabeleceu que, em média, 90% ou mais dos atendimentos realizados deveriam ser classificados com o grau máximo, ou “totalmente satisfeito”. Na avaliação dos usuários durante o ano de 2014 foi obtida a média de 98,43% dos atendimentos avaliados pela SEFA, classificados com o grau 5 (TOTALMENTE SATISFEITO). A amostra do total de avaliações utilizadas para o cômputo do indicador, mês a mês, oscilou entre 17% e 80% do total de atendimentos prestados via telefone, porém com a implantação da avaliação eletrônica, por meio da Unidade de Resposta Audível - URA, estima-se que a amostra deve se aproximar do volume real de atendimentos durante o ano de 2015. A razão de amostras baixas durante o início de 2014 justifica-se pela carência de pessoal, o que não ocorrerá com a ação de melhoria adotada.

Baseado no resultado apurado, fica evidenciada a qualidade do suporte em execução contábil prestado, bem como a importância de seu aprimoramento e ações de melhoria, visando assegurar a qualidade dos lançamentos contábeis e patrimoniais do Comando da Aeronáutica no SIAFI e auxiliar o processo de gestão dos recursos públicos.

As informações sobre o indicador constam na **Tabela 5.7** a seguir:

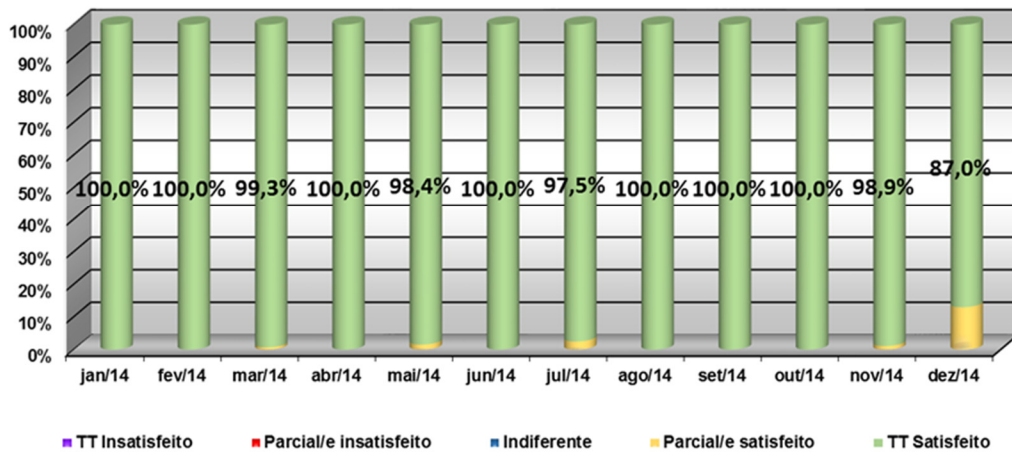
Tabela 5.7 – Informações sobre o Indicador de Nível de Satisfação de Usuário

Indicador Nível de Satisfação do Usuário	
Objetivo da mensuração	Evidenciar o nível de satisfação do usuário em relação ao atendimento, via telefone, prestado pela SUCONT-3
Meta anual	Média \geq 90% usuários TT Satisfeito
Processo do indicador	Atendimento em Execução Contábil
Macroprocesso	Suporte das UG
Fórmula do Indicador de Desempenho	<div style="text-align: center;"> <p>FÓRMULA</p> $ID = \left(\frac{\text{Total de Avaliações por Nível}}{\text{Total de Atendimentos Telefônicos Avaliados}} \right) \times 100\%$ </div>
Identificação das variáveis	Total de avaliações por nível de satisfação (1 a 5) e total de atendimentos telefônicos avaliados
Origem dos dados empregados na fórmula	Atendimentos finalizados e avaliados
Periodicidade	Mensal
Responsável pela obtenção dos dados	Cap Int Aline (SUCONT 3.3)
Data e valor da última medição	31/12/2014 – 100% TT SATISFEITO
Grau de avaliação	\geq 80% eficaz; $50 \geq$ regular < 80 ; $< 50\%$ ineficaz
Avaliação do Controle Interno da UJ sobre o desempenho do processo	Eficaz
Observações	A partir de 18/DEZ/2014 foi implantada a Unidade de Resposta Audível - URA, cujo atendimento eletrônico possibilita número

mais apurado de avaliações finalizadas e facilita a atribuição de grau livre pelo usuário, uma vez que a interação ocorre entre homem-máquina.

O **Gráfico 5.11** representa o resultado das avaliações dos usuários no período de janeiro a dezembro de 2014.

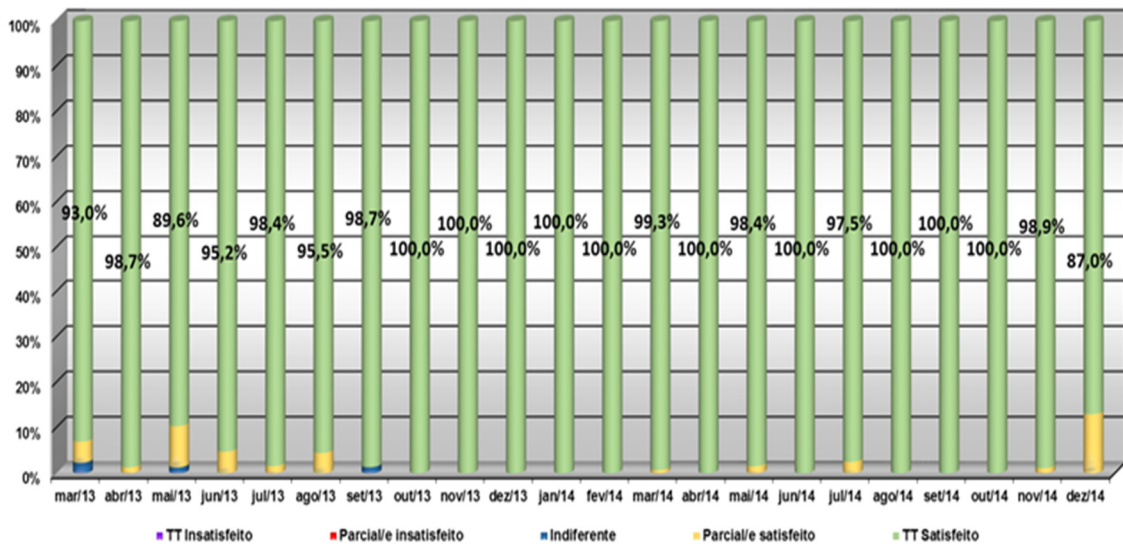
Gráfico 5.11 - Indicador de Satisfação do Usuário



Fonte SEFA/SUCONT-3 (Atualizado em 31/DEZ/2014)

O **Gráfico 5.12** representa a série histórica:

Gráfico 5.12 - Série histórica do Indicador de Satisfação do Usuário.



Fonte SEFA/SUCONT-3 - Atualizado em 31/DEZ/2014

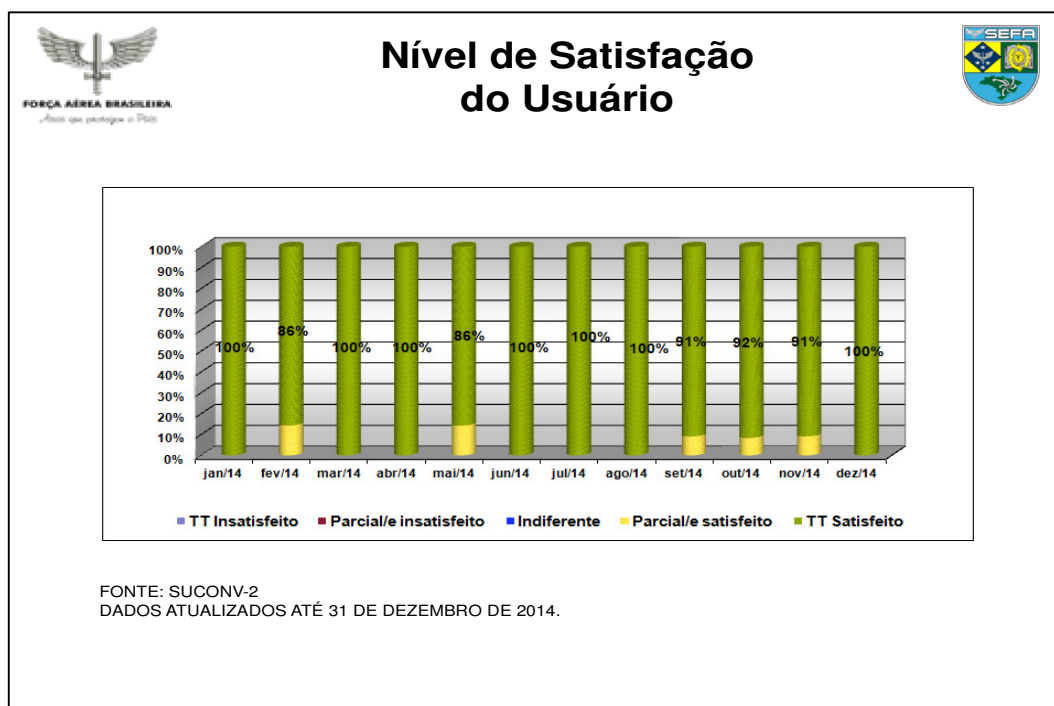
h) Nível de satisfação do usuário –Convênios e Instrumentos Congêneres

O indicador foi instituído em 2014 e permitiu avaliar a percepção do usuário sobre o suporte, via atendimento telefônico, prestado aos gestores do COMAER sobre Convênios e Instrumentos Congêneres, em consonância com as instruções da Secretaria.

Tabela 5.8 – Informações sobre o Indicador de Nível de Satisfação de Usuário – Convênios e Instrumentos Congêneres.

Indicador Nível de Satisfação do Usuário	
Objetivo da mensuração	Evidenciar o nível de satisfação do usuário em relação ao atendimento prestado pela SUCONV-2
Meta para o ano	Média ≥ 80% usuários TT Satisfeito
Processo	Atendimento em Convênios e Instrumentos Congêneres
Macroprocesso	Suporte às Unidades Gestoras
Fórmula do Indicador de Desempenho	$ID = \left(\frac{\text{Total de Avaliação por Nível}}{\text{Total de Atendimento Avaliado}} \right) \times 100 \%$
Identificação das variáveis	ID = Indicador Total de avaliações por nível de satisfação (1 a 5) Total de atendimentos avaliados
Origem dos dados empregados na fórmula	Atendimentos finalizados e avaliados
Periodicidade e Responsável pela Medição	Mensal
Gerente	Secretaria da SUCONV
Data e valor da última medição	31 de dezembro de 2014
Grau de avaliação	Eficácia: ≥ 80%: eficaz 50 % ≤ grau < 80 %: regular < 50 %: ineficaz
Avaliação do Controle Interno da UJ sobre o desempenho do setor	Eficaz

Gráfico 5.13 - Indicador de Satisfação do Usuário. – Convênios e Instrumentos Congêneres



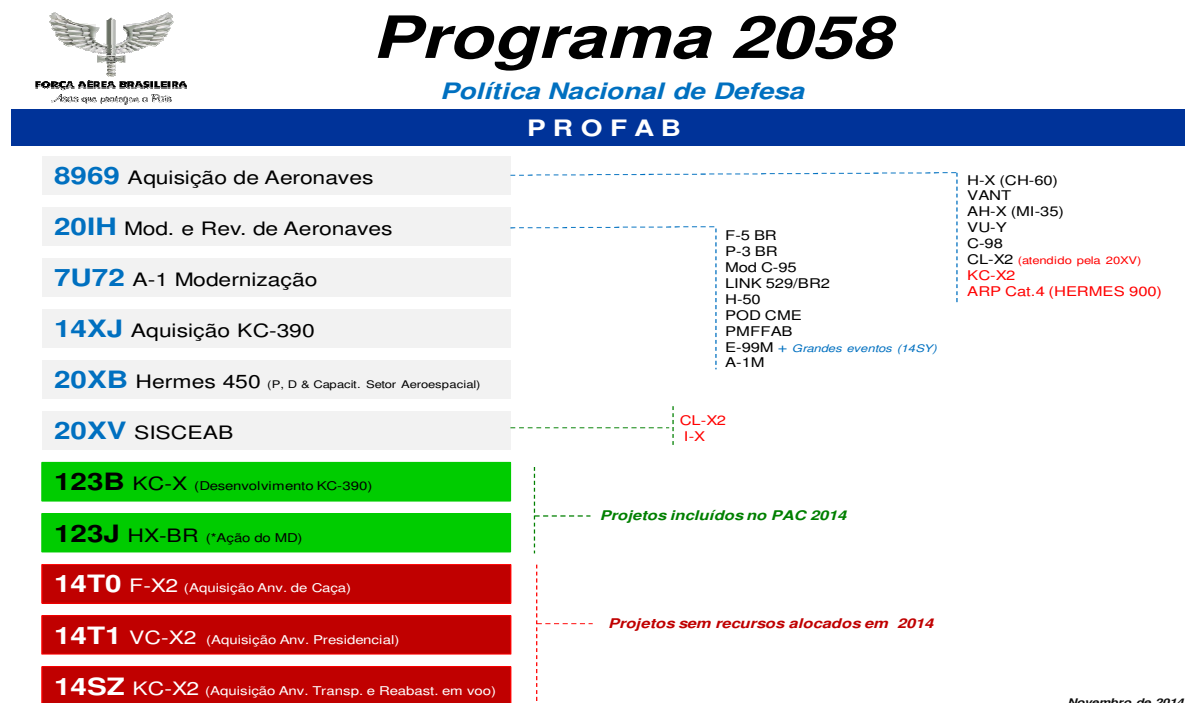
Fonte: SEFA/SUCONV-2 – (Atualizado em 31/12/2014)

O indicador Nível de Satisfação do Usuário tem contribuído para o aprimoramento da gestão do setor, mediante a identificação e o tratamento dos eventos que resultaram em avaliações diferentes de “totalmente satisfeito”. A utilização do indicador revela que a alta rotatividade de pessoal, aliada

às exigências de um serviço técnico especializado, geram a necessidade de investimento em capacitação dos integrantes do setor.

i) Indicadores de Gestão da Dívida e Gerenciador de Projetos

Figura 5.4 – PROFAB



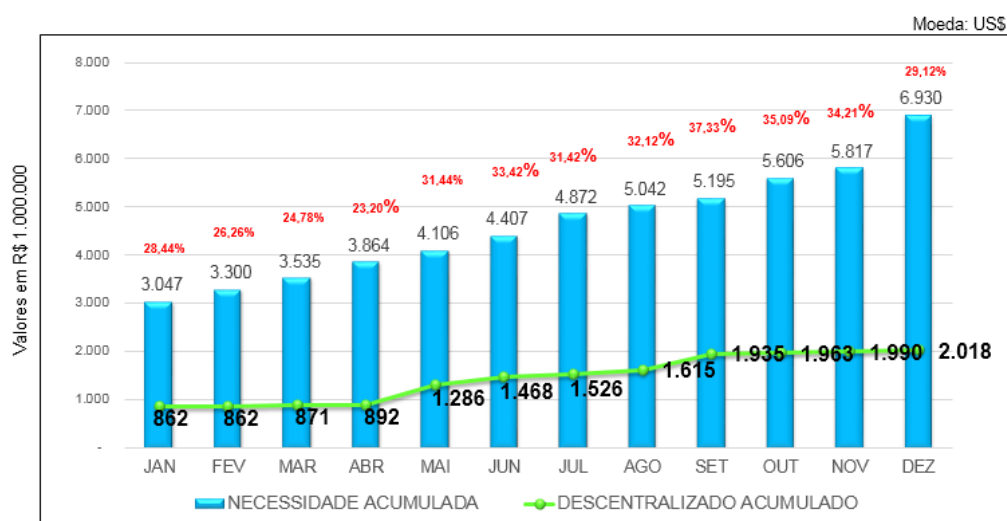
Fonte: SEFA/SUCONV-3 (Atualizado em 31/12/2014)

Tabela 5.9 - Informações sobre o Indicador Gerenciamento de Projetos

Indicador: Índice Mensal de Atendimento das Ações do PROFAB	
Objetivo da mensuração	Evidenciar o grau de atendimento das necessidades gerenciais dos Projetos suportados pelas Ações: 8969, 20IH, 123B e 123J
Meta anual	Atingir 100%
Processo do indicador	Gerenciamento dos Recursos do PROFAB
Macroprocesso	
Fórmula do indicador de desempenho	$ID = \frac{\sum \text{Descentralizações}}{\sum \text{Necessidades Gerenciais}} \times 100\%$
Identificação das variáveis	1) Valores orçamentários necessários para o atendimento das necessidades do PROFAB; e 2) Valores que de fato foram descentralizados
Origem dos dados empregados na fórmula	SIAFI e Gerentes de Projetos
Periodicidade	Mensal
Responsável pela obtenção dos dados	SUCONV-3
Data da última medição	Dezembro de 2014
Grau de avaliação	Eficácia : Eficaz $\geq 90\%$; Regular $\geq 60\% < 90\%$; Ineficaz $< 60\%$
Avaliação sobre a descentralização de recursos orçamentários do PROFAB	29,12 % - INEFICAZ
Observações	O contingenciamento dos recursos orçamentários do PROFAB tem provocado diversas ações da SUCONV, no sentido de subsidiar a SUFIN, com vistas à liberação de recursos

Gráfico 5.14 - Atendimento das necessidades gerenciais dos projetos

Indicador: Índice Mensal de Atendimento das Ações do PROFAB



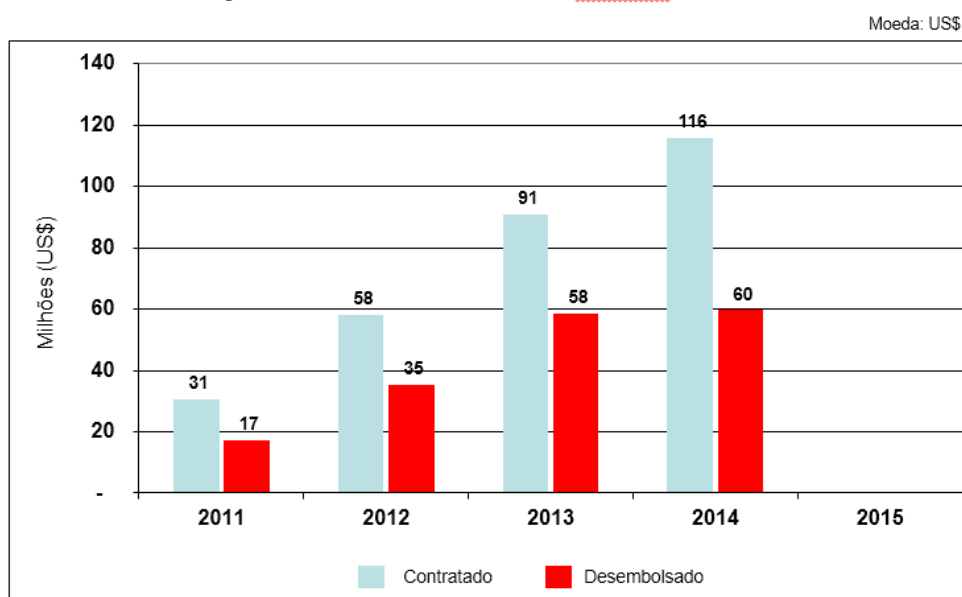
Fonte: SIAFI/GERENTE

Atualizado: Dezembro 2014

Tabela 5.10 – Informações sobre o Indicador de Utilização do Financiamento BNP Paribas

Indicador: Índice de utilização do financiamento BNP Paribas – COFACE que suporta o projeto A1 Mod	
Objetivo da mensuração	Evidenciar o comportamento dos desembolsos realizados em relação ao cronograma de utilização contratado.
Meta anual	Atingir 100%
Processo do indicador	Registro de Desembolso
Macroprocesso	Gestão da Dívida
Fórmula do indicador de desempenho	$ID = \frac{\sum \text{Desembolsos}}{\sum \text{Contratado}} \times 100\%$
Identificação das variáveis	1) Valores previstos para serem desembolsados pelos bancos credores; e 2) Valores que de fato foram desembolsados
Origem dos dados empregados na fórmula	SIAFI e Gerentes de Projetos
Periodicidade	Mensal
Responsável pela obtenção dos dados	SUCONV-3
Data da última medição	Dezembro de 2014
Grau de avaliação	Eficiência : Eficaz $\geq 90\%$; Regular $\geq 60\% < 90\%$; Ineficaz $< 60\%$
Avaliação sobre a descentralização de recursos orçamentários do PROFAB	52 % - INEFICAZ
Observações	A incapacidade de utilização da totalidade das linhas de financiamento tem demandado ações da SUCONV, no sentido de conduzir a negociação de termos aditivos aos contratos, com vistas ao processo de extensão de prazo de utilização dos financiamentos

Gráfico 5.15 – Índice de Utilização do Financiamento BNP Paribas
Índice de Utilização do Financiamento BNP - Paribas – ASHA`A A1 - MOD



Fonte: SIAFI/GERENTE

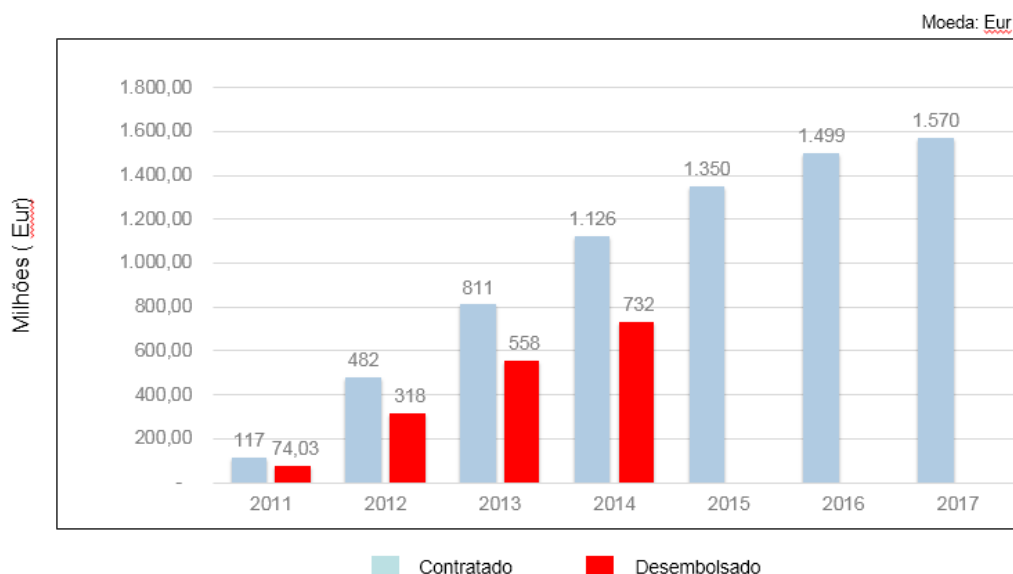
Atualizado: Dezembro 2014

Tabela 5.11 - Informações sobre o Indicador de Utilização do Financiamento Societe Generale

Indicador: Índice de utilização do financiamento <u>Societe Generale</u> – COFACE que suporta o projeto H-XBR	
Objetivo da mensuração	Evidenciar o comportamento dos desembolsos realizados em relação ao cronograma de utilização contratado.
Meta anual	Attingir 100%
Processo do indicador	Registro de Desembolso
Macroprocesso	Gestão da Dívida
Fórmula do indicador de desempenho	$ID = \frac{\sum \text{Desembolsos}}{\sum \text{Contratado}} \times 100\%$
Identificação das variáveis	1) Valores previstos para serem desembolsados pelos bancos credores; e 2) Valores que de fato foram desembolsados
Origem dos dados empregados na fórmula	SIAFI e Gerentes de Projetos
Periodicidade	Mensal
Responsável pela obtenção dos dados	SUCONV-3
Data da última medição	Dezembro de 2014
Grau de avaliação	Eficácia : Eficaz $\geq 90\%$; Regular $\geq 60\% < 90\%$; Ineficaz $< 60\%$
Avaliação sobre a descentralização de recursos orçamentários do PROFAB	65 % - INEFICAZ
Observações	A incapacidade de utilização da totalidade das linhas de financiamento tem demandado ações da SUCONV, no sentido de conduzir a negociação de termos aditivos aos contratos, com vistas ao processo de extensão de prazo de utilização dos financiamentos

Gráfico 5.16 –Índice de Utilização do Financiamento Societe Generale

Índice de Utilização do Financiamento Societe Generale – COFACE HX-BR



Fonte: SIAFI/GERENTE

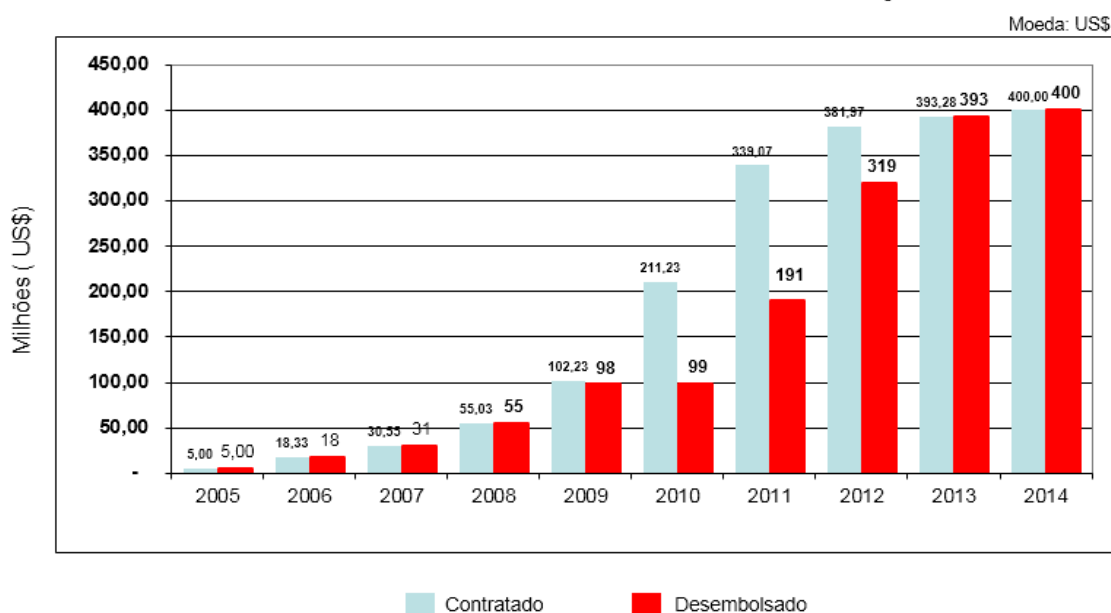
Atualizado: Dezembro 2014

Tabela 5.12 - Informações sobre o Indicador de Utilização do Financiamento BBVA

Indicador: Índice de utilização do financiamento BBVA que suporta o projeto P-3	
Objetivo da mensuração	Evidenciar o comportamento dos desembolsos realizados em relação ao cronograma de utilização contratado.
Meta anual	Atingir 100%
Processo do indicador	Registro de Desembolso
Macroprocesso	Gestão da Dívida
Fórmula do indicador de desempenho	$ID = \frac{\sum \text{Desembolsos}}{\sum \text{Contratado}} \times 100\%$
Identificação das variáveis	1) Valores previstos para serem desembolsados pelos bancos credores; e 2) Valores que de fato foram desembolsados
Origem dos dados empregados na fórmula	SIAFI e Gerentes de Projetos
Periodicidade	Mensal
Responsável pela obtenção dos dados	SUCONV-3
Data da última medição	Dezembro de 2014
Grau de avaliação	Eficácia : Eficaz \geq 90%; Regular \geq 60% < 90% ; Ineficaz < 60%
Avaliação sobre a descentralização de recursos orçamentários do PROFAB	100 % - EFICAZ
Observações	Apesar das dificuldades no processo de desembolso, esse projeto foi desembolsado 100% até a data limite de utilização prevista para o financiamento.

Gráfico 5.17 – Índice de Utilização do Financiamento BBVA

Índice de Utilização do Financiamento BBVA – Projeto P-3



5.5 Informações sobre custos de produtos e serviços

Este item do Relatório de Gestão busca evidenciar à sociedade brasileira os custos despendidos pelo Comando da Aeronáutica (COMAER) no cumprimento de sua destinação legal. Serão abordados não apenas os custos decorrentes da execução do orçamento do exercício (LOA 2014), mas também os custos oriundos do consumo do patrimônio pré-existente que, em conjunto com os recursos orçamentários, contribuem para o alcance dos objetivos do Órgão.

5.5.1 – A Destinação Legal do COMAER

A defesa da Pátria e a garantia dos poderes constitucionais, sob a autoridade suprema da Presidência da República, expressam a destinação da Aeronáutica, conforme Art. 142 da Constituição Federal. Adicionalmente, a Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, estabelece as normas gerais de organização, de preparo e de emprego do Comando da Aeronáutica.

A partir do texto dos dispositivos legais, o Livro Branco de Defesa Nacional – LBDN3 registra a missão do Comando da Aeronáutica em “manter a soberania do espaço aéreo nacional com vistas à defesa da Pátria, impedindo o uso do espaço aéreo brasileiro para a prática de atos hostis ou contrários aos interesses nacionais”.

O LBDN apresenta, ainda, as seguintes atribuições subsidiárias da Força Aérea:

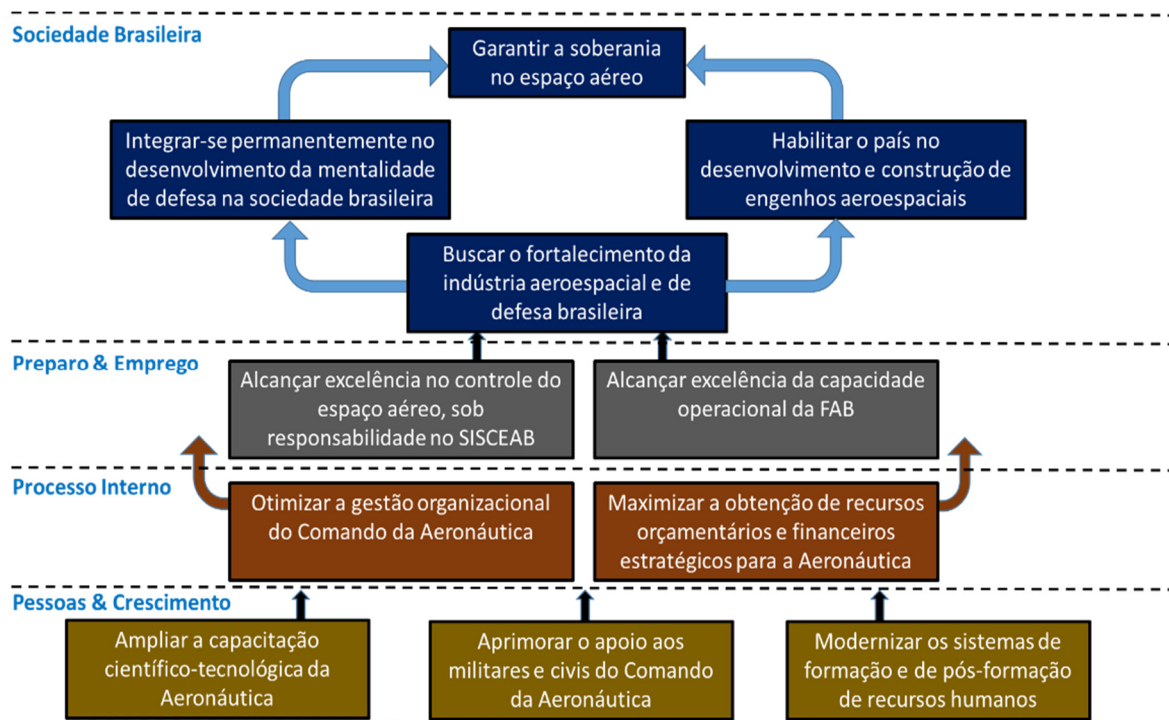
- prover a segurança da navegação aérea;
- estabelecer, equipar e operar a infraestrutura aeroespacial, aeronáutica e aeroportuária, sob sua responsabilidade;
- operar o Correio Aéreo Nacional;
- cooperar com os órgãos federais na repressão aos delitos que envolvam o uso do espaço aéreo e de áreas aeroportuárias, na forma de apoio logístico, inteligência, comunicações e instrução;
- e

³ Disponível em <http://www.defesa.gov.br/arquivos/2012/mes07/lbdn.pdf>

- preservar as competências exclusivas das polícias judiciárias, atuar, de maneira contínua e permanente, por meio das ações de controle do espaço aéreo brasileiro, contra todos os tipos de tráfego aéreo ilícito, com ênfase nos relacionados ao tráfico de drogas, armas, munições e passageiros ilegais. A Força Aérea atua em cooperação com organismos de fiscalização competentes, aos quais caberá a tarefa de agir após a aterragem das aeronaves envolvidas em tráfego aéreo ilícito. Na ausência desses órgãos, a força poderá revistar pessoas, veículos terrestres, embarcações e aeronaves, bem como efetuar prisões em flagrante delito.

Alinhado à sua missão constitucional, a Aeronáutica estabeleceu seus objetivos estratégicos, por meio do Plano Estratégico Militar da Aeronáutica (PEMAER):

Figura 5.5 - Objetivos Estratégicos da Aeronáutica



5.5.2 – As Macro atividades desenvolvidas pelo COMAER

Para o cumprimento de sua destinação legal, o COMAER estrutura-se na forma prevista pelo Decreto nº 6.834 de 30 de abril de 2009 e desempenha sua missão por meio de Órgãos de Direção Geral, Setorial e de Assistência Direta e Imediata ao Comandante da Aeronáutica (ODGSA), aos quais compete a gerência de macro atividades necessárias ao alcance de objetivos estratégicos, conforme demonstrado, de forma simplificada, a seguir:

Figura 5.6 - Organograma Básico do COMAER



Naturalmente, o cumprimento da missão constitucional pela estrutura do COMAER consome recursos públicos. Nesse contexto, a ótica de custos é bastante adequada para demonstrar o consumo, pois reúne não apenas dados oriundos do orçamento público, mas evidencia também todo o consumo patrimonial na realização da macro atividade.

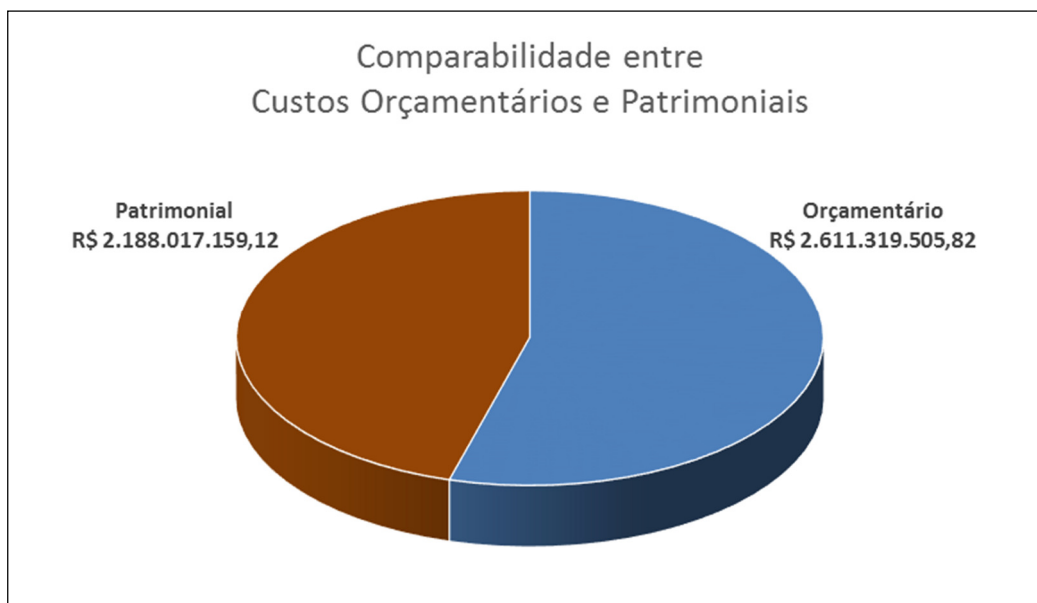
O consumo patrimonial (consumo de bens em estoque e desgaste de bens permanentes em uso) é extremamente relevante em uma estrutura aeronáutica, visto que os ativos (bens) necessários à defesa da Pátria e à garantia dos poderes constitucionais possuem valores muito elevados, representados especialmente por aeronaves, combustíveis, radares, itens de suprimento aéreo, materiais eletrônicos de alta tecnologia, materiais químicos, veículos automotivos e diversos outros itens.

Para dimensionar o nível de importância do patrimônio no Comando da Aeronáutica, destaca-se que, em dezembro de 2014, o valor dos materiais em estoque e dos bens móveis permanentes ultrapassaram os 93 bilhões de reais. **O consumo diário de patrimônio tão expressivo resulta em elevados custos.**

O gráfico seguinte demonstra que a **análise de custos restrita à ótica orçamentária não seria adequada**, visto que os custos patrimoniais são tão expressivos quanto os custos que decorrem diretamente da execução orçamentária:

- **custos de origem patrimonial:** variações decorrentes, em especial, do consumo de bens em estoque e da depreciação de bens móveis permanentes; e
- **custos de origem orçamentária** (exceto pagamento de pessoal): consumo imediato de bens e de serviços adquiridos junto ao mercado, por meio de execução da Lei Orçamentária Anual.

Gráfico 5.18 – Comparabilidade entre Custos Orçamentários e Patrimoniais



Fonte: SUCONT

No que tange ao custo da mão de obra (pagamento de pessoal em atividade), o COMAER conta com um efetivo total de 70.907 militares ativos⁴ distribuídos por mais de 150 Unidades Gestoras Executoras e Unidades Gestoras Credoras.

O COMAER, diante da importância de uma adequada contabilização do consumo, trabalha há décadas com a informação de custos e mantém atualizada a seguinte tabela de centros de custos (CC), destinados a relacionar cada um dos recursos consumidos às macro atividades desenvolvidas:

Tabela 5.13 - Códigos de Centros de Custos no COMAER

CC	Descrição
01.00	Operação de Aeronaves
02.00	Suprimento e Manutenção de Aeronaves
03.00	Aquisição, Revitalização e Modernização de Aeronaves
04.00	Segurança e Proteção do Tráfego Aéreo
05.00	Desenvolvimento e Manutenção da Rede Aeroportuária
06.00	Desenvolvimento da Aviação Civil
07.00	Ciência e Tecnologia Aeroespacial
08.00	Ensino e Treinamento
09.00	Atividades de Saúde
10.00	Atividades Operacionais Complementares
11.00	Projetos e Operações Específicas
12.00	Depreciações e Amortizações
30.00	Comando (Chefia ou Direção)
31.00	Administração e Intendência
32.00	Informações e Segurança Interna
33.00	Infraestrutura

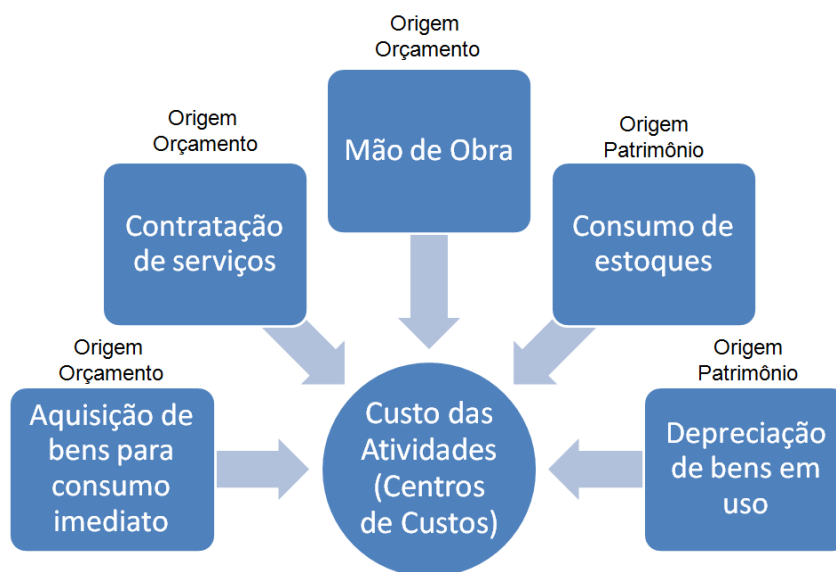
⁴ Fonte: Centro de Comunicação Social da Aeronáutica.

34.00	Atividades Especiais
36.00	Atividades de Informática
60.00	Atividade de Apoio Habitacional
61.00	Inativos, Pensionistas e Aposentados
62.00	Assistência Social

Fonte: SUCONT

A contabilidade do COMAER classifica cada consumo do recurso orçamentário ou do recurso patrimonial em códigos de centros de custos, o que pode ser representado pela seguinte forma esquemática:

Figura 5.7 - Fatores de Custos do COMAER



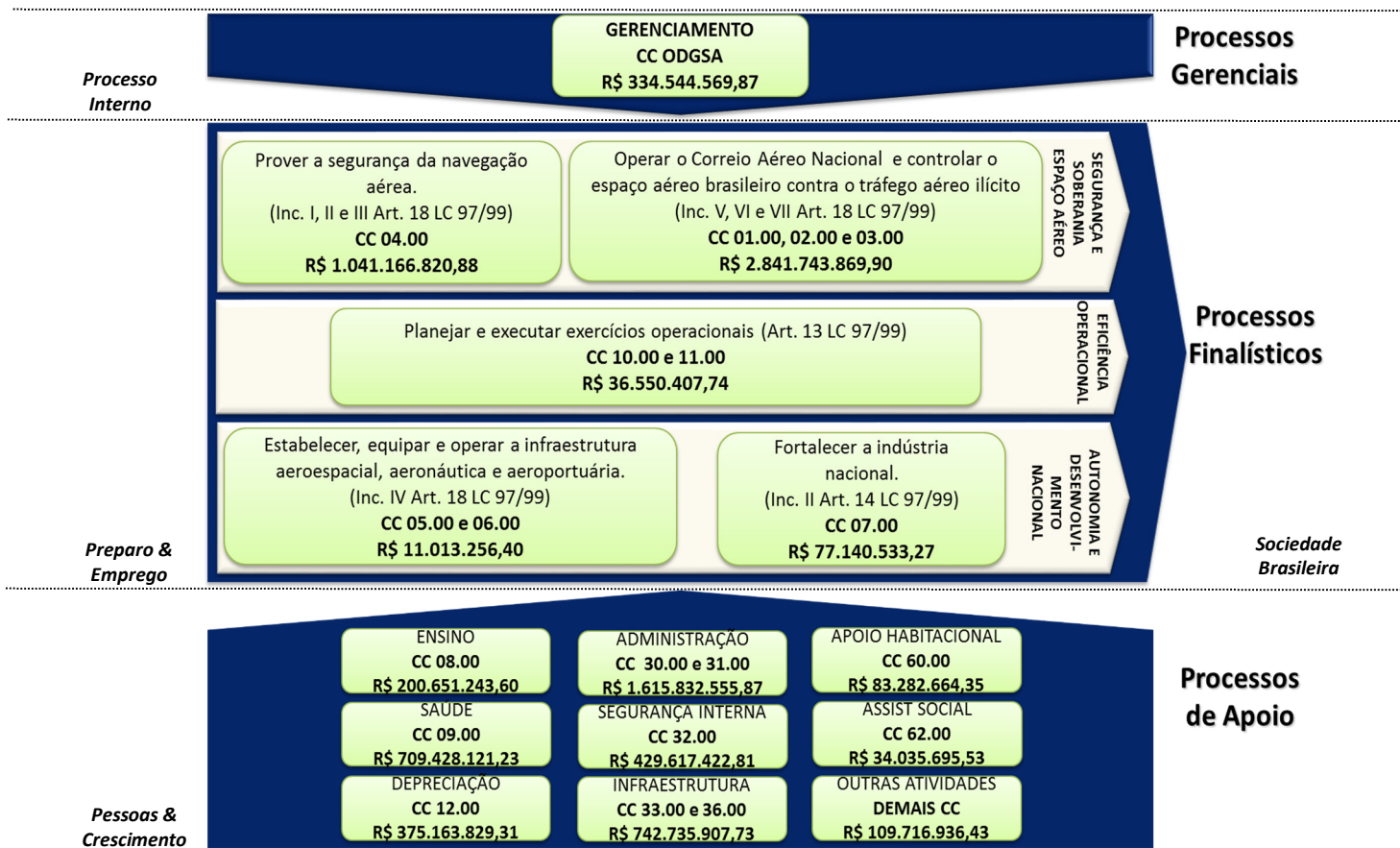
Fonte: SUCONT

Assim, os custos evidenciam, de forma completa, o sucesso do COMAER na realização das ações de **defender e de controlar o espaço aéreo brasileiro**, refletindo seu **permanente compromisso perante a sociedade brasileira**, em perfeita correspondência com seus objetivos estratégicos.

5.5.3 – A relação entre a Missão Constitucional e os Custos das Macro atividades

A seguinte cadeia de valor pode ser idealizada para **evidenciar, pela primeira vez à sociedade brasileira, a correspondência entre a destinação legal do COMAER, seus objetivos estratégicos, a execução de suas macro atividades e os custos envolvidos**:

Figura 5.8 - Cadeia de Valor: Processos e Custos⁵ do COMAER



5.5.3.1 – O Custo Unitário do Produto entregue à Sociedade Brasileira

De forma diferente do setor privado, a maioria dos órgãos públicos não possui produto único e facilmente mensurável. Entretanto, podemos assumir que o pleno cumprimento da destinação legal de qualquer órgão público seja o produto esperado por todos os brasileiros.

Interessante, então, destacar que o produto do COMAER pode ser representado pela manutenção da soberania do espaço aéreo brasileiro, que alcança a expressiva área de 22 milhões de Km².

⁵ Valores financeiros extraídos do SIAFI, a partir do SIC. Em DEZ2014, o COMAER concluiu o processo de adaptação de sistema informatizado interno e obteve a classificação do custo de pessoal ativo por atividade. Assim, pelo método de rateio com base na folha de pessoal de DEZ2014, o custo anual de pessoal ativo encontra-se distribuído pelos processos apresentados na Cadeia de Valor.

Figura 5.9 - Dimensão 22: Quem Controla e Defende, Protege



Fonte: CECOMSAER

Destarte, resta à Contabilidade evidenciar o custo unitário do serviço prestado pelo COMAER à sociedade brasileira em um país de proporções continentais:

Tabela 5.13 - Custo Unitário do Produto COMAER

Ano	Processos Gerenciais	Processos Finalísticos	Processos Apoio	Produto	Custo Unitário
	2013	R\$ 441.851.357,34	R\$ 3.598.174.397,24		
2014	R\$ 334.544.569,87	R\$ 4.007.614.888,19	R\$ 4.300.464.376,86	Soberania dos 22 milhões de km ² do espaço aéreo brasileiro	R\$ 392,84 por km ² ao ano

Fonte: SUCONT

Em 2013, a divisão dos custos do COMAER pelo produto ofertado à sociedade resultou em um custo de R\$ 359,08 ao ano. Em 2014, esse custo unitário foi de R\$ 392,84 ao ano.⁶

⁶ Em 31Dez2014, a Secretaria do Tesouro Nacional registrou, de forma automática e pela primeira vez, a depreciação dos bens imóveis da União utilizados pelo COMAER. A fim de permitir melhor comparação entre os anos de 2014 e de 2013 (para o qual não houve registro de depreciação de bens imóveis), esta UJ optou por não inserir este registro, no

Desse modo, os Processos Gerenciais, Finalísticos e de Apoio (ver Figura 4) tornam possível à Aeronáutica manter, de forma permanente, a soberania dos **22 milhões de Km² do espaço aéreo brasileiro**, com vistas à defesa da Pátria, impedindo seu uso para a prática de atos hostis ou contrários aos interesses nacionais.

5.5.4 – Conclusão

Este Relatório de Gestão buscou apresentar a relação entre custos e destinação constitucional, evidenciando que além do orçamento anual, o COMAER conta com expressiva estrutura patrimonial, adquirida e mantida ao longo de exercícios passados, capaz de sustentar o alcance de seus objetivos estratégicos.

Por não haver organização pública brasileira que opere em contexto semelhante, a comparação dos custos incorridos pelo COMAER se torna mais adequada de ser apresentada no aspecto temporal. A comparação limitou-se ao exercício de 2013 pelo fato de o Sistema de Informações de Custos do Governo Federal (SIC) ter sido implantado em meados do ano de 2012.

Assim, esta UJ entende que a metodologia utilizada na mensuração do custo unitário do produto ofertado pela Aeronáutica à sociedade brasileira, na forma apresentada por este Item do Relatório de Gestão, atende aos requisitos de facilidade e economicidade na obtenção dos dados, de transparência, de compreensão dos resultados pelo público em geral e de confiabilidade, visto que a origem dos dados financeiros é do SIC e que a metodologia pode ser reaplicada por outros agentes, internos ou externos ao Órgão.

Por fim, o COMAER destaca que trabalha, de forma incessante, na redução de suas limitações no processo de apuração e de evidenciação de custos à sociedade brasileira.

valor de R\$ 212.930.760,50 (Conta contábil 142700000), na Figura 4 e nem na Tabela 2. Considerando a inserção do referido fator, o custo unitário do COMAER em 2014 é de R\$ 402,53.

GESTÃO DE FUNDOS DO CONTEXTO DE ATUAÇÃO DA UNIDADE

O Fundo Aeronáutico, criado pelo Decreto-lei nº 8.373, de 14 de dezembro de 1945, modificado pelo Decreto lei nº 9.651, de 23 de agosto de 1946, alterado pelo Decreto-lei nº 1.252, de 22 de dezembro de 1972, e regulamentado pelo Decreto-lei nº 73.070, de 01 de novembro de 1973, complementado pela Portaria nº 431/GC6, de 8 de agosto de 2011, alterado pela Portaria nº 1727/GC6, de 24 de setembro de 2013, é um fundo de natureza contábil, destinado a auxiliar o provimento de recursos financeiros para o aparelhamento da Força Aérea Brasileira e para as realizações ou serviços que se façam necessários, no sentido de assegurar o cumprimento eficiente da missão constitucional da Aeronáutica.

6 TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

O subitem 6.7 Renúncias sob a Gestão da UJ não se aplica a natureza do COMAER.

6.1 Programação e Execução das despesas

6.1.1 Programação das Despesas

Quadro A.6.1.1 – Programação de Despesas

Unidade Orçamentária: COMANDO DA AERONÁUTICA			Código UO: 52111		UGO: 120002	
Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa Correntes			
			1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida	3- Outras Despesas Correntes
DOTAÇÃO INICIAL			11.731.955.450,00		932.913.607,00	1.994.526.353,00
CRÉDITOS	Suplementares		1.180.128.975,00		0,00	13.763.979,00
	Especiais	Abertos	0,00		0,00	0,00
		Reabertos	0,00		0,00	0,00
	Extraordinários	Abertos	0,00		0,00	0,00
		Reabertos	0,00		0,00	0,00
Créditos Cancelados		5.800.000,00		0,00	91.839.832,00	
Outras Operações			0,00		0,00	0,00
Dotação final 2014 (A)			12.906.284.425,00		932.913.607,00	1.916.450.500,00
Dotação final 2013(B)			11.892.102.397,00		814.589.006,00	1.746.095.386,00
Variação (A/B-1) *100			8,53		14,53	9,76
Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa Capital			9 - Reserva de Contingência
			4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6- Amortização da Dívida	
DOTAÇÃO INICIAL			1.747.512.207,00		864.076.507,00	
CRÉDITOS	Suplementares		90.173.899,00	0,00	0,00	0,00
	Especiais	Abertos	0,00	0,00	0,00	0,00
		Reabertos	0,00	0,00	0,00	0,00
	Extraordinários	Abertos	10.000.000,00	0,00	0,00	0,00
		Reabertos	0,00	0,00	0,00	0,00
Créditos Cancelados		45.388.046,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Operações			0,00	0,00	0,00	0,00
Dotação final 2014 (A)			1.802.298.060,00	0,00	864.076.507,00	0,00
Dotação final 2013(B)			1.973.648.329,00	0,00	533.881.450,00	0,00
Variação (A/B-1)*100			-8,68	0,00	61,85	0,00
Unidade Orçamentária: FUNDO AERONÁUTICO			Código UO: 52911		UGO: 121002	
Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa Correntes			
			1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida	3- Outras Despesas Correntes
DOTAÇÃO INICIAL			0,00		0,00	1.533.685.751,00
CRÉDITOS	0,00		0,00		0,00	453.822.613,00

	Especiais	Abertos	0,00	0,00	0,00	
		Reabertos	0,00	0,00	0,00	
	Extraordinários	Abertos	0,00	0,00	0,00	
		Reabertos	0,00	0,00	0,00	
	Créditos Cancelados		0,00	0,00	46.496.006,00	
Outras Operações		0,00	0,00	0,00		
Dotação final 2014 (A)		0,00	0,00	1.941.012.358,00		
Dotação final 2013(B)		0,00	0,00	1.531.649.268,00		
Variação (A/B-1)*100		0,00	0,00	26,73		
Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa Capital			9 - Reserva de Contingência	
		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6- Amortização da Dívida		
DOTAÇÃO INICIAL		740.483.361,00	3.468.000,00	0,00		
CRÉDITOS	Suplementares		196.407.726,00	0,00	0,00	0,00
	Especiais	Abertos	0,00	0,00	0,00	0,00
		Reabertos	0,00	0,00	0,00	0,00
	Extraordinários	Abertos	0,00	0,00	0,00	0,00
		Reabertos	0,00	0,00	0,00	0,00
Créditos Cancelados		8.000.000,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Operações		0,00	0,00	0,00	0,00	
Dotação final 2014 (A)		928.891.087,00	3.468.000,00	0,00	0,00	
Dotação final 2013(B)		839.381.089,00	3.259.685,00	0,00	0,00	
Variação (A/B-1)*100		10,66	6,39	0,00	0,00	

6.1.1.1 Análise Crítica

A análise da programação orçamentária constará no Relatório de Gestão de cada UJ, uma vez que os valores citados são consolidados de todo COMAER.

6.1.2 Movimentação de Créditos Interna e Externa

Quadro A.6.1.2.1 – Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa, [Anexo 2](#).

Quadro A.6.1.2.2 – Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa, [Anexo 3](#).

6.1.3 Realização da Despesa

6.1.3.1 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total

Quadro A.6.1.3.1 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total

Unidade Orçamentária:	COMANDO	DA	Código UO: 52111		UGO: 120002
AERONÁUTICA					
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga		
	2014	2013	2014	2013	
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	817.829.928,25	799.194.391,53	785.376.030,75	791.182.961,74	
a) Convite	52.400.591,36	29.691.016,95	52.400.591,33	29.687.110,03	
b) Tomada de Preços	1.943.762,92	2.452.223,51	1.943.762,92	2.178.155,23	

c) Concorrência	122.572.165,11	84.918.923,08	122.019.864,92	84.751.910,51
d) Pregão	640.913.408,86	682.132.227,99	609.011.811,58	674.565.785,97
e) Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
f) Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00
2. Contratações Diretas (h+i)	1.789.741.077,52	1.583.281.259,3	1.789.484.739,03	1.580.407.674,47
h) Dispensa	536.779.546,34	750.092.342,53	536.697.354,47	748.895.996,07
i) Inexigibilidade	1.252.961.531,18	833.188.916,80	1.252.787.384,56	831.511.678,40
3. Regime de Execução Especial	5.150.333,15	4.518.386,63	5.150.333,15	4.518.386,63
j) Suprimento de Fundos	5.150.333,15	4.518.386,63	5.150.333,15	4.518.386,63
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	12.903.570.025,73	11.035.795.478,56	12.903.567.482,38	11.035.710.369,19
k) Pagamento em Folha	12.900.091.893,71	11.017.865.633,92	12.900.091.893,71	11.017.865.633,92
l) Diárias	3.478.132,02	17.929.844,64	3.475.588,67	17.844.735,27
5. Outros	1.084.151.973,82	358.823.232,18	1.084.121.754,78	358.820.700,72
6. Total (1+2+3+4+5)	16.600.443.338,47	13.781.612.748,23	16.567.700.340,09	13.770.640.092,75

Quadro A.6.1.3.1 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total

Unidade Orçamentária: FUNDO AERONÁUTICO		Código UO: 52911		UGO: 121002	
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga		
	2014	2013	2014	2013	
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	843.806.195,31	624.818.457,73	832.853.587,68	613.485.603,47	
a) Convite	43.040.817,02	30.020.314,17	42.847.856,01	29.977.598,19	
b) Tomada de Preços	5.596.284,72	3.680.501,44	5.596.284,72	3.642.682,39	
c) Concorrência	100.956.492,63	70.859.425,86	99.886.072,85	70.259.369,58	
d) Pregão	694.212.600,94	520.258.216,26	684.523.374,10	509.605.953,31	
e) Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00	
f) Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00	
g) Diferenciado Cont. Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	
2. Contratações Diretas (h+i)	406.445.380,29	157.983.272,16	403.826.810,65	156.571.424,47	
h) Dispensa	226.270.534,76	80.314.123,81	224.777.830,14	79.347.914,94	
i) Inexigibilidade	180.174.845,53	77.669.148,35	179.048.980,51	77.223.509,53	
3. Regime de Execução Especial	2.347.733,73	1.527.380,36	2.347.733,73	1.527.380,36	
j) Suprimento de Fundos	2.347.733,73	1.527.380,36	2.347.733,73	1.527.380,36	
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	81.510.018,36	59.192.741,18	81.059.858,45	57.656.640,32	
k) Pagamento em Folha	0,00	336.801,76	0,00	0,00	
l) Diárias	81.510.018,36	58.855.939,42	81.059.858,45	57.319.838,56	
5. Outros	72.146.432,61	127.785.956,82	72.001.057,51	127.727.783,99	
6. Total (1+2+3+4+5)	1.406.255.760,30	971.307.808,25	1.392.089.048,02	956.968.832,61	

6.1.3.2 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Executados Diretamente pela UJ

Quadro A.6.1.3.2 – Despesas executadas diretamente pela UJ, por modalidade de contratação – Créditos Originários

Unidade Orçamentária: COMANDO DA AERONÁUTICA		Código UO: 52111		UGO: 120002	
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga		
	2014	2013	2014	2013	
1. (a+b+c+d+e+f+g)	0,00	0,00	0,00	0,00	
a) Convite	0,00	0,00	0,00	0,00	
b) Tomada de Preços	0,00	0,00	0,00	0,00	
c) Concorrência	0,00	0,00	0,00	0,00	
d) Pregão	0,00	0,00	0,00	0,00	
e) Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00	
f) Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00	
g) Regime Diferenciado Cont. Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	
2. Contratações Diretas (h+i)	0,00	0,00	0,00	0,00	
h) Dispensa	0,00	0,00	0,00	0,00	
i) Inexigibilidade	0,00	0,00	0,00	0,00	
3. Regime de Execução Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	
j) Suprimento de Fundos	0,00	0,00	0,00	0,00	
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	0,00	0,00	0,00	0,00	
k) Pagamento em Folha	0,00	0,00	0,00	0,00	
l) Diárias	0,00	0,00	0,00	0,00	
5. Outros	683.156.847,32	506.379.702,06	683.156.847,32	506.379.702,06	
6. Total (1+2+3+4+5)	683.156.847,32	506.379.702,06	683.156.847,32	506.379.702,06	

6.1.3.3 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Total

Quadro A.6.1.3.3 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Total

Unidade Orçamentária: COMANDO DA AERONÁUTICA					Código UO: 52111		UGO: 120002	
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
1. Despesas de Pessoal								
01-APOSENT.RPPS, RESER.REMUNER. E REFOR.MILITAR	4.967.703.192,56	4.515.567.058,62	4.967.703.192,56	4.515.567.058,62	0,00	0,00	4.967.703.192,56	4.515.567.058,62
12-VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PES. MILITAR	3.925.171.806,20	3.481.163.989,32	3.925.171.806,20	3.481.163.989,32	0,00	0,00	3.925.171.806,20	3.481.163.989,32
03-PENSOES DO RPPS E DO MILITAR	3.197.818.271,91	2.889.039.539,87	3.197.818.271,91	2.889.039.539,87	0,00	0,00	3.197.818.271,91	2.889.039.539,87
Demais elementos do grupo	809.398.623,04	948.555.234,03	809.398.623,04	948.546.162,15	0,00	9.071,88	809.398.623,04	948.545.977,35
2. Juros e Encargos da Dívida								
21-JUROS SOBRE A DIVIDA POR CONTRATO - LC 141/12	153.461.923,95	116.298.926,39	153.461.923,95	116.298.926,39	0,00	0,00	153.461.923,95	116.298.926,39
22-OUTROS ENCARGOS SOBRE A DIVIDA POR CONTRATO	15.120.880,24	18.454.932,45	15.120.880,24	18.454.932,45	0,00	0,00	15.120.880,24	18.454.932,45
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3. Outras Despesas Correntes								
30-MATERIAL DE CONSUMO	825.538.935,93	743.673.548,17	674.089.168,11	659.709.696,75	151.449.767,82	83.963.851,42	642.833.689,44	657.283.251,66
39-OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PJ	538.985.363,87	600.694.923,82	437.311.060,59	525.983.716,87	101.674.303,28	74.711.206,95	436.478.400,57	524.942.582,97
93-INDENIZACOES E RESTITUICOES	178.615.279,41	17.248.096,53	178.566.059,34	17.113.872,33	49.220,07	134.224,20	178.537.593,59	17.113.872,33

Demais elementos do grupo	238.457.383,57	294.692.321,19	232.516.437,16	269.434.516,24	5.940.946,41	25.257.804,95	232.512.204,15	269.213.884,60
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
39-OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PJ	992.115.640,08	1.476.655.994,75	945.218.722,92	1.388.405.231,42	46.896.917,16	88.250.763,33	945.218.722,92	1.367.528.860,85
30-MATERIAL DE CONSUMO	284.794.564,42	157.708.171,13	275.404.399,00	85.193.845,20	9.390.165,42	72.514.325,93	275.404.399,02	85.193.845,21
52-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	223.131.588,35	86.465.587,47	198.045.688,56	54.477.200,05	25.085.899,79	31.988.387,42	197.975.966,40	54.127.373,16
Demais elementos do grupo	133.096.195,98	73.772.299,87	73.772.299,87	23.225.529,43	57.053.134,22	50.546.770,44	75.490.622,97	23.225.529,43
5. Inversões Financeiras	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6. Amortização da Dívida	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
77-PRINCIPAL CORRIGIDO DA DIVIDA CONTRATUAL RESG	514.574.043,13	371.625.843,22	514.574.043,13	371.625.843,22	0,00	0,00	514.574.043,13	371.625.843,22
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Quadro A.6.1.3.3 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Total

Unidade Orçamentária: FUNDO AERONÁUTICO					Código UO: 52911		UGO: 121002	
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
1. Despesas de Pessoal	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2. Juros e Encargos da Dívida	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3. Outras Despesas Correntes	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
39-OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PJ	1.028.383.933,39	828.985.750,15	668.822.930,83	609.005.501,28	359.561.002,56	219.980.248,87	658.553.203,06	603.864.160,35
30-MATERIAL DE CONSUMO	370.762.884,92	290.634.511,02	226.221.210,29	178.952.859,46	144.541.674,63	111.681.651,56	223.611.135,91	176.284.221,91
15-DIARIAS - PESSOAL MILITAR	78.192.250,75	44.121.505,37	78.177.822,97	44.121.505,37	14.427,78	0,00	77.733.041,11	43.548.071,48
Demais elementos do grupo	117.269.461,97	155.851.000,99	98.413.498,33	118.432.850,35	18.855.963,64	37.418.150,64	98.246.288,18	118.110.559,99
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
39-OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PJ	306.805.598,27	208.212.244,13	141.752.031,40	47.003.302,13	165.053.566,87	161.208.942,00	141.752.031,41	47.003.302,12
52-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	306.031.906,79	289.490.528,30	88.936.000,79	81.540.842,84	217.095.906,00	207.949.685,46	88.274.169,74	80.756.857,45
51-OBRAS E INSTALACOES	146.226.927,37	91.646.358,39	76.867.845,71	37.875.723,66	69.359.081,66	53.770.634,73	76.867.845,71	37.874.617,51
Demais elementos do grupo	42.600.454,69	57.266.525,34	25.110.292,56	18.833.479,08	17.490.162,13	38.433.046,26	17.490.162,13	18.717.709,09
5. Inversões Financeiras	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
62-AQUISICAO DE BENS PARA REVENDA	3.507.183,20	2.866.641,55	1.954.127,42	2.103.044,64	1.553.055,78	763.596,91	1.941.040,34	2.103.044,64
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

6. Amortização da Dívida	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

6.1.3.4 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Valores executados Diretamente pela UJ

Quadro A.6.1.3.4 – Despesas executadas diretamente pela UJ – Créditos Originários

Unidade Orçamentária: COMANDO DA AERONÁUTICA					Código UO: 52111		UGO: 120002	
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
1. Despesas de Pessoal								
Nome 1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2. Juros e Encargos da Dívida	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
21-JUROS SOBRE A DIVIDA POR CONTRATO - LC 141/12	153.461.923,95	116.298.926,39	153.461.923,95	116.298.926,39	0,00	0,00	153.461.923,95	116.298.926,39
22-OUTROS ENCARGOS SOBRE A DIVIDA POR CONTRATO	15.120.880,24	18.454.932,45	15.120.880,24	18.454.932,45	0,00	0,00	15.120.880,24	18.454.932,45
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3. Outras Despesas Correntes	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL									
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos		
4. Investimentos	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5. Inversões Financeiras									
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6. Amortização da Dívida									
77-PRINCIPAL CORRIGIDO DA DIVIDA CONTRATUAL	514.574.043,13	371.625.843,22	514.574.043,13	371.625.843,22	0,00	0,00	514.574.043,13	371.625.843,22	
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

6.1.3.5 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

Não ocorreu no exercício.

6.1.3.6 Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

Não ocorreu no exercício.

6.1.3.7 Análise crítica da realização da despesa

Os créditos originários totais são descentralizados para as unidades do COMAER, logo a realização da despesa será analisada por cada UGE, através de sua unidade agregadora ou consolidadora. Os créditos originários executados diretamente pela UJ foram analisados no item 5.2.3.5.

6.2 Despesas com ações de publicidade e propaganda

Não ocorreu no exercício.

6.3 Reconhecimento de Passivos por insuficiência de créditos ou recursos

Não ocorreu no exercício.

6.4 Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores

Não ocorreu no exercício.

6.5 Transferências de Recursos

Não ocorreu no exercício.

6.5.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício

Não ocorreu no exercício.

6.5.2 Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

Não ocorreu no exercício.

6.5.3 Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios e Contratos de Repasse

Não ocorreu no exercício.

6.5.4 Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse

Não ocorreu no exercício.

6.6 Suprimento de Fundos

Esta UJ não realizou transações por intermédio de Suprimento de Fundos e por isso não consignará neste Relatório os Quadros A.6.6.1 até A.6.6.3, que tratam conjuntamente de concessões de Suprimento de Fundos por meio de conta tipo B e Cartão de Pagamento do Governo Federal.

6.6.1 Concessão de Suprimento de Fundos

Não ocorreu no exercício.

6.6.2 Utilização de Suprimento de Fundos

Não ocorreu no exercício.

6.6.3 Classificação dos Gastos com Suprimento de Fundos

Não ocorreu no exercício.

6.7 Renúncias sob a Gestão da UJ

Não se aplica a natureza do COMAER.

7 GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

As informações referentes aos tópicos 7.1.4, 7.1.5 e 7.1.6 serão apresentadas no Relatório de Gestão do Comando-Geral do Pessoal (COMGEP) que é o órgão central do Sistema de Pessoal do Comando da Aeronáutica.

7.1 Estrutura de pessoal da unidade

7.1.1 Demonstração e Distribuição da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada

Quadro A.7.1.1.1 – Força de Trabalho da UJ

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	131	117	35	22
1.1. Militares (1.1.1+1.1.2)	116	108	35	21
1.1.1. Militares de carreira vinculada ao órgão - Ativa	116	105	35	19
1.1.2. Reconvocados	-	03	-	02
1.2. Servidores Civis de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	15	9	0	1
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	11	5	0	1
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	4	4	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
2. Contratos Temporários (2.1 + 2.2)	70	58	30	20
2.1 Militares temporários (2.1.1 + 2.1.2 + 2.1.3+ 2.1.4)	70	58	30	20
2.1.1 Serviço Militar Obrigatório	31	21	10	17
2.1.2 Oficiais Temporários	22	21	13	02
2.1.3 Tarefa por Tempo Certo	17	16	07	01
2.1.4 Alunos das Escolas de Formação	-	-	-	-
2.1.5 Sargentos Temporários	-	-	-	-
2.2 Civis temporários	-	-	-	-
2.3 Auxiliares Locais (Unidades no Exterior)	-	-	-	-
3. Servidores em cargo DAS (3.3.1+3.3.2+3.3.3)	-	3	2	2
3.1 Servidores Civis sem vínculo	-	2	2	2
3.2 Servidores Civis aposentados	-	0	0	0
3.3 Militares da Reserva Remunerada	-	1	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	201	178	67	44

Quadro A.7.1.1.2 – Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	35	82
1.1. Militares (1.1.1+1.1.2)	35	73

1.1.1.	Militares de carreira vinculada ao órgão - Ativa	33	72
1.1.2.	Reconvocados	02	01
1.2.	Servidores Civis de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	-	09
1.2.1.	Servidores de carreira vinculada ao órgão	-	05
1.2.2.	Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	04
1.2.3.	Servidores de carreira em exercício provisório	-	-
1.2.4.	Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	-	-
2.	Contratos Temporários (2.1 + 2.2)	32	26
2.1	Militares temporários (2.1.1 + 2.1.2 + 2.1.3+ 2.1.4)	32	26
2.1.1	Serviço Militar Obrigatório	12	09
2.1.2	Oficiais Temporários	09	12
2.1.3	Tarefa por Tempo Certo	11	05
2.1.4	Alunos das Escolas de Formação	-	-
2.1.5	Sargentos Temporários	-	-
2.2	Civis temporários	-	-
2.3	Auxiliares Locais (Unidades no Exterior)	-	-
3.	Servidores em cargo DAS (3.3.1+3.3.2+3.3.3)	01	02
3.1	Servidores Civis sem vínculo	-	02
3.2	Servidores Civis aposentados	-	-
3.3	Militares da Reserva Remunerada	01	-
4.	Total de Servidores (1+2+3)	68	110

Quadro A.7.1.1.3 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	14	13	2	2
1.1. Cargos Natureza Especial	-	-	-	-
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	14	13	2	2
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	-	3	-	-
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	4	-	-
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	-	3	-	-
1.2.4. Sem Vínculo	-	2	2	2
1.2.5. Aposentados	-	-	-	-
1.2.6. Militares da Reserva Remunerada	-	1	-	-
2. Funções Gratificadas	6	6	2	2
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	6	6	2	2
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	-	-	-
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	-	-	-	-
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	20	19	4	4

Fonte: SPM e SPC-GAP-BR

Análise Crítica

A Tabela de Lotação de Pessoal (TLP) da SEFA demonstra o efetivo militar previsto e o efetivo militar existente para o ano de 2014. Analisando o demonstrativo observamos que a quantidade de militares disponíveis frente às necessidades da SEFA é insuficiente para adequar as demandas internas e externas a fim de cumprir a missão da SEFA. Todavia, para fazer frente à demanda de encargos que lhe é atribuída, a SEFA, tendo em vista as limitações impostas pela

Tabela de Lotação de Pessoal, tem lançado mão de Oficiais contratados para o exercício de Tarefa por Tempo Certo ou Designados para o Serviço Ativo e se utilizado de alguns Oficiais do QOEA (SVA), originalmente destinados às atividades de apoio administrativo, como recurso para dar suporte à sua atividade fim. Diante do exposto, foi necessário a solicitação de aporte de recursos humanos, com o incremento de pessoal, conforme Ofício nº 123/SPM/2314, de 02 JUN 2014 ao COMGEP.

7.1.2 Qualificação e capacitação da Força de Trabalho

Quadro A.7.1.2 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12/2014

Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo (1.1 + 1.2 + 1.3)					40	31	33	4	
1.1. Militares de Carreira					40	31	30	4	
1.2. Reconvocados							3		
1.3. Servidores Cívicos de Carreira									
2. Servidores com Contratos Temporários (2.1+2.2)					25	25	7		1
2.1. Militares					25	25	7		1
2.2. Cívicos									
3. Provimento de cargo em comissão (3.1+3.2+3.3)									
3.1. Cargos de Natureza Especial									
3.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior									
3.3. Funções gratificadas									
4. Totais (1+2+3)					65	56	40	4	

Fonte: SPM

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

7.1.3 Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

Os custos de Pessoal Civil estão alocados no GAP-BR e encontram-se consolidados no Relatório de Gestão do COMGAR.

Quadro A.7.1.3 – Custos do pessoal

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Servidores de carreira vinculados ao órgão da Unidade Jurisdicionada											
Militares de Carreira (Ativa/Reconvocados)											
Exercícios	2014	8.012.139,97	54.779,16	1.142.571,55	2.480.065,03	569.189,95	41.477,10	0,00	0,00	0,00	12.300.222,76
	2013	7.430.541,17	45.620,43	1.246.252,89	2.409.216,64	1.128.872,21	30.860,00	0,00	5.468,28	0,00	12.296.831,62
Servidores com contrato temporário											
Militares (TTC / Oficiais / Sargentos Temporários / Serviço Militar Obrigatório)											
Exercícios	2014	1.197.268,82	0,00	174.746,49	154.856,64	173.096,43	4.870,00	0,00	0,00	0,00	1.704.838,38
	2013	879.689,53	10,69	159.862,13	111.047,32	243.761,87	0,00	0,00	0,00	0,00	1.394.360,85

Fonte: SPM

7.1.4 Irregularidades na área de pessoal

As informações serão prestadas pelo Comando-Geral do Pessoal (COMGEP) que é o órgão central do Sistema de Pessoal do Comando da Aeronáutica.

7.1.4.1 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

As informações serão prestadas pelo Comando-Geral do Pessoal (COMGEP) que é o órgão central do Sistema de Pessoal do Comando da Aeronáutica.

7.1.4.2 Terceirização Irregular de Cargos

As informações serão prestadas pelo Comando-Geral do Pessoal (COMGEP) que é o órgão central do Sistema de Pessoal do Comando da Aeronáutica.

7.1.5 Riscos identificados na gestão de pessoas

As informações serão prestadas pelo Comando-Geral do Pessoal (COMGEP) que é o órgão central do Sistema de Pessoal do Comando da Aeronáutica.

7.1.6 Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos

As informações devem ser prestadas pelo Comando-Geral do Pessoal (COMGEP) que é o órgão central do Sistema de Pessoal do Comando da Aeronáutica.

7.2 Contratação de mão de obra de apoio e de estagiários

As informações dos subitens 7.2.1, 7.2.2, 7.2.3 e 7.2.4 serão apresentadas pelo Grupamento de Apoio de Brasília (GAP-BR), UJ responsável pelas contratações de mão de obra de apoio.

8. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

As informações dos subitens 8.1, 8.2 e 8.3 serão apresentadas pelo Grupamento de Apoio de Brasília (GAP-BR), UJ responsável pela gestão do patrimônio da SEFA.

8.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros

Não se aplica a natureza da UJ.

8.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário

Não se aplica a natureza da UJ.

8.3 Bens Imóveis Locados de Terceiros

Não se aplica a natureza da UJ.

9. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

9.1 Gestão da Tecnologia da Informação (TI)

9.1.1 Sistemas em operação

Sigla do Sistema	Nome do Sistema	Objetivo do Sistema	Mantenedor
SIAFI/SIAFI GERENCIAL (Em processo de substituição)	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal	Sistema utilizado para registro, acompanhamento e controle da execução orçamentária, financeira e patrimonial do Governo Federal.	SERPRO
SIAFI WEB (Em processo de implantação)	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal	Sistema utilizado para registro, acompanhamento e controle da execução orçamentária, financeira e patrimonial do Governo Federal.	SERPRO
SILOMS	Sistema Integrado de Logística de Material e Serviços	Controle do Almoxarifado.	CCA-RJ
SIGPES	Sistema de Informações Gerenciais de Pessoal	Sistema utilizado para produzir informações relativas ao efetivo militar e civil, ativos, inativos ou pensionistas do Comando da Aeronáutica.	CCA-RJ
INGES	Instrumento de Gestão – Solução de Sistema Informatizado de Controle da Execução Orçamentária	Sistema utilizado para acompanhamento da execução orçamentária pela alta chefia da SEFA.	SEFA
SISTEMA DE CUSTOS (Em processo de substituição)	Sistemas de custos	Sistema que auxilia a Seção de Contabilidade em alguns cálculos contábeis.	SUCONT- 1
SIGADAER	Sistema Integrado de Gestão de Arquivista de Documentos da Aeronáutica	Gerenciamento Eletrônico de Documentos.	CCA-SJ
SISPROC	Sistema de controle e acompanhamento de processos	Automatizar o acompanhamento de processos.	SEFA
GECOMPES	Controle de Pessoal	Controlar dados de pessoal não disponibilizados pelo SIGPES.	SEFA
RCD/RCR	Registro de Contrato de Despesa Registro de Contrato de Receita	Controlar contratos de despesas e de receitas.	SEFA
CADTEC	Cadastro Técnico de Fornecedores	Preservar as boas práticas do COMAER e de seus gestores nos procedimentos licitatórios e contratações deles decorrentes, bem como melhor selecionar seus fornecedores/ contratados. Tem natureza complementar ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), além de prever a consulta automática aos cadastros do CADIN, CEIS, CADICON, CNJ, CNDT, TCU e do CNEP.	SEFA
SIEFA	Sistema de Informações Estratégicas da Força Aérea	Produzir informações gerenciais que subsidiem e acelerem a tomada de decisões na área de economia e finanças, antever situações que possam constituir irregularidades e dar o suporte técnico aos gestores de todos os níveis administrativos do COMAER.	SEFA

Sigla do Sistema	Nome do Sistema	Objetivo do Sistema	Mantenedor
Prestação de Contas	Sistema de Prestação de Contas Eletrônica	Prover a sistemática de preenchimento e certificação eletrônica dos demonstrativos de prestação de contas das UG Executoras.	SEFA

9.1.2 Adaptação de Sistemas

Para o ano de 2015, conforme preconiza a ICA 19-130/2014 – Programa de Trabalho da Secretara de Economia e Finanças da Aeronáutica, identificou-se a necessidade de se atualizar a Solução INGES para:

- suportar o processo de Descentralização de Créditos;
- compartilhar as informações de Custos do Governo Federal;
- fornecer novas trilhas de informações em tempo real utilizando-se de acessos aos dados da Receita Federal e do SIASG; e
- atualizar o Sistema CADTEC e o Sistema Prestação de Contas para utilização do novo PCASP.

Quadro A.9.1 – Contratos na Área de Tecnologia da Informação em 2014

Nº do Contrato	Objeto	Vigência	Fornecedores		Custo (R\$)	Valores Desembolsados 2014 (R\$)
			CNPJ	Razão Social		
044/GAP-BR/2012	Contratação de serviço de suporte com garantia de funcionamento da solução de segurança da rede de dados da SEFA.	01/03/2013 até 01/03/2016	01.919.316/0001-44	AKER -- CONSULTORIA E INFORMÁTICA	85.500,00	13.610,40
004/GAP-BR/2014	Contratação de prestação de serviços de conexão IP dedicado e exclusivo, com 100% de banda garantida, para acesso à internet, com um link de velocidade de 20 Mbps, 8IP's válidos e os equipamentos necessários para entregar o link, que ficarão na Divisão de Tecnologia da Informação e Comunicação (DTIC) da Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica (SEFA), visando a necessidade e, principalmente, controle de dados externos contidos na rede mundial	24/01/2014 até 23/01/2015	00.545.482/0001-65	NETWORLD	25.438,00	19.381,30
011/GAP-BR/2014	Licença e fornecimento de “software de prateleira” para acompanhamento da execução orçamentária e financeira do setor público federal integrado com o SIAFI e com capacidade para futuras integrações com outros sistemas estruturantes do Governo Federal e do Comando da Aeronáutica, incluindo os serviços de instalação, configuração e testes, manutenção preventiva e corretiva, atualização de versões, suporte remoto, presencial e treinamento.	07/05/2014 até 06/05/2014	72.624.679/0001-09	LOGUS	2.648.000,00	1.924.197,67
018/GAP-BR/2014	Contratação de empresa especializada em Tecnologia da Informação para fornecimento de uma solução de comunicação unificada baseada em protocolo SIP, composta por Central Telefônica, Unidade de Resposta Audível, Distribuidor Automático de Chamadas para Call Center, Gravador Digital, gateways e acessórios com a tecnologia IP, além dos serviços de instalação, configuração, manutenção e treinamento da solução que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.	13/10/2014 até 15/05/2015	05.466.285/0001-74	INSTANT SOLUTIONS TECNOLOGIA E INFORMÁTICA	78.027,00	0,00

10. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

10.1 Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental

Em relação, ao consumo de papel, energia elétrica e água, esta OM adotou providências no sentido de racionalização de gastos com papel, toner e manutenção de máquinas e impressoras. Foram adquiridas novas impressoras e criadas “ilhas de impressão”, a fim de reduzir a utilização e consumo desses itens. A SEFA vem adotando a prática de inspecionar as instalações, visando constatar possíveis vazamentos e desperdícios de água. Salienta-se que o serviço de permanência instituído por esta unidade prevê a verificação, após o expediente de lâmpadas e aparelhos ligados.

11. ATENDIMENTO DE DEMANDAS DE ÓRGÃO DE CONTROLE

11.1 Tratamento de deliberações exaradas em acórdão do TCU

11.1.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Não ocorreu no exercício.

11.1.2 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Não ocorreu no exercício.

11.2 Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno (OCI)

11.2.1 Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício

Quadro A.11.2.1 – Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica			000345
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	Relatório de Auditoria de Gestão SEFA/FAER N° 09/2014	IV	Ofício n° 254/CENCIAR-2/3541, de 01/10/2014
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica			000345
Descrição da Recomendação			
<ol style="list-style-type: none">1. Autuar ao Processo Administrativo de Gestão, referente ao Relatório de Gestão/Prestação de Contas, toda a documentação comprobatória que fundamenta as informações e, principalmente, os graus atribuídos aos diversos quadros registrados no Relatório de Gestão da SEFA. Quando não for possível autuar ao PAG os documentos disponibilizar a fonte de consulta à equipe de auditoria;2. Informar resumidamente a estrutura de governança utilizada na SEFA;3. Informar as medidas adotadas pela UJ que estimulem o uso racional de recursos, tais como: a redução do consumo de papel, energia elétrica e água, bem como preencher o Quadro A.8.2 - Consumo de Papel, energia elétrica e água (Portaria TCU N° 175, de 9 de julho de 2013);4. Informar, no que se refere a Planejamento da Unidade e Resultados Alcançados, o percentual de conclusão atingido, no exercício, em cada Objetivo Setorial;5. Acrescentar aos indicadores as respectivas fórmulas, índices e descrição das variáveis, bem como as metas a atingir no exercício;6. Não incluir no Relatório de Gestão as instruções de preenchimento emitidas pelo TCU por meio de portarias e outros normativos;7. Atentar para a coerência dos graus e informações inseridas nos quadros do Relatório de Gestão, em especial, o Quadro A.7.1 - Tecnologia da Informação;8. Relatar as providências adotadas para o atendimento das recomendações da Auditoria de Gestão, no Relatório de Gestão do exercício de 2014.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Seção de Controle Interno e Coordenadoria Estratégica			000345
Síntese da Providência Adotada			

Todas as recomendações foram observadas e contempladas no presente Relatório.
Síntese dos Resultados Obtidos
-
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
-

11.2.2 Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Não ocorreu no exercício.

11.3 Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93

11.3.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93

Quadro A.11.3 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Detentores de Cargos e Funções	Obrigados a entregar a DBR	07	02	09
	Entregaram a DBR	07	02	09
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-

Fonte: SPM

11.3.2 Situação do Cumprimento das Obrigações

A Seção de Pessoal Militar (SPM) da Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica é o setor responsável pela guarda, segurança e controle das Declarações de Bens e Rendas (DBR), do efetivo da SEFA, conforme o disposto na Lei nº 8.730/93. A SPM elaborou uma planilha informatizada para o gerenciamento da DBR, e a Assessoria de Normas Jurídicas (ANAJ) envio por intermédio da Mensagem SIAFI (MSG nº 14/ANAJ, de 15 de junho de 2012), a todas as Unidades do COMAER, orientações com a finalidade de padronizar os procedimentos sobre a obrigatoriedade de apresentar a DBR. A SPM ao receber a DBR do seu efetivo, publica no boletim interno ostensivo da SEFA, as declarações que foram recebidas, de acordo com a legislação vigente.

11.4 Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário

Não ocorreu no exercício.

11.5 Alimentação SIASG E SICONV

Não se aplica a natureza da UJ.

12. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

12.1 Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

As informações pertinentes a este item estão na declaração do [Anexo 4](#).

12.2 Apuração dos custos dos programas e das unidades administrativas

Este item, dividido em tópicos sugeridos pela Portaria nº 90/TCU/2014, apresentará o estágio de desenvolvimento da sistemática de apuração dos custos dos programas e das unidades administrativas, bem como dos produtos resultantes da atuação da Unidade Jurisdicionada, especialmente aqueles decorrentes da execução dos seus objetivos estratégicos:

a) identificação da estrutura orgânica da unidade jurisdicionada responsável pelo gerenciamento de custos

A Unidade Jurisdicionada (UJ) 120002 - SEFA é o Órgão Setorial de Custos do Governo Federal, instituído pela Portaria SEFA/SUCONT nº 100, de 22 de dezembro de 2011, sendo responsável pelo acompanhamento de custos no âmbito do Comando da Aeronáutica, conforme prevê a Portaria STN nº 157, de 09 de março de 2011.

b) identificação das subunidades administrativas da unidade jurisdicionada das quais os custos são apurados

A SEFA, na função de setorial contábil, apura os valores de custos de toda a estrutura do COMAER, divulgando-os por meio de relatórios padronizados às demais UJ.

c) descrição sucinta do sistema informatizado de apuração dos custos

O sistema utilizado pelo COMAER é o Sistema de Informações de Custos do Governo Federal, que é um Data Warehouse que se utiliza da extração de dados dos sistemas estruturantes da Administração Pública Federal, tais como SIAPE, SIAFI e SIGPlan, para a geração de informações.

d) práticas de tratamento e alocação utilizadas no âmbito das subunidades ou unidades administrativas para geração de informações de custos

O registro de custos no COMAER divide-se em apropriação de consumo decorrente de recursos orçamentários ou em apropriação de consumo decorrente de recursos patrimoniais.

O consumo de recursos orçamentários refere-se aos custos decorrentes da contratação de serviços e da aquisição de bens para consumo imediato. O consumo de recursos patrimoniais refere-se aos custos decorrentes do consumo de materiais em estoque ou do registro de exclusão, de depreciação e de amortização de bens móveis permanentes.

A apropriação dos custos decorrente da execução orçamentária realiza-se no momento da liquidação da despesa no SIAFI. Quanto ao consumo patrimonial, os custos são registrados no momento em que ocorre a baixa pela distribuição dos materiais de consumo em estoque ou juntamente com as variações patrimoniais diminutivas relacionadas aos bens móveis permanentes e intangíveis.

Por meio do preenchimento da aba “Centro de Custos” dos Documentos Hábeis no SIAFI, os valores dos custos são distribuídos pelos códigos SIAFI das UG beneficiadas e por códigos de Subcentros de Custos (SC) padronizados no âmbito do COMAER.

O conceito de UG Beneficiada corresponde à UG Executora, Credora ou de Controle em favor da qual é entregue um material a ser consumido, ou prestado um serviço de qualquer natureza. Os SC correspondem aos códigos que representam as atividades realizadas diariamente no COMAER, tais como: Operações Aéreas, Suprimento e Manutenção de Aeronaves, Segurança e Proteção do Tráfego Aéreo e outras apresentadas no Item 5 deste Relatório de Gestão.

A UG, por intermédio do setor de controle interno, efetua a verificação quanto à conformidade dos lançamentos de custos da Unidade, no SIAFI, de maneira a evitar incorreções ou omissões de apropriações de custos.

e) impactos observados na atuação da unidade jurisdicionada, bem como no processo de tomada de decisões, que podem ser atribuídos à instituição do gerenciamento de custos

No processo de tomada de decisões com base em informações de custos, o impacto decorrente da atuação desta Setorial de Custos pode ser representado pelo apoio prestado às demais UJ, no fornecimento de informações contábeis que permitam a melhor gestão das unidades administrativas. A atuação desta UJ pode ser representada, em especial, pelas ações de apoio técnico, de acompanhamento, de treinamento e de melhoria dos processos internos.

Apoio Técnico

Para se mensurar custos em uma complexa estrutura como a do COMAER, torna-se necessária a existência de adequados normativos técnicos que sejam capazes de manter todos os agentes da administração atualizados quanto às rotinas, aos procedimentos e aos prazos de registros contábeis. A correção e a tempestividade dos lançamentos são os alicerces para a boa informação gerencial de custos. Nesse sentido, a SEFA mantém atualizado um manual digital com informações pormenorizadas necessárias ao registro de custos das diversas atividades desenvolvidas pelo Comando da Aeronáutica.

Acompanhamento

Além do normativo técnico interno, a SEFA promove, mensalmente, verificação detalhada dos lançamentos de custos inseridos pelas Unidades Gestoras no SIAFI, como forma de garantir maior confiabilidade aos registros contábeis.

Treinamento

A SEFA intensificou, em 2014, o treinamento de agentes das demais UJ, realizando o Estágio de Contabilidade de Custos (ECC).

O Estágio, realizado nas instalações desta UJ, com duração de 32 horas, capacitou 35 Agentes da Administração do COMAER ao uso das informações de custos para elaboração de relatórios gerenciais em apoio ao processo decisório de suas respectivas Organizações.

Processos Internos

Compreendendo a necessidade de se adequar à modernização dos meios disponíveis, a SEFA iniciou um projeto de melhoria destinado a implantar rotina de disponibilização de informações gerenciais às demais UJ do COMAER.

Para tanto, a SEFA mapeou a sistemática interna para extração de dados, elencando os recursos envolvidos, e disponibilizou relatórios contábeis que buscassem servir de auxílio à tomada de decisão.

Adicionalmente, os relatórios foram disponibilizados às UJ por meio eletrônico, mediante uso do Sistema de Informações Gerenciais da SEFA (SIGSEFA), disponível na página eletrônica da SEFA e desenvolvido internamente para facilitar o trâmite de planilhas entre as Organizações.

f) relatórios disponibilizados pela unidade jurisdicionada para análise de custos e tomada de decisão:

Com objetivo de fornecer subsídios ao gerenciamento por parte de cada UJ, esta Secretaria compilou e divulgou, semestralmente, os dados registrados pelas Unidades Gestoras no SIAFI, elaborando os seguintes relatórios com seus respectivos propósitos:

- Planilha de Custos de Serviço Público - 2013 e 2014: evidenciar o consumo dos serviços públicos, comparando a evolução dos valores entre dois exercícios consecutivos;

- **Planilha de Custos de Diárias Militar e Civil - 2013 e 2014:** conhecer os valores gastos com diárias, comparando os valores entre dois exercícios consecutivos;
- **Planilha de Custos de Manutenção e Conservação de Imóveis - 2013 e 2014:** apresentar os valores de despesas correntes utilizados na manutenção e na conservação de bens imóveis, comparando os valores entre dois exercícios consecutivos. O relatório refletiu a necessidade e o esforço em manter as instalações do COMAER em condições satisfatórias à execução das diversas atividades;
- **Planilha de Custos Orçamentários por Atividades - 2013 e 2014:** evidenciar os custos decorrentes da execução orçamentária, comparando os valores entre dois exercícios consecutivos. O relatório permitiu gerenciar a relação existente entre a missão da UJ e a distribuição de seus esforços (recursos consumidos) entre atividades finalísticas e de apoio;
- **Planilha de Custos Patrimoniais por Atividades - 2013 e 2014:** evidenciar, de forma semelhante ao Anexo D, os custos decorrentes da execução patrimonial (consumo de estoques e depreciação de bens móveis permanentes), distribuídos por atividades finalísticas e de apoio;
- **Planilha de Custos Orçamentários por Natureza da Despesa - 2013 e 2014:** evidenciar os dez maiores custos decorrentes da execução orçamentária, distribuídos pelas Unidades beneficiadas e por natureza da despesa detalhada, comparados entre dois exercícios consecutivos. O relatório, ao listar os maiores custos relativos ao consumo de recursos orçamentários, ofereceu melhores dados de gerenciamento, ao planejamento e à eventual priorização de esforços;
- **Planilha de Custos de Depreciação de Bens Móveis Permanentes - 2014:** apresentar valores financeiros que indiquem o desgaste no uso de bens móveis permanentes.
- **Planilha de Investimentos em Bens Móveis Permanentes – 2014:** evidenciar o montante de recursos utilizados na renovação de bens móveis. A combinação deste Relatório com o imediatamente anterior buscou permitir a análise da situação patrimonial e auxiliar na decisão de investimento, especialmente quanto à substituição ou à manutenção dos bens móveis em uso;
- **Planilha de Custos dos Programas - 2014:** demonstrar o custo existente na execução dos programas orçamentários no exercício, envolvendo apenas recursos de 2014. A análise sob a ótica de custos, além de evidenciar a Organização beneficiada pela execução do Programa, demonstrou os valores efetivamente consumidos no período, excluídos os investimentos, por representarem benefícios incorporados ao Patrimônio;
- **Planilha de Custos das Unidades Administrativas - 2013 e 2014:** evidenciar os custos orçamentários totais de todas as Unidades, comparando-os entre 2013 e 2014. O relatório é interessante por permitir a comparabilidade temporal entre Organizações beneficiadas pelos recursos públicos, bem como a relação existente entre Unidades semelhantes, sem distinção de atividades executadas ou de naturezas de despesas envolvidas.

12.3 Conformidade Contábil

As informações pertinentes a este item estão na declaração do [Anexo 5](#).

12.4 Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis

As informações pertinentes a este item estão na declaração do [Anexo 6](#).

12.5 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas previstas na Lei nº 4.320/1964 e pela NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008

Não se aplica a natureza da UJ.

12.6 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas exigidas pela Lei nº 6.404/1976

Não se aplica a natureza da UJ.

12.7 Composição Acionária das Empresas Estatais

Não se aplica a natureza da UJ.

12.8 Relatório de Auditoria Independente

Não se aplica a natureza da UJ.

13 OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

13.1 Outras Informações Consideradas Relevantes pela UJ

Não há.

Considerações Finais

O Relatório de Gestão da Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica (SEFA) procurou atender aos princípios da governança e *accountability* preconizados pelo Tribunal de Contas da União (TCU). Para isso, desenvolveu metodologia no sentido de avaliar o cenário, o seu desempenho atual (Missão) e futuro (Visão de Futuro), cujas ações refletem-se nos indicadores apresentados, bem como nos projetos de melhoria delineados no seu Plano de Trabalho Anual (PTA), os quais se ajustam à Sistemática de Planejamento Institucional da Aeronáutica, principalmente no alinhamento dos Objetivos Estratégicos da Aeronáutica aos Objetivos Setoriais da SEFA.

Desta forma, o alinhamento permite que os indicadores possam estar ligados aos processos de forma a visualizar se a Secretaria atinge os objetivos de sua Missão, bem como os indicadores dos Projetos de Melhoria estão ajustados de forma que a Secretaria possa visualizar se está atingindo os objetivos relativos à sua Visão de Futuro.

O modelo de gestão e planejamento adotado foi um grande avanço para a Secretaria, continuando a contribuir para uma melhor integração dos setores, disseminação das informações e, principalmente, por permitir a visualização, análise e tomada de decisão em função de macroprocessos mapeados.

A Secretaria vem empreendendo significativo esforço para promover o alinhamento conceitual dos diversos segmentos da SEFA com as necessidades de informações da Secretaria e dos demais Órgãos de Direção Setorial da Aeronáutica, com o objetivo de estabelecer métodos, normas e sistemas que suportem o processo decisório do Comando da Aeronáutica (COMAER) com dados confiáveis e seguros.

A metodologia desenvolvida visa, ainda, prover direcionamento e a capacidade de monitorar, supervisionar e avaliar a gestão da Secretaria, com vistas ao atendimento das necessidades e expectativas dos cidadãos e da sociedade.

14 ANEXOS

Anexo 1 - Projetos de Melhoria

Nº	PTUG	Ação	Gerência	PRAZO	FINALIZ. S/N	DATA	PTA 2015 S/N	Observações
1	2013	Estruturação formal do Sistema de Administração Financeira do Comando da Aeronáutica.	SUFIN-1	30/06/14	S	30/11/14	N	O SISFINAER foi instituído por meio da Portaria nº 1590/GC3, de 25 de setembro de 2014, e a estrutura, os componentes e o funcionamento do Sistema serão regulamentados por meio de uma NSCA, a qual já foi elaborada e se encontra em fase final de aprovação e divulgação no âmbito do COMAER
2	2014	Estruturar a Seção de Finanças para realizar operações de câmbio com outras Instituições Financeiras.	SUFIN-1	31/12/14	N	-	S	No exercício de 2014 foram cumpridas algumas etapas do cronograma, no entanto o projeto não foi finalizado em virtude da necessidade de concentração dos esforços na mudança do Plano de Contas do Setor Público, dentre outras atividades da Divisão Financeira. O projeto não teve custos e será continuado no ano de 2015.
3	2013	Estabelecer solução para implantação de mecanismo de atendimento (FAQ, Banco de Dados, outros) aos clientes no Portal da SEFA.	SUCONV-1	31/03/14	N	31/12/2015	S	Ação não finalizada em 2014 em função da criação da SUCONV-4 e da redistribuição de pessoal. Ação remanejada para o PTUG 2015.
4	2014	Estabelecer rotina para acompanhamento da emissão de empenhos fora do sistema SIASG.	SUCONV-1	31/12/14	N	31/12/2015	S	Ação não finalizada em 2014 em função da criação da SUCONV-4 e da redistribuição de pessoal. Ação remanejada para o PTUG 2015.
5	2013	Estruturação do processo de gerenciamento de informações de transferências de recursos em sistemas governamentais.	SUCONV-2	05/12/14	N	31/12/2015	S	Ação não finalizada em 2014 em função da alta rotatividade de pessoal do setor. Ação remanejada para o PTUG 2015.
6	2013	Atualização da legislação interna do COMAER sobre convênios e instrumentos congêneres.	SUCONV-2	05/12/14	N	31/12/2015	S	Ação não finalizada em 2014 em função da alta rotatividade de pessoal do setor. Ação remanejada para o PTUG 2015.
7	2013	Análise crítica e desenvolvimento do Projeto SISCOMAER.	SUCONV-3	04/09/14	N	31/12/2015	S	Ação remanejada para o PTUG 2015.
8	2014	Implantar processo (rotina e sistemática) de elaboração de	SUCONT-1	11/12/14	S	11/12/2014	N	1) Não houve necessidade de reunião com Órgãos Setoriais do SICONTAER. 2) STN não disponibilizou curso avançado do SIC,

		informações gerenciais que subsidiem o processo de tomada de decisão e supervisão dos Órgãos de Direção Setorial e de Assessoramento do COMAER.						tendo em vista a transferência do Sistema para a plataforma do Tesouro Gerencial. 3) Esta rotina possibilitou obter dados com maior agilidade e gerou efeito de uniformidade entre as unidades o que facilita as análises de resultado e tomadas de decisão através das pesquisas realizadas. 4) Não houve gastos para a implantação desse Projeto.
9	2013	Implantação da Sistemática eletrônica de preenchimento e de certificação dos demonstrativos de prestação de contas das UG.	SUCONT-2	18/09/14	S	30/10/14	N	1) A meta foi concluída em 30 de outubro de 2014 e o sistema encontra-se em utilização pelas UG EXEC, não havendo mais a necessidade do envio físico dos Demonstrativos. 2) Para 2015 estão previstas apenas melhorias no sistema, bem como adequações ao novo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público. 3) Foram gastos R\$ 39.690,00 para a implantação desse Projeto.
10	2014	Automatizar a coleta de dados relativa ao suporte em execução contábil prestado aos usuários do SIAFI com utilização de Unidade de Resposta Audível (URA).	SUCONT-3	11/12/14	S	18/12/14	N	1) Foi implantado com sucesso em 18 de dezembro de 2014. A ferramenta possibilita melhor acompanhamento dos diversos fatores que integram a atividade de suporte em execução contábil ao usuário, proporcionando melhorias do processo de gestão do COMAER. 2) Foram gastos R\$ 78.027,00 com a implantação desse Projeto.
11	2014	Implantar o Cadastro Técnico (CADTEC) e a Avaliação do Desempenho de Fornecedores, que formarão o registro cadastral de interessados em compor a base de fornecedores do Comando da Aeronáutica.	AESPE	31/12/14	S	31/12/14	N	A implantação do CADTEC se realizou ao custo de R\$ 537.000,00, executada em sua totalidade no ano de 2014. A divulgação e apresentação do CADTEC foi feita por uma comissão que ministrou palestras nos Comandos Aéreos Regionais, onde se reuniram os representantes das Unidades jurisdicionadas de cada região e no Estágio de Comando da Força Aérea Brasileira. Os gastos para a execução desse trabalho relativo às diárias somaram R\$ 14.192,05 e de passagens aéreas foi R\$ 57.109,10.
12	2014	Implantar o Sistema de Informações Estratégicas de Economia e Finanças (SIEFA), que será um sistema informatizado, gerenciado pela SEFA, baseado em correlação entre informações multidisciplinares internas e externas ao Comando da Aeronáutica.	AESPE	30/06/14	S	05/09/14	N	A finalidade do SIEFA é produzir informações gerenciais que subsidiem e acelerem a tomada de decisões na área de economia e finanças. O óbice a ser registrado se deu por conta de ajustes técnicos para compatibilidade e padronização de dados que são provenientes de vários bancos de dados, com diferentes estruturas e que foram reunidos em um só banco de dados. O custo de implantação do SIEFA está incluído na implantação da “solução INGES de Data Warehouse”, gerenciada pela ASTIC, tendo sido executado em sua totalidade no ano de 2014. A divulgação e apresentação do SIEFA foi feita concomitantemente com a do CADTEC e, sendo assim, os gastos com diárias e passagens aéreas já estão incluídos nos valores apresentados no CADTEC.

13	2013	Implantação da sistemática de ensino à distância para os cursos ministrados pela SEFA.	IEFA	30/10/14	S	30/11/14	N	<p>O projeto foi finalizado em 2014. A Instrução de Suprimento de Fundos no Exterior (ISUFEX) é totalmente em EAD por meio de vídeo-aula realizada em parceria com o CECOMSAER, sem custos para a Aeronáutica. Outros cursos, como o Estágio de Pregão Eletrônico (EPE) são realizados com modalidade EAD e presencial, sendo o EAD pré-requisito (com avaliação) para o curso presencial.</p> <p>Projetos concluídos: 53,85%. Um cancelado. Cinco incluídos no PTA-2015 (38,46%).</p>
-----------	-------------	--	------	-----------------	----------	-----------------	----------	--

Percentual de projetos concluídos	53,85%
Projetos cancelados	01
Projetos incluídos no PTA-2015	05
Percentual de projetos incluídos no PTA-2015	38,46%

Anexo 2 - Quadro A.6.1.2.1 – Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa

Quadro A.6.1.2.1 – Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa						
Movimentação dentro de mesma Unidade Orçamentária entre Unidades Jurisdicionadas Distintas						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	120002	120001	00M1			29.309,39
Concedidos	120002	120001	2000			772.112,24
Concedidos	120002	120001	212B			822.999,08
Concedidos	120002	120001	2916			6.932,55
Concedidos	120002	120002	2000			1.486,42
Concedidos	120002	120002	2004			34.666,07
Concedidos	120002	120002	2010			1,70
Concedidos	120002	120002	20XA			25.535,65
Concedidos	120002	120002	212B			71.859,79
Concedidos	120002	120003	00M1			677.914,29
Concedidos	120002	120003	2000			3.049.075,17
Concedidos	120002	120003	2004			4.665.879,40
Concedidos	120002	120003	2048			22.993,04
Concedidos	120002	120003	20X9			82.828,14
Concedidos	120002	120003	20XA			305.961,41
Concedidos	120002	120003	212B			8.148.343,95
Concedidos	120002	120003	212O			7.700,00
Concedidos	120002	120003	2916			487.329,25
Concedidos	120002	120006	00M1			74.054,98
Concedidos	120002	120006	2000			2.720.496,60
Concedidos	120002	120006	2004			125.349,91
Concedidos	120002	120006	20X8			900,00
Concedidos	120002	120006	212B			3.957.296,83
Concedidos	120002	120006	212O			1.000,00
Concedidos	120002	120006	2866			217.430,43
Concedidos	120002	120006	2916			2.136.358,48
Concedidos	120002	120008	00M1			46.401,63
Concedidos	120002	120013	00M1			6.518,82
Concedidos	120002	120013	2000			102.662,66
Concedidos	120002	120013	2004			50.201,41
Concedidos	120002	120013	20XC			892.000,00
Concedidos	120002	120013	212B			2.062.699,23
Concedidos	120002	120014	00M1			153.296,18
Concedidos	120002	120014	2000			204.985,71
Concedidos	120002	120014	2004			83.218,68
Concedidos	120002	120014	2048			36.724,07
Concedidos	120002	120014	20X9			9.200,52
Concedidos	120002	120014	212B			1.856.634,53
Concedidos	120002	120015	2000			64.005,68
Concedidos	120002	120015	2004			12.087,85

Concedidos	120002	120015	20XC			287.140,42
Concedidos	120002	120015	212B			760.605,00
Concedidos	120002	120015	212O			43.524,00
Concedidos	120002	120016	00M1			263.941,45
Concedidos	120002	120016	0A07			200.000,00
Concedidos	120002	120016	2000			1.384.166,33
Concedidos	120002	120016	2004			300.821,35
Concedidos	120002	120016	2010			192.783,34
Concedidos	120002	120016	20TP	105.489,58		-
Concedidos	120002	120016	20X8			818.767,94
Concedidos	120002	120016	20X9			62.315,70
Concedidos	120002	120016	20XB			1.210.068,71
Concedidos	120002	120016	20XC			79.040,10
Concedidos	120002	120016	212B			8.629.307,51
Concedidos	120002	120016	212O			9.941,38
Concedidos	120002	120016	2916			380,38
Concedidos	120002	120017	00M1			340.628,40
Concedidos	120002	120017	2000			936.612,75
Concedidos	120002	120017	2004			358.990,58
Concedidos	120002	120017	2048			17.692,45
Concedidos	120002	120017	20X9			54.484,06
Concedidos	120002	120017	212B			1.185.536,29
Concedidos	120002	120017	2868			49.000,00
Concedidos	120002	120018	00M1			34.025,57
Concedidos	120002	120018	2000			183.309,60
Concedidos	120002	120018	2004			10.644,90
Concedidos	120002	120018	2048			9.989,65
Concedidos	120002	120018	212B			5.461.543,87
Concedidos	120002	120019	2000			23.080,00
Concedidos	120002	120019	2004			2.552.445,78
Concedidos	120002	120021	00M1			33.827,85
Concedidos	120002	120023	00M1			213.565,51
Concedidos	120002	120023	2000			707.769,40
Concedidos	120002	120023	2004			21.776,48
Concedidos	120002	120023	2048			9.913,42
Concedidos	120002	120023	20X9			7.500,00
Concedidos	120002	120023	20XA			25.000,00
Concedidos	120002	120023	212B			1.960.786,97
Concedidos	120002	120024	00M1			274.883,32
Concedidos	120002	120024	2000			1.206.623,93
Concedidos	120002	120024	2004			242.133,77
Concedidos	120002	120024	20X9			779.457,93
Concedidos	120002	120024	212B			2.543.826,95
Concedidos	120002	120025	00M1			160.700,02
Concedidos	120002	120025	2000			472.249,34
Concedidos	120002	120025	2004			183.922,87
Concedidos	120002	120025	20X9			921.214,31
Concedidos	120002	120025	20XA			12.861,82
Concedidos	120002	120025	212B			3.384.987,00
Concedidos	120002	120025	2868			7.900,00

Concedidos	120002	120026	2000			539.913,12
Concedidos	120002	120026	2048			59.334.391,58
Concedidos	120002	120026	20X9			12.999,56
Concedidos	120002	120026	20XA			1.305.842,68
Concedidos	120002	120026	212B			2.086.730,45
Concedidos	120002	120026	2868			53.294,56
Concedidos	120002	120027	00M1			49.515,50
Concedidos	120002	120027	2000			374.511,85
Concedidos	120002	120027	2004			83.413,42
Concedidos	120002	120027	2048			4.998,03
Concedidos	120002	120027	212B			2.644.584,56
Concedidos	120002	120034	00M1			4.284,00
Concedidos	120002	120034	2000			295.876,60
Concedidos	120002	120034	2004			4.820,00
Concedidos	120002	120034	212B			581.915,43
Concedidos	120002	120035	2048			194.400,00
Concedidos	120002	120036	00M1			80.381,64
Concedidos	120002	120036	20XA			36.000,00
Concedidos	120002	120039	00M1			167.621,97
Concedidos	120002	120039	2000			3.587.521,70
Concedidos	120002	120039	2004			61.162.604,73
Concedidos	120002	120039	2048			53.487,70
Concedidos	120002	120039	20X9			149.723,15
Concedidos	120002	120039	20XA			297.685,56
Concedidos	120002	120039	212B			21.339.443,87
Concedidos	120002	120039	2916			55.859,07
Concedidos	120002	120044	00M1			2.106.210,85
Concedidos	120002	120048	00M1			45.107,21
Concedidos	120002	120048	2004			4.869,58
Concedidos	120002	120052	00M1			16.630.764,60
Concedidos	120002	120052	0179	7.023.262.720,00		-
Concedidos	120002	120052	0181	958.525.879,00		
Concedidos	120002	120052	0536			621.400,00
Concedidos	120002	120052	0739	261.000.000,00		-
Concedidos	120002	120052	09HB	102.693.780,00		-
Concedidos	120002	120052	0C01	8.292.031,35		-
Concedidos	120002	120052	2004			14.600.000,00
Concedidos	120002	120052	2010			11.501.533,52
Concedidos	120002	120052	2011			63.360.064,00
Concedidos	120002	120052	2012			65.227.456,01
Concedidos	120002	120052	20TP	521.880.828,80		
Concedidos	120002	120052	20X8			315.000,00
Concedidos	120002	120052	212O			159.786.387,00
Concedidos	120002	120052	2865			57.939.775,00
Concedidos	120002	120052	2867	3.911.391.469,77		-
Concedidos	120002	120054	00M1			50.788,43
Concedidos	120002	120054	2000			1.716.785,21
Concedidos	120002	120054	2004			11.446,44
Concedidos	120002	120054	20X9			5.119.874,58
Concedidos	120002	120054	212B			3.336.317,79

Concedidos	120002	120059	00M1			393.841,78
Concedidos	120002	120059	2000			201.103,43
Concedidos	120002	120059	2004			1.007,70
Concedidos	120002	120059	20X9			159.963,35
Concedidos	120002	120059	212B			1.556.509,38
Concedidos	120002	120060	00M1			69.728,84
Concedidos	120002	120060	2000			2.633.980,21
Concedidos	120002	120060	2004			242.148,21
Concedidos	120002	120060	2048			94.988,27
Concedidos	120002	120060	20S9			150.013,96
Concedidos	120002	120060	20X9			1.851.255,45
Concedidos	120002	120060	20XA			74.232,75
Concedidos	120002	120060	212B			6.701.802,84
Concedidos	120002	120062	00M1			4.284,00
Concedidos	120002	120062	2000			315.828,49
Concedidos	120002	120062	2004			66.202,79
Concedidos	120002	120062	2048			3.993,73
Concedidos	120002	120062	20X9			386.998,74
Concedidos	120002	120062	20XA			18.881,14
Concedidos	120002	120062	212B			1.920.183,22
Concedidos	120002	120064	00M1			241.393,25
Concedidos	120002	120064	2000			1.564.364,08
Concedidos	120002	120064	2004			237.288,25
Concedidos	120002	120064	2048			4.986,02
Concedidos	120002	120064	20X9			3.343.582,82
Concedidos	120002	120064	20XA			2.553,00
Concedidos	120002	120064	212B			7.736.207,47
Concedidos	120002	120065	2000			1.145.163,00
Concedidos	120002	120065	212B			5.241.862,12
Concedidos	120002	120066	2000			1.130.759,37
Concedidos	120002	120066	2004			3.330.119,79
Concedidos	120002	120066	20S9			499.999,85
Concedidos	120002	120066	212B			1.187.010,32
Concedidos	120002	120068	00M1			20.000,00
Concedidos	120002	120068	2000			200.320,15
Concedidos	120002	120068	2004			12.435,74
Concedidos	120002	120068	2048			48.576.498,01
Concedidos	120002	120068	20XA			1.004.721,78
Concedidos	120002	120068	212B			2.579.475,58
Concedidos	120002	120069	00M1			23.970,99
Concedidos	120002	120071	2000			681.653,36
Concedidos	120002	120071	2048			10.265.370,40
Concedidos	120002	120071	20XA			17.833.527,96
Concedidos	120002	120071	20XB			1.500.000,00
Concedidos	120002	120071	212B			2.787.776,00
Concedidos	120002	120071	2868			348.217.284,94
Concedidos	120002	120071	2916			643.822,58
Concedidos	120002	120072	00M1			197.029,27
Concedidos	120002	120072	2000			523,76
Concedidos	120002	120072	2004			13.152,47

Concedidos	120002	120072	212B			2.248.442,37
Concedidos	120002	120073	00M1			98.690,84
Concedidos	120002	120073	2000			203.508,10
Concedidos	120002	120073	2004			39.961,30
Concedidos	120002	120073	2048			4.731,50
Concedidos	120002	120073	20X9			6.395,20
Concedidos	120002	120073	20XA			5.025,76
Concedidos	120002	120073	212B			1.549.444,32
Concedidos	120002	120074	00M1			489.990,25
Concedidos	120002	120074	2000			795.875,17
Concedidos	120002	120074	2004			348.363,00
Concedidos	120002	120074	2010			55.647,00
Concedidos	120002	120074	20X9			94.899,97
Concedidos	120002	120074	212B			2.245.965,91
Concedidos	120002	120075	2000			184.000,00
Concedidos	120002	120075	2004			12.755,00
Concedidos	120002	120075	2048			11.700,00
Concedidos	120002	120075	20XA			44.920,00
Concedidos	120002	120075	212B			2.397.295,31
Concedidos	120002	120076	00M1			26.759,21
Concedidos	120002	120076	2000			273.879,57
Concedidos	120002	120076	2004			35.876,20
Concedidos	120002	120076	2048			99.562,99
Concedidos	120002	120076	20X9			8.194,40
Concedidos	120002	120076	20XA			329.524,30
Concedidos	120002	120076	212B			2.828.744,91
Concedidos	120002	120080	00M1			39.767,89
Concedidos	120002	120080	2000			238.377,65
Concedidos	120002	120080	2004			74.394,45
Concedidos	120002	120080	2048			30.957,65
Concedidos	120002	120080	212B			2.505.819,18
Concedidos	120002	120081	00M1			2.530,00
Concedidos	120002	120081	2000			220.016,94
Concedidos	120002	120081	2004			32.017,94
Concedidos	120002	120081	2048			13.230,00
Concedidos	120002	120081	212B			2.059.682,05
Concedidos	120002	120082	00M1			30.000,00
Concedidos	120002	120082	2000			194.520,40
Concedidos	120002	120082	2048			112.713,92
Concedidos	120002	120082	212B			3.971.813,06
Concedidos	120002	120083	2000			569.622,45
Concedidos	120002	120083	2004			1.098.746,51
Concedidos	120002	120083	2048			7.445,64
Concedidos	120002	120083	20X9			49.102,78
Concedidos	120002	120083	212B			1.433.250,32
Concedidos	120002	120085	2000			362.860,01
Concedidos	120002	120085	2004			36.144,41
Concedidos	120002	120085	2048			13.095,52
Concedidos	120002	120085	20XD			334.925,95
Concedidos	120002	120085	212B			1.532.726,99

Concedidos	120002	120086	00M1			235.639,14
Concedidos	120002	120086	2000			344.050,50
Concedidos	120002	120086	2004			1.277.169,31
Concedidos	120002	120086	20X9			66.597,88
Concedidos	120002	120086	212B			3.574.097,35
Concedidos	120002	120087	00M1			14.982,92
Concedidos	120002	120087	2004			8.813,60
Concedidos	120002	120087	2048			9.999,04
Concedidos	120002	120087	212B			1.746.509,10
Concedidos	120002	120088	00M1			30.618,84
Concedidos	120002	120088	2000			116.031,85
Concedidos	120002	120088	2004			1.359,96
Concedidos	120002	120090	14T2			76.848,91
Concedidos	120002	120090	2000			2.907.990,60
Concedidos	120002	120090	2004			130.685,04
Concedidos	120002	120090	2048			154.284.677,84
Concedidos	120002	120090	20X8			1.113.570,71
Concedidos	120002	120090	20X9			153.539,17
Concedidos	120002	120090	20XA			3.865.867,16
Concedidos	120002	120090	20XB			399.837,32
Concedidos	120002	120090	212O			2.324.175,00
Concedidos	120002	120090	2865			23.271,50
Concedidos	120002	120090	2868			12.514.918,00
Concedidos	120002	120090	2916			242.259,35
Concedidos	120002	120091	2000			2.997.784,92
Concedidos	120002	120091	2048			236.459.956,10
Concedidos	120002	120091	20X9			107.364,59
Concedidos	120002	120091	20XA			2.061.906,91
Concedidos	120002	120091	212O			2.699.430,61
Concedidos	120002	120091	2868			47.174,11
Concedidos	120002	120091	2916			876,55
Concedidos	120002	120093	2000			514.322,26
Concedidos	120002	120093	20TP	18.647.347,18		
Concedidos	120002	120093	20X8			56.381,97
Concedidos	120002	120093	2867	116.290.399,68		
Concedidos	120002	120093	2916			2.098.112,27
Concedidos	120002	120094	00M1			12.495,00
Concedidos	120002	120097	2000			456.716,35
Concedidos	120002	120097	20XA			7.165,10
Concedidos	120002	120100	2000			254.886,08
Concedidos	120002	120100	20XA			3.792.947,91
Concedidos	120002	120100	212B			8.188.939,72
Concedidos	120002	120100	2865			33.473.635,94
Concedidos	120002	120101	00M1			184.573,03
Concedidos	120002	120101	2000			670.921,80
Concedidos	120002	120101	2004			219.309,03
Concedidos	120002	120101	2048			39.542,86
Concedidos	120002	120101	20S9			205.990,00
Concedidos	120002	120101	20X9			47.492,96
Concedidos	120002	120101	20XA			280.779,32

Concedidos	120002	120101	20XC			28.800,00
Concedidos	120002	120101	212B			5.344.139,41
Concedidos	120002	120195	00M1			60.438,90
Concedidos	120002	120195	2000			3.928.066,58
Concedidos	120002	120195	2004			104.372,93
Concedidos	120002	120195	2048			87.513.249,91
Concedidos	120002	120195	20XA			2.375.829,95
Concedidos	120002	120195	212B			4.183.494,47
Concedidos	120002	120196	00M1			34.179,46
Concedidos	120002	120196	2000			4.449,60
Concedidos	120002	120196	2004			58.000.822,94
Concedidos	120002	120196	20XA			268.565,00
Concedidos	120002	120196	212B			6.898.812,12
Recebidos	120017	120002	2000			614,98
Recebidos	120017	120002	2004			32.681,44
Recebidos	120017	120002	212B			12,13
Recebidos	120060	120002	2000			74,43
Recebidos	120060	120002	212B			2,73
Recebidos	120074	120002	2000			343,75
Recebidos	120074	120002	2004			1.984,63
Recebidos	120074	120002	2010			1,70
Recebidos	120074	120002	2048			3.542,40
Recebidos	120074	120002	20XA			25.535,65
Recebidos	120074	120002	212B			71.628,26
Recebidos	120083	120002	2000			453,26
Recebidos	120083	120002	2048			62,00
Recebidos	120083	120002	212B			216,67

Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos	120002	120002	2000	23,58		
Concedidos	120002	120002	2048	606,14		
Concedidos	120002	120002	20XA	3.339,79		
Concedidos	120002	120003	13D8	3.656.855,00		
Concedidos	120002	120003	2048	16.271,90		
Concedidos	120002	120003	20S9	5.019.121,26		
Concedidos	120002	120003	20X9	6.936,97		
Concedidos	120002	120003	20XA	9.950,44		
Concedidos	120002	120006	123B	928.973.500,11		
Concedidos	120002	120006	14XJ	17.000.000,00		
Concedidos	120002	120006	2000	900.427,10		
Concedidos	120002	120006	20IH	115.190.236,48		
Concedidos	120002	120006	20S9	590.226,70		
Concedidos	120002	120006	20XB	6.877.332,00		
Concedidos	120002	120006	2866	69.815,00		
Concedidos	120002	120013	20S9	1.999.998,53		
Concedidos	120002	120013	20XC	433.724,73		
Concedidos	120002	120014	20X9	14.642,05		

Concedidos	120002	120015	20S9	1.725.977,38		
Concedidos	120002	120015	20XC	227.946,26		
Concedidos	120002	120016	2000	326.712,99		
Concedidos	120002	120016	20S9	1.351.092,57		
Concedidos	120002	120016	20X8	2.110.747,77		
Concedidos	120002	120016	20X9	13.130,80		
Concedidos	120002	120016	20XB	398.630,57		
Concedidos	120002	120017	20S9	1.908.842,96		
Concedidos	120002	120017	20X9	107.516,56		
Concedidos	120002	120023	20S9	70.680,30		
Concedidos	120002	120023	20X9	7.999,00		
Concedidos	120002	120023	20XA	39.958,57		
Concedidos	120002	120024	2000	54.926,80		
Concedidos	120002	120024	20X9	169.893,02		
Concedidos	120002	120025	2000	16.043,46		
Concedidos	120002	120025	20X9	799.541,93		
Concedidos	120002	120026	13D8	16.872.607,00		
Concedidos	120002	120026	14VX	3.117,00		
Concedidos	120002	120026	2048	16.501,00		
Concedidos	120002	120026	20S9	4.092.260,57		
Concedidos	120002	120026	2868	843.864,00		
Concedidos	120002	120027	20S9	396.574,76		
Concedidos	120002	120027	20XA	32.480,00		
Concedidos	120002	120034	2000	68.212,00		
Concedidos	120002	120039	2000	52.818,97		
Concedidos	120002	120039	20X9	8.997,00		
Concedidos	120002	120039	20XA	7.201,72		
Concedidos	120002	120054	2000	6.204,17		
Concedidos	120002	120054	20S9	1.879.848,28		
Concedidos	120002	120054	20X9	815.762,58		
Concedidos	120002	120059	2000	6.990,00		
Concedidos	120002	120059	20S9	308.610,73		
Concedidos	120002	120059	20X9	6.180,92		
Concedidos	120002	120060	2000	206.217,81		
Concedidos	120002	120060	20S9	674.557,84		
Concedidos	120002	120060	20X9	885.968,00		
Concedidos	120002	120062	2000	30.187,85		
Concedidos	120002	120062	20X9	34.861,82		
Concedidos	120002	120064	2000	406.980,39		
Concedidos	120002	120064	20S9	1.319.110,76		
Concedidos	120002	120064	20X9	3.233.597,30		
Concedidos	120002	120064	20XA	87.999,60		
Concedidos	120002	120065	2000	86.698,00		
Concedidos	120002	120066	20S9	396.080,20		
Concedidos	120002	120068	2048	164.793,30		
Concedidos	120002	120068	20S9	1.332.758,30		
Concedidos	120002	120071	14T2	1.588.000,00		
Concedidos	120002	120071	2000	264.043,00		
Concedidos	120002	120071	2048	1.271.311,96		
Concedidos	120002	120071	20S9	339.990,66		

Concedidos	120002	120071	20X8	566.650,00		
Concedidos	120002	120071	20X9	99.650,00		
Concedidos	120002	120071	20XA	1.053.964,00		
Concedidos	120002	120073	2000	20.918,34		
Concedidos	120002	120073	20S9	411.303,81		
Concedidos	120002	120073	20X9	3.705,28		
Concedidos	120002	120074	2000	3.899,97		
Concedidos	120002	120074	20X9	15.919,99		
Concedidos	120002	120074	20XA	10.000,00		
Concedidos	120002	120076	20S9	1.779.155,61		
Concedidos	120002	120076	20X9	9.974,08		
Concedidos	120002	120076	20XA	80.470,74		
Concedidos	120002	120080	14T2	1.332.032,61		
Concedidos	120002	120080	20S9	3.180.112,48		
Concedidos	120002	120082	2000	26.500,00		
Concedidos	120002	120082	2048	3.600,00		
Concedidos	120002	120083	20S9	108.534,50		
Concedidos	120002	120083	20X9	6.711,24		
Concedidos	120002	120085	2048	4.789,97		
Concedidos	120002	120085	20X9	16.554,93		
Concedidos	120002	120085	20XD	107.386,71		
Concedidos	120002	120086	2000	397.608,35		
Concedidos	120002	120086	20X9	66.969,30		
Concedidos	120002	120087	2048	48.351,75		
Concedidos	120002	120090	2000	858.625,66		
Concedidos	120002	120090	2048	6.491.163,22		
Concedidos	120002	120090	20IH	123.597.497,85		
Concedidos	120002	120090	20X8	1.167.692,13		
Concedidos	120002	120090	20X9	448.766,99		
Concedidos	120002	120090	20XA	1.472.191,03		
Concedidos	120002	120090	20XB	1.399.734,58		
Concedidos	120002	120090	8969	5.707.321,43		
Concedidos	120002	120091	123B	36.137.919,80		
Concedidos	120002	120091	14XJ	3.510.115,12		
Concedidos	120002	120091	2000	340.824,75		
Concedidos	120002	120091	2048	1.158.189,82		
Concedidos	120002	120091	20IH	34.801.442,22		
Concedidos	120002	120091	20S9	92.967,00		
Concedidos	120002	120091	20X8	19.476,16		
Concedidos	120002	120091	20XB	656.306,41		
Concedidos	120002	120091	2916	840.379,66		
Concedidos	120002	120091	8969	158.173.515,94		
Concedidos	120002	120094	20X4	66.525,16		
Concedidos	120002	120097	20XA	11.994,00		
Concedidos	120002	120100	2000	2.845.549,31		
Concedidos	120002	120100	20S9	1.618.539,51		
Concedidos	120002	120100	20X9	196.533,87		
Concedidos	120002	120100	20XA	1.023.735,73		
Concedidos	120002	120101	2000	23.615,00		
Concedidos	120002	120101	20S9	3.812.156,00		

Concedidos	120002	120101	20X9	7.800,00		
Concedidos	120002	120101	20XA	30.142,80		
Concedidos	120002	120127	14VX	83.996.883,00		
Concedidos	120002	120127	20X9	109.200,00		
Concedidos	120002	120195	2000	247.807,50		
Concedidos	120002	120195	2048	874.236,05		
Concedidos	120002	120195	20IH	21.542.369,00		
Concedidos	120002	120195	20S9	2.553.603,95		
Concedidos	120002	120195	20XA	211.881,68		
Recebidos	120074	120002	20XA	3.339,79		
Recebidos	120083	120002	2000	23,58		
Recebidos	120083	120002	2048	606,14		

Movimentação entre Unidades Orçamentárias do mesmo Órgão						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	121002	120002	2000			10.000,00
Concedidos	121002	120015	2000			10.000,00
Concedidos	121002	120001	2000			3.505.691,30
Concedidos	121002	120001	2913			5.432,66
Concedidos	121002	120001	2916			44.612,46
Concedidos	121002	120003	2000			31.731.873,54
Concedidos	121002	120003	2004			4.735.703,69
Concedidos	121002	120003	20XV			1.956.113,03
Concedidos	121002	120003	2913			3.740.311,13
Concedidos	121002	120003	2916			208.957,27
Concedidos	121002	120006	2000			32.821.483,64
Concedidos	121002	120006	2004			985.185,21
Concedidos	121002	120006	20SA			385.000,00
Concedidos	121002	120006	20XB			18.089.939,00
Concedidos	121002	120006	20XV			324.286,30
Concedidos	121002	120006	2913			1.751.852,67
Concedidos	121002	120006	2916			3.194.553,32
Concedidos	121002	120008	2000			870.382,97
Concedidos	121002	120008	20XV			39.230.536,57
Concedidos	121002	120008	2913			2.683,90
Concedidos	121002	120013	2000			6.456.140,34
Concedidos	121002	120013	2004			31.899,53
Concedidos	121002	120013	20XA			49.998,00
Concedidos	121002	120013	20XV			39.802,32
Concedidos	121002	120013	2913			888,30
Concedidos	121002	120014	2000			3.463.854,70
Concedidos	121002	120014	2004			521.387,90
Concedidos	121002	120014	20XV			1.141.696,38
Concedidos	121002	120014	2913			743,40
Concedidos	121002	120015	2000			1.421.268,00
Concedidos	121002	120015	2004			12.118,50
Concedidos	121002	120015	2916			6.080,00

Concedidos	121002	120016	2000			26.490.125,53
Concedidos	121002	120016	2004			679.394,85
Concedidos	121002	120016	20XB			3.604.506,44
Concedidos	121002	120016	20XV			3.063.775,89
Concedidos	121002	120016	2913			3.464,62
Concedidos	121002	120016	2916			195.793,39
Concedidos	121002	120017	2000			13.640.285,87
Concedidos	121002	120017	2004			7.389.891,64
Concedidos	121002	120017	20XA			4.692,00
Concedidos	121002	120017	20XV			749.955,90
Concedidos	121002	120017	2913			259.057,71
Concedidos	121002	120021	2000			540.684,55
Concedidos	121002	120021	20XV			46.045.631,92
Concedidos	121002	120023	2000			7.951.175,49
Concedidos	121002	120023	2004			172.001,70
Concedidos	121002	120023	20XA			2.429,00
Concedidos	121002	120023	20XV			393.230,68
Concedidos	121002	120023	2913			49.998,34
Concedidos	121002	120024	2000			4.156.819,77
Concedidos	121002	120024	2004			442.940,75
Concedidos	121002	120024	20XV			1.449.997,12
Concedidos	121002	120024	2913			888,30
Concedidos	121002	120025	2000			3.867.989,39
Concedidos	121002	120025	2004			362.639,60
Concedidos	121002	120025	20XA			72.000,00
Concedidos	121002	120025	20XV			244.848,61
Concedidos	121002	120025	2913			743,40
Concedidos	121002	120025	2916			10.924,00
Concedidos	121002	120026	2000			4.541.369,55
Concedidos	121002	120026	20XV			12.286.349,45
Concedidos	121002	120026	2916			14.880,00
Concedidos	121002	120027	2000			5.620.386,84
Concedidos	121002	120027	2004			249.641,47
Concedidos	121002	120027	20XV			434.549,53
Concedidos	121002	120027	2913			3.826,55
Concedidos	121002	120027	2916			3.400,00
Concedidos	121002	120034	2000			3.433.961,69
Concedidos	121002	120034	2004			12.466,19
Concedidos	121002	120034	2913			3.246,40
Concedidos	121002	120035	20XV			40.000,00
Concedidos	121002	120036	2000			6.257.109,28
Concedidos	121002	120036	20XA			300.000,00
Concedidos	121002	120036	20XV			86.969.883,50
Concedidos	121002	120036	2913			2.375,10
Concedidos	121002	120036	2916			142.442,85
Concedidos	121002	120039	2000			88.667.595,74
Concedidos	121002	120039	2004			51.943.066,43
Concedidos	121002	120039	20XA			296.393,78
Concedidos	121002	120039	20XV			31.490.032,29
Concedidos	121002	120039	2913			506.817,61

Concedidos	121002	120039	2916			129.681,08
Concedidos	121002	120048	2000			872.888,92
Concedidos	121002	120048	2004			5.332,17
Concedidos	121002	120048	20XV			96.287.757,97
Concedidos	121002	120052	2000			285.487,84
Concedidos	121002	120052	20XV			166.799,44
Concedidos	121002	120054	2000			15.627.620,87
Concedidos	121002	120054	2004			3.799,50
Concedidos	121002	120054	2913			2.497,95
Concedidos	121002	120054	2916			22.397,98
Concedidos	121002	120059	2000			4.449.167,10
Concedidos	121002	120059	2004			1.079,34
Concedidos	121002	120059	20XA			13.843,80
Concedidos	121002	120059	20XV			244.920,00
Concedidos	121002	120060	2000			20.498.538,31
Concedidos	121002	120060	2004			340.334,67
Concedidos	121002	120060	20XA			49.622,19
Concedidos	121002	120060	20XV			859.848,36
Concedidos	121002	120060	2913			1.174,70
Concedidos	121002	120062	2000			6.256.038,95
Concedidos	121002	120062	2004			110.372,92
Concedidos	121002	120062	20XA			537.049,06
Concedidos	121002	120064	2000			13.850.494,15
Concedidos	121002	120064	2004			504.306,56
Concedidos	121002	120064	20XA			236.335,25
Concedidos	121002	120064	20XV			4.497.765,78
Concedidos	121002	120064	2916			14.814,35
Concedidos	121002	120066	2000			2.539.798,90
Concedidos	121002	120066	2004			12.157.602,46
Concedidos	121002	120066	2913			1.050,45
Concedidos	121002	120067	2000			637.816,81
Concedidos	121002	120067	20XV			9.154.401,53
Concedidos	121002	120067	2913			1.328,10
Concedidos	121002	120068	2000			6.155.730,35
Concedidos	121002	120068	2004			12.428,44
Concedidos	121002	120068	20XA			131.522,57
Concedidos	121002	120068	20XV			1.854.707,83
Concedidos	121002	120068	2913			693.672,27
Concedidos	121002	120068	2916			3.700,00
Concedidos	121002	120069	2000			246.257,30
Concedidos	121002	120069	20XV			37.117.094,22
Concedidos	121002	120071	2000			12.729.604,54
Concedidos	121002	120071	20XA			85.826,40
Concedidos	121002	120071	20XB			1.270.000,00
Concedidos	121002	120071	20XV			55.438.627,11
Concedidos	121002	120071	2916			503.409,11
Concedidos	121002	120072	2000			2.411.728,08
Concedidos	121002	120072	2004			657.489,15
Concedidos	121002	120072	20XV			56.259.382,42
Concedidos	121002	120072	2913			2.754,10

Concedidos	121002	120073	2000			3.038.724,38
Concedidos	121002	120073	2004			165.396,40
Concedidos	121002	120073	20XV			341.113,88
Concedidos	121002	120073	2913			1.852,60
Concedidos	121002	120074	2000			9.823.892,63
Concedidos	121002	120074	2004			7.965.607,35
Concedidos	121002	120074	20XV			3.857.844,08
Concedidos	121002	120074	2913			224.658,95
Concedidos	121002	120076	2000			5.280.725,74
Concedidos	121002	120076	2004			233.849,98
Concedidos	121002	120076	20XA			4.120,00
Concedidos	121002	120076	20XV			1.738.037,93
Concedidos	121002	120076	2913			22.391,81
Concedidos	121002	120076	2916			7.462,25
Concedidos	121002	120080	2000			5.444.675,73
Concedidos	121002	120080	2004			137.820,65
Concedidos	121002	120080	20XV			456.725,70
Concedidos	121002	120080	2913			1.790,70
Concedidos	121002	120081	2000			3.739.071,54
Concedidos	121002	120081	2004			96.241,71
Concedidos	121002	120081	20XV			544.372,19
Concedidos	121002	120081	2913			3.307,45
Concedidos	121002	120083	2000			14.901.250,27
Concedidos	121002	120083	2004			2.350.166,67
Concedidos	121002	120083	20XA			376.119,23
Concedidos	121002	120083	20XV			861.875,67
Concedidos	121002	120083	2913			174.027,10
Concedidos	121002	120085	2000			2.426.754,00
Concedidos	121002	120085	2004			94.405,46
Concedidos	121002	120085	20XV			260.029,39
Concedidos	121002	120085	2913			1.431,15
Concedidos	121002	120085	2916			1.400,00
Concedidos	121002	120086	2000			6.239.997,70
Concedidos	121002	120086	2004			2.769.548,76
Concedidos	121002	120086	2913			394.188,07
Concedidos	121002	120087	2000			3.346.237,29
Concedidos	121002	120087	2004			15.794,42
Concedidos	121002	120087	2913			11.443,68
Concedidos	121002	120088	2000			5.329.380,70
Concedidos	121002	120088	20XV			449.999,51
Concedidos	121002	120090	14TH			1.028.737,39
Concedidos	121002	120090	2000			5.422.224,98
Concedidos	121002	120090	2004			3.309.330,98
Concedidos	121002	120090	20SA			508.157,14
Concedidos	121002	120090	20XB			516.869,29
Concedidos	121002	120090	20XV			178.400.643,09
Concedidos	121002	120090	2913			257.598,28
Concedidos	121002	120090	2916			11.704.097,16
Concedidos	121002	120091	14TH			3.848.694,94
Concedidos	121002	120091	2000			6.653.580,54

Concedidos	121002	120091	20XB			503.300,90
Concedidos	121002	120091	20XV			45.590.390,96
Concedidos	121002	120091	2916			9.586.808,43
Concedidos	121002	120093	2000			915.360,57
Concedidos	121002	120093	20XV			2.387.379,27
Concedidos	121002	120093	2913			604.590,96
Concedidos	121002	120093	2916			9.925.129,69
Concedidos	121002	120094	2000			87.600,64
Concedidos	121002	120094	20XV			56.437.066,19
Concedidos	121002	120097	2000			9.133.539,37
Concedidos	121002	120097	20XV			1.700.000,00
Concedidos	121002	120100	2000			2.851.274,04
Concedidos	121002	120100	20XA			837.076,74
Concedidos	121002	120100	20XV			943.536,00
Concedidos	121002	120101	2000			9.911.346,60
Concedidos	121002	120101	2004			600.589,90
Concedidos	121002	120101	20XA			41.034,19
Concedidos	121002	120101	20XV			1.871.806,48
Concedidos	121002	120101	2913			3.408,30
Concedidos	121002	120127	2000			2.556,95
Concedidos	121002	120127	20XV			63.535.941,08
Concedidos	121002	120127	2916			5.978,00
Concedidos	121002	120195	2000			23.731.974,92
Concedidos	121002	120195	2004			281.249,91
Concedidos	121002	120195	20SA			5.173.201,00
Concedidos	121002	120195	20XA			1.767.317,34
Concedidos	121002	120195	20XV			18.504.422,64
Concedidos	121002	120195	2913			5.524,90
Concedidos	121002	120195	2916			38.722,00
Concedidos	121002	120196	2000			13.663.797,16
Concedidos	121002	120196	2004			81.822.988,51
Concedidos	121002	120196	20XV			57.000,00
Concedidos	121002	120196	2913			1.416,00
Recebidos	120015	121002	2000			10.000,00

Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebadora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos	121002	120001	2000	447.510,03		
Concedidos	121002	120003	2000	732.706,58		
Concedidos	121002	120003	2004	1.129.699,52		
Concedidos	121002	120003	20XV	24.907,54		
Concedidos	121002	120003	2913	442.182,95		
Concedidos	121002	120006	2000	2.360.134,73		
Concedidos	121002	120006	2004	506.492,28		
Concedidos	121002	120006	20XB	600.000,00		
Concedidos	121002	120006	20XV	89.607.595,65		
Concedidos	121002	120008	2000	20.000,00		
Concedidos	121002	120008	20XV	8.272.398,90		

Concedidos	121002	120013	2000	12.947,95		
Concedidos	121002	120013	20XV	3.150,00		
Concedidos	121002	120014	2000	1.193.328,41		
Concedidos	121002	120014	2004	44.993,37		
Concedidos	121002	120014	20XV	44.779,76		
Concedidos	121002	120014	2913	19.434,73		
Concedidos	121002	120015	2000	12.491,94		
Concedidos	121002	120016	2000	584.102,48		
Concedidos	121002	120016	2004	93.351,06		
Concedidos	121002	120016	20XB	543.143,32		
Concedidos	121002	120017	2000	1.155.322,58		
Concedidos	121002	120017	2004	544.044,91		
Concedidos	121002	120017	2913	1.082.451,23		
Concedidos	121002	120021	2000	28.000,00		
Concedidos	121002	120021	20XV	10.331.041,64		
Concedidos	121002	120023	2000	88.905,53		
Concedidos	121002	120023	2004	11.953,98		
Concedidos	121002	120023	20XU	369.500,00		
Concedidos	121002	120024	2000	162.084,06		
Concedidos	121002	120024	2004	60.293,32		
Concedidos	121002	120025	2000	344.983,66		
Concedidos	121002	120025	2004	7.990,00		
Concedidos	121002	120026	2000	37.061,66		
Concedidos	121002	120027	2000	184.951,30		
Concedidos	121002	120027	2004	103.716,93		
Concedidos	121002	120027	20XA	34.986,29		
Concedidos	121002	120027	2913	8.330,69		
Concedidos	121002	120034	2000	191.644,35		
Concedidos	121002	120036	20XV	26.297.944,89		
Concedidos	121002	120039	2000	1.213.271,42		
Concedidos	121002	120039	2004	8.678,30		
Concedidos	121002	120039	20XA	141.589,91		
Concedidos	121002	120039	20XU	376.000,00		
Concedidos	121002	120039	20XV	4.017.960,86		
Concedidos	121002	120039	2913	337.168,84		
Concedidos	121002	120048	2000	85.410,62		
Concedidos	121002	120048	20XV	9.613.788,99		
Concedidos	121002	120054	2000	227.235,32		
Concedidos	121002	120059	2000	29.513,65		
Concedidos	121002	120060	2000	1.325.634,49	157.661,71	
Concedidos	121002	120060	20XA	272,45		
Concedidos	121002	120062	2000	118.600,82		
Concedidos	121002	120062	2004	15.772,87		
Concedidos	121002	120062	20XA	98.010,00		
Concedidos	121002	120064	2000	417.634,15		
Concedidos	121002	120064	2004	114.455,22		
Concedidos	121002	120066	2000	29.905,75		
Concedidos	121002	120066	2004	718.504,48		
Concedidos	121002	120067	2000	148.844,54		
Concedidos	121002	120067	20XV	3.244.836,58		

Concedidos	121002	120068	2000	204.111,29		
Concedidos	121002	120068	2913	37.028,97		
Concedidos	121002	120069	2000	23.346,85		
Concedidos	121002	120069	20XV	4.402.939,37		
Concedidos	121002	120071	2000	1.261.964,82		
Concedidos	121002	120071	20XA	114.000,00		
Concedidos	121002	120071	20XU	7.834.759,18		
Concedidos	121002	120071	20XV	2.493.253,99		
Concedidos	121002	120071	2913	1.376.869,00		
Concedidos	121002	120072	2004	9.606,95		
Concedidos	121002	120072	20XV	13.902.811,13		
Concedidos	121002	120073	2000	210.554,06		
Concedidos	121002	120073	2004	36.067,97		
Concedidos	121002	120073	20XV	125.436,52		
Concedidos	121002	120073	2913	6.159,99		
Concedidos	121002	120074	2000	226.574,20		
Concedidos	121002	120074	2004	425.507,30		
Concedidos	121002	120074	20XV	1.156.050,28		
Concedidos	121002	120074	2913	17.212,53		
Concedidos	121002	120076	2000	277.469,74		
Concedidos	121002	120076	2004	5.706,13		
Concedidos	121002	120076	20XV	107.082,60		
Concedidos	121002	120076	2913	7.183,96		
Concedidos	121002	120080	2000	132.691,96		
Concedidos	121002	120080	2913	7.620,00		
Concedidos	121002	120081	2000	199.712,35		
Concedidos	121002	120081	20XV	555.567,92		
Concedidos	121002	120081	2913	6.563,00		
Concedidos	121002	120083	2000	339.409,53		
Concedidos	121002	120083	2004	275.410,23		
Concedidos	121002	120083	2913	29.798,07		
Concedidos	121002	120085	2000	69.671,93		
Concedidos	121002	120085	2913	5.056,00		
Concedidos	121002	120086	2000	1.466.058,74		
Concedidos	121002	120086	2004	244.016,56		
Concedidos	121002	120086	2913	20.808,84		
Concedidos	121002	120087	2000	243.227,01		
Concedidos	121002	120087	2004	96.668,00		
Concedidos	121002	120087	2913	65.755,35		
Concedidos	121002	120088	2000	204.597,00		
Concedidos	121002	120090	14TH	16.513.957,25		
Concedidos	121002	120090	2000	997.715,83		
Concedidos	121002	120090	2004	29.030.094,08		
Concedidos	121002	120090	20XA		239.189,54	
Concedidos	121002	120090	20XB	148.529,10		
Concedidos	121002	120090	20XU	199.983,94		
Concedidos	121002	120090	20XV	134.139.795,57		
Concedidos	121002	120091	14TH	8.961.617,91		
Concedidos	121002	120091	2000	10.091,41		
Concedidos	121002	120091	20XV	162.931.967,65		

Concedidos	121002	120094	2000	4.748,00		
Concedidos	121002	120094	20XV	4.341.682,69		
Concedidos	121002	120097	2000	109.932,29		
Concedidos	121002	120100	2000	2.815.815,28	342.333,60	
Concedidos	121002	120100	20XA	18.374,79	2.768.000,00	
Concedidos	121002	120101	2000	509.935,39		
Concedidos	121002	120101	20XA	23.228,74		
Concedidos	121002	120101	20XV	89.845,06		
Concedidos	121002	120101	2913	7.880,00		
Concedidos	121002	120127	14TH	1.720.000,00		
Concedidos	121002	120127	14VX	2.379.000,00		
Concedidos	121002	120127	2000	25.109,85		
Concedidos	121002	120127	20XV	224.559.214,34		
Concedidos	121002	120195	14TH	139.389,70		
Concedidos	121002	120195	2000	664.224,28		
Concedidos	121002	120195	20XA	546.285,58		
Concedidos	121002	120196	2000	170.689,99		
Concedidos	121002	120196	2004	2.445.477,20		

Anexo 3 - Quadro A.6.1.2.2 – Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa

Quadro A.6.1.2.2 – Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa						
Origem da Movimentação	UO Concedente	UG Receptora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Recebidos	13101	120002	4225			92.949,00
Recebidos	14101	120002	4269			6.248.487,63
Recebidos	20101	120002	4693			117.193,70
Recebidos	24901	120002	20I4			25.000.000,00
Recebidos	26262	120002	20RK			720,00
Recebidos	26274	120002	20RK			479,52
Recebidos	26290	120002	20RM			823.777,90
Recebidos	26290	120002	20RN			540.960,60
Recebidos	26291	120002	0487			354.200,00
Recebidos	26298	120002	8744			561.443,21
Recebidos	30907	120002	20WS			794.844,30
Recebidos	36901	120002	20YP			1.461.807,10
Recebidos	36901	120002	4368			54,58
Recebidos	51101	120002	20D8			159.163,00
Recebidos	51101	120002	20DB			2.143.435,40
Recebidos	51101	120002	20JP			227.124,10
Recebidos	51101	120002	20JQ			200.400,48
Recebidos	52101	120002	14SY			31.514.626,29
Recebidos	52101	120002	14VW			46.370.000,00
Recebidos	52101	120002	151S			2.638.861,39
Recebidos	52101	120002	2000			38.827.401,59
Recebidos	52101	120002	2055			79.351,08
Recebidos	52101	120002	20IG			567.839,14
Recebidos	52101	120002	20X1			24.812.181,49
Recebidos	52101	120002	20X3			5.000,00
Recebidos	52101	120002	20X4			2.099.323,20
Recebidos	52101	120002	20X5			4.345.535,56
Recebidos	52101	120002	20X6			2.735.155,20
Recebidos	52101	120002	20X7			9.828.937,23
Recebidos	52101	120002	2866			5.000,00
Recebidos	52101	120002	2B28			263.167,31
Recebidos	52101	120002	2D55			2.134.964,19
Recebidos	52101	120002	6557			755.068,00
Recebidos	52121	120002	20XJ			228,95
Recebidos	52121	120002	8965			25.774,72
Recebidos	52131	120002	2000			97.198,54
Recebidos	52131	120002	20XN			2.637.032,22
Recebidos	52131	120002	20XR			651.028,57
Recebidos	52131	120002	212B			9.928,02
Recebidos	52901	120002	2000			24.750,00
Recebidos	52903	120002	2872			913.000,00
Recebidos	53101	120002	22BO			13.969.873,37
Recebidos	55101	120002	8929			1.179.074,55

Recebidos	62901	120002	14UC			7.500.000,00
Recebidos	62901	120002	20SW			4.060.391,27
Recebidos	62901	120002	8785			927.123,85
Recebidos	63101	120002	2674			161.015,51

Origem da Movimentação	UO Concedente	UG Receptora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Recebidos	51101	120002	14TQ	7.230.963,55		
Recebidos	52101	120002	123J	603.270.000,00		
Recebidos	52101	120002	14SY	66.392.731,07		
Recebidos	52101	120002	151D	1.689.643,23		
Recebidos	52101	120002	151S	780.200,00		
Recebidos	52101	120002	2000	3.343.735,68		
Recebidos	52101	120002	2055	157.444,74		
Recebidos	52101	120002	20X1	4.253.736,06		
Recebidos	52101	120002	20X3	6.970,00		
Recebidos	52101	120002	20X4	59.750,00		
Recebidos	52101	120002	20X5	105.663,06		
Recebidos	52101	120002	20X6	8.216.479,56		
Recebidos	52101	120002	20X7	1.227.000,00		
Recebidos	52101	120002	2D55	1.067.289,00		
Recebidos	52101	120002	6557	18.951,44		
Recebidos	52903	120002	2872	252.985,63		
Recebidos	62901	120002	14UC	127.823.294,37		
Recebidos	62901	120002	20SW	3.950.000,00		
Recebidos	62901	120002	8785	1.019.409,58		

Anexo 4 – 12.1 Medidas adotadas para adoção de critérios e procedimentos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

12. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

12.1 Medidas adotadas para adoção de critérios e procedimentos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

INFORMAÇÕES SOBRE AS ADOÇÕES DE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS DA AERONÁUTICA			120002
<p>Declaro que a Unidade Jurisdicionada, em cumprimento às orientações normativas elaboradas pela Unidade Gestora Setorial de Contabilidade do Comando da Aeronáutica, adotou procedimentos e práticas aplicáveis aos registros e às demonstrações contábeis consoantes as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, em especial, as NBC T 16.9 e 16.10.</p> <p>Em relação à avaliação e mensuração de Ativos e Passivos, e à depreciação dos itens do Ativo Permanente, a Unidade Jurisdicionada adotou os critérios estabelecidos pelas NBC T 16.10 e 16.9, respectivamente, da seguinte forma:</p> <p>a) a vida útil econômica dos itens do Ativo Permanente, especificamente dos bens móveis, foi estabelecida com base na tabela constante da Macro função 02.03.30 – Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, suas Autarquias e Fundações, do Manual SIAFI, para cada grupo contábil da conta de Bens Móveis – 1.4.2.1.2.00.00;</p> <p>b) a depreciação foi realizada pelo método linear ou das cotas constantes, com as taxas de depreciação calculadas a partir do tempo de vida útil e da taxa de valor residual de cada grupo de bens móveis, de conformidade com a tabela constante da Macro função 02.03.30 – Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, suas Autarquias e Fundações, do Manual SIAFI;</p> <p>c) a vida útil econômica dos bens bem imóveis, os critérios de avaliação, a mensuração e a depreciação obedecem às normas do Sistema de Patrimônio da União, com dados registrados, no SIAFI, a partir do SPIUNet. Em 2014, a depreciação de bens imóveis foi processada de forma automática pela STN, com base nos registros do SPIUNet;</p> <p>d) a avaliação e a mensuração dos itens do Ativo e do Passivo obedeceram aos seguintes critérios:</p> <ul style="list-style-type: none">- Disponibilidades, Créditos, Obrigações e Diferido – valor original, com a conversão dos valores em moeda estrangeira à taxa de câmbio vigente na data do Balanço, conforme estabelecido pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) no SIAFI;- Estoques – valor de aquisição/produção/construção ou valor realizável líquido, quando aplicável;- Imobilizado e Intangível - valor de aquisição/produção/construção, com previsão do reconhecimento dos efeitos da depreciação ou da amortização, conforme o caso; a utilização dos critérios contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10, especialmente nos casos de reavaliação dos itens do Ativo Permanente e do registro da depreciação, apresentou reflexos no resultado patrimonial do exercício e no Patrimônio Líquido.			
Local	Brasília	Data	27/02/2015
Contador Responsável	Ana Paula Soares de Alcântara do Nascimento – 1º TEN QOEA SVA	CRC nº	017367/O-0

Continuação do Anexo 4

12.1 Medidas adotadas para adoção de critérios e procedimentos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

INFORMAÇÕES SOBRE AS ADOÇÕES DE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS DA AERONÁUTICA - FUNDO AERONÁUTICO			121002
<p>Declaro que a Unidade Jurisdicionada, em cumprimento às orientações normativas elaboradas pela Unidade Gestora Setorial de Contabilidade do Comando da Aeronáutica, adotou procedimentos e práticas aplicáveis aos registros e às demonstrações contábeis consoantes as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, em especial, as NBC T 16.9 e 16.10.</p> <p>Em relação à avaliação e mensuração de Ativos e Passivos, e à depreciação dos itens do Ativo Permanente, a Unidade Jurisdicionada adotou os critérios estabelecidos pelas NBC T 16.10 e 16.9, respectivamente, da seguinte forma:</p> <p>e) a vida útil econômica dos itens do Ativo Permanente, especificamente dos bens móveis, foi estabelecida com base na tabela constante da Macro função 02.03.30 – Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, suas Autarquias e Fundações, do Manual SIAFI, para cada grupo contábil da conta de Bens Móveis – 1.4.2.1.2.00.00;</p> <p>f) a depreciação foi realizada pelo método linear ou das cotas constantes, com as taxas de depreciação calculadas a partir do tempo de vida útil e da taxa de valor residual de cada grupo de bens móveis, de conformidade com a tabela constante da Macro função 02.03.30 – Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, suas Autarquias e Fundações, do Manual SIAFI;</p> <p>g) a vida útil econômica dos bens bem imóveis, os critérios de avaliação, a mensuração e a depreciação obedecem às normas do Sistema de Patrimônio da União, com dados registrados, no SIAFI, a partir do SPIUNet. Em 2014, a depreciação de bens imóveis foi processada de forma automática pela STN, com base nos registros do SPIUNet;</p> <p>h) a avaliação e a mensuração dos itens do Ativo e do Passivo obedeceram aos seguintes critérios:</p> <ul style="list-style-type: none">- Disponibilidades, Créditos, Obrigações e Diferido – valor original, com a conversão dos valores em moeda estrangeira à taxa de câmbio vigente na data do Balanço, conforme estabelecido pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) no SIAFI;- Estoques – valor de aquisição/produção/construção ou valor realizável líquido, quando aplicável;- Imobilizado e Intangível - valor de aquisição/produção/construção, com previsão do reconhecimento dos efeitos da depreciação ou da amortização, conforme o caso; a utilização dos critérios contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10, especialmente nos casos de reavaliação dos itens do Ativo Permanente e do registro da depreciação, apresentou reflexos no resultado patrimonial do exercício e no Patrimônio Líquido.			
Local	Brasília	Data	27/02/2015
Contador Responsável	Ana Paula Soares de Alcântara do Nascimento – 1º TEN QOEA SVA	CRC nº	017367/O-0

Anexo 5 – 12.3 Informações sobre a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial

CONFORMIDADE CONTÁBIL			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS DA AERONÁUTICA			120002
<p>A Conformidade Contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial consiste na certificação dos demonstrativos contábeis gerados pelo Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), conforme estabelecido no Manual SIAFI.</p> <p>A Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica, Unidade Jurisdicionada (UJ) 120002, é a Setorial Contábil de Unidade Gestora, de Órgão e de Órgão Superior (do Fundo Aeronáutico - Faer e Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica - CFIAe), responsável pelo (a):</p> <ul style="list-style-type: none"> a) orientação normativa sobre rotinas e procedimentos contábeis para as UG do COMAER; b) suporte técnico da execução contábil no SIAFI; c) monitoramento e controle da execução contábil, por intermédio do SIAFI, das operações contábeis realizadas pelas UG do COMAER; d) acompanhamento da conformidade de registros de gestão executada pelas UG; e) registro no SIAFI, da Conformidade Contábil relativa às UG, ao Faer e à CFIAe. <p>As atribuições relativas ao processo de Conformidade Contábil são atribuídas a agentes do COMAER, com observância ao princípio da segregação de funções.</p> <p>Não houve ocorrências observadas no exercício para UJ 120002 - SEFA.</p>			
Local	Brasília	Data	27/02/2015
Contador Responsável	Ana Paula Soares de Alcântara do Nascimento – 1º TEN QOEA SVA	CRC nº	017367/O-0

CONFORMIDADE CONTÁBIL			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS DA AERONÁUTICA - FUNDO AERONÁUTICO			121002
<p>A Conformidade Contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial consiste na certificação dos demonstrativos contábeis gerados pelo Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), conforme estabelecido no Manual SIAFI.</p> <p>A Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica, Unidade Jurisdicionada (UJ) 120002, é a Setorial Contábil de Unidade Gestora, de Órgão e de Órgão Superior (do Fundo Aeronáutico - Faer e Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica - CFIAe), responsável pelo (a):</p> <ul style="list-style-type: none"> f) orientação normativa sobre rotinas e procedimentos contábeis para as UG do COMAER; g) suporte técnico da execução contábil no SIAFI; h) monitoramento e controle da execução contábil, por intermédio do SIAFI, das operações contábeis realizadas pelas UG do COMAER; i) acompanhamento da conformidade de registros de gestão executada pelas UG; j) registro, no SIAFI, da Conformidade Contábil relativa às UG, ao Faer e à CFIAe. <p>As atribuições relativas ao processo de Conformidade Contábil são atribuídas a agentes do COMAER, com observância ao princípio da segregação de funções.</p> <p>Não houve ocorrências observadas no exercício para UJ 121002 – SEFA-FAer.</p>			
Local	Brasília	Data	27/02/2015
Contador Responsável	Ana Paula Soares de Alcântara do Nascimento – 1º TEN QOEA SVA	CRC nº	017367/O-0

Anexo 6 – 12.4 - Declaração do Contador atestando a conformidade das Demonstrações Contábeis

12.4.1 Declaração com Ressalva

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS DA AERONÁUTICA			120002
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro, Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, relativos ao exercício de 2014, refletem adequadamente as situações orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Jurisdicionada que apresenta o Relatório de Gestão.</p> <p>As explicações consequentes da aplicação dos procedimentos estabelecidos nas Macro funções 02.03.18 (Encerramento do Exercício) e 02.10.03 (Manual de Análise dos Demonstrativos e Auditores Contábeis) são as seguintes:</p> <p>a) diferença de R\$ 4.094.760,31 entre o valor das “Receitas Correntes” (R\$ 774.757,34) existente no Balanço Financeiro e aquele registrado no Balanço Orçamentário (R\$ 4.869.481,45), motivada por GRU emitidas por diversas UG do COMAER, as quais provocaram reflexo em conta do Sistema Financeiro da própria UG emitente;</p> <p>b) valor de R\$ 751.522.730,65, correspondente às “Receitas de Capital”, existente no Balanço Orçamentário, que não apresenta valor no Balanço Financeiro, em razão dos procedimentos de registro de receitas da fonte 149 - Operações de Crédito Externas, com reflexo em conta do Sistema Orçamentário da UG SEFA-120002 e em conta do Sistema Financeiro da própria UG emitente;</p> <p>c) diferença de R\$ 151.665.846,10 entre o resultado do “Ativo Financeiro” menos o “Passivo Financeiro” (R\$ 3.829.762,51), constantes do Balanço Patrimonial, e o somatório dos saldos das contas contábeis 1.9.3.2.9.02.00 - Disponibilidade por FR (R\$ 83.766.075,34), 1.9.3.2.9.07.03 - Disponibilidade de Repasse Diferido Recebido (R\$ 17.569.301,01), 1.9.3.2.9.07.04 - Disponibilidade de Repasse Diferido Concedido (R\$ 45.238,52) e 1.9.3.2.9.07.05 - Disponibilidade de Subrepasse Diferido Recebido (R\$ 54.114.993,74) indicadas no item 8.2.6 da Macro função 02.03.18 (Encerramento do Exercício).</p> <p>O valor (R\$ 151.665.846,10) corresponde à diferença entre as contas contábeis 1.9.3.2.9.05.02 Limite de Restos a Pagar - Inscrição (Recebido) e 1.9.3.2.9.04.02 Limite de Restos a Pagar - Inscrição (Concedido), no valor de R\$ 124.186.769,10; acrescido do saldo da conta 1.9.3.2.9.07.03 - Disponibilidade de Repasse Diferido Recebido, no valor de R\$ 17.569.301,01; e de saldos de contas correntes das contas 1.9.3.2.9.07.04 - Disponibilidade de Repasse Diferido Concedido e 1.9.3.2.9.07.06 - Disponibilidade de Subrepasse Diferido Concedido, no valor de R\$ 9.909.775,99;</p> <p>A despeito da diferença identificada, o resultado da operação aritmética entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro corresponde ao Superávit Financeiro do Exercício apresentado na Demonstração das Disponibilidades por Fontes de Recursos, conforme instrução disposta na letra “d”, do item 3.3.1.4 da Macro função 02.10.03 (Manual de Análise dos Demonstrativos e Auditores Contábeis); e</p> <p>d) diferença de R\$ 2.128.526.285,23 entre o valor da “Previsão Atualizada” (R\$ 63.916.178,00) e da “Dotação Atualizada” (R\$ 2.192.442.463,23) existente no Balanço Orçamentário, decorrente da movimentação de recursos financeiros e de descentralizações orçamentárias destinadas às Unidades do Comando da Aeronáutica, as quais não são representadas no Balanço Orçamentário da UJ 120002.</p> <p>Declaro, ainda, que os Demonstrativos do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico não estão disponíveis no SIAFI, motivo pelo qual não foram analisados.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília	Data	27/02/2015
Contador Responsável	Ana Paula Soares de Alcântara do Nascimento – 1º TEN QOEA SVA	CRC nº	017367/O-0

Continuação do Anexo 6

12.4.1 Declaração com Ressalva

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS DA AERONÁUTICA - FUNDO AERONÁUTICO			121002
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro, Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, relativos ao exercício de 2014, refletem adequadamente as situações orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Jurisdicionada que apresenta o Relatório de Gestão.</p> <p>As explicações consequentes da aplicação dos procedimentos estabelecidos nas Macro funções 02.03.18 (Encerramento do Exercício) e 02.10.03 (Manual de Análise dos Demonstrativos e Auditores Contábeis) são as seguintes:</p> <p>a) diferença de R\$ 10.867.368,03 entre o valor das “Receitas Correntes” (R\$ 2.249.067.360,95) existente no Balanço Financeiro e na Demonstração das Variações Patrimoniais e aquele registrado no Balanço Orçamentário (R\$ 2.238.199.992,92), referente ao saldo da conta contábil 4.9.0.0.0.00.00 - Deduções da Receita, subtraído do saldo da conta contábil 4.9.8.0.0.00.00 - Retificações, na conta corrente 0250120320 22150000 1 52911 1;</p> <p>b) diferença de R\$ 10.000,00 entre o valor das “Receitas de Capital” (R\$ 6.468.910,50) existente no Balanço Financeiro e na Demonstração das Variações Patrimoniais e aquele registrado no Balanço Orçamentário (R\$ 6.458.910,50), referente à conta contábil 4.9.8.0.0.00.00 - Retificações, na conta corrente 0250120320 22150000 1 52911 1;</p> <p>c) diferença de R\$ 647.449.974,19 do valor do resultado entre o “Ativo Financeiro” e o “Passivo Financeiro” (R\$ 3.681.551.821,07), constantes do Balanço Patrimonial, e o somatório dos saldos das contas contábeis 1.9.3.2.9.02.00 - Disponibilidade por FR (R\$ 4.041.760.052,02) e 1.9.3.2.9.07.04 - Disponibilidade de Repasse Diferido Concedido (R\$ 287.241.743,24) indicadas no item 8.2.6 da Macro função 02.03.18 (Encerramento do Exercício). O valor (R\$ 647.449.974,19) corresponde ao total de “Recursos a Liberar para Restos a Pagar” constante do Balanço Patrimonial, cuja execução do orçamento ocorre no Órgão 52111 (Comando da Aeronáutica). A despeito da diferença identificada, o resultado da operação aritmética entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro corresponde ao Superávit Financeiro do Exercício apresentado na Demonstração das Disponibilidades por Fontes de Recursos, conforme instrução disposta na letra “d”, do item 3.3.1.4 da Macro função 02.10.03 (Manual de Análise dos Demonstrativos e Auditores Contábeis); e</p> <p>d) diferença de R\$ 2.329.248.144,23 entre o valor da “Previsão Atualizada” (R\$ 2.873.371.445,00) e da “Dotação Atualizada” (R\$ 544.123.300,77) existente no Balanço Orçamentário, referente à conta contábil 2.9.2.2.1.00.00 - Descentralização Externa de Créditos corresponde à conta contábil 2.9.2.2.1.00.00 - Descentralização Externa de Créditos.</p> <p>Declaro, ainda, que os Demonstrativos do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico não estão disponíveis no SIAFI, motivo pelo qual não foram analisados.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília	Data	27/02/2015
Contador Responsável	Ana Paula Soares de Alcântara do Nascimento 1º TEN QOEA SVA	CRC nº	017367/O-0